

Poder Judiciário



*Tribunal de Justiça
do Estado do Pará*



Relatório Geral de Atividades

BIÊNIO FEV. 1995 - JAN. 1997

4192509811

1r

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO PARÁ

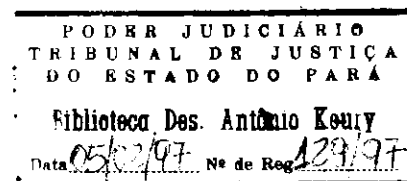
RELATÓRIO GERAL DE ATIVIDADES

Biênio Fev. 1995 - Jan.1997

ADMINISTRAÇÃO

Des. Manoel de Christo Alves Filho

Belém - Pará



- **Presidente do Tribunal de Justiça do Estado**
Des. Manoel de Christo Alves Filho
- **Vice-Presidente**
Des. Romão Amoêdo Neto
- **Corregedor Geral de Justiça**
Desa. Isabel Vidal de Negreiros Leão
- **Diretor do Forum Cível**
Juíza Sidney Floracy Sant'ana da Silva
- **Diretor do Forum Criminal**
Juíza Raimunda do Carmo Gomes
- **Secretário Geral do Tribunal**
Dr. Gengis Freire de Souza
- **Secretário de Administração**
Dr. Domingos Sávio Alves de Campo
- **Secretário de Planejamento**
Dr. Carlos Alberto Bezerra Lauzid

P221r Pará. Tribunal de Justiça

Relatório Geral de Atividades do
T.J.E.: Biênio 1995/1996. Belém, 1997

CDDi: 341.419709811

S U M Á R I O

APRESENTAÇÃO	7
1. PRESIDÊNCIA	15
1.1 ASSESSORIA DA PRESIDÊNCIA	17
1.2 ALGUMAS REALIZAÇÕES DA PRESIDÊNCIA	18
1.3 ASSESSORIA DO CERIMONIAL E RELAÇÕES SOCIAIS	20
1.4 SECRETARIA DA PRESIDÊNCIA	30
1.4.1 SERVIÇO MÉDICO	30
1.4.2 COORDENAÇÃO DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO	31
1.4.3 MUSEU JUDICIÁRIO	34
2. VICE-PRESIDÊNCIA	37
3. CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA	39
4. CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS	41
5. CÂMARAS CRIMINAIS ISOLADAS	43
6. FÓRUM CÍVEL	45
7. FÓRUM CRIMINAL	47
8. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS	49
9. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO	51
9.1 DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA	54
9.2 DEPARTAMENTO FINANCEIRO	66
9.3 AUDITORIA INTERNA	67
10. SECRETARIA ADMINISTRATIVA	69
10.1 DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO	71
10.2 DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	76
10.3 DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO E SERVIÇOS	82
10.4 COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	84
11. ESCOLA SUPERIOR DE MAGISTRATURA	89
12. JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO	93

APRESENTAÇÃO

"Se alguém não é capaz de traduzir em termos simples o que está fazendo, então não sabe o que faz" (Carlo Rubbia, prêmio Nobel).

Com este preâmbulo cumprimos o preceito que nos incumbe relatar as atividades do Poder Judiciário do Estado, durante o biênio 95/96, da nossa gestão.

Ao assumir a alta Direção deste Poder, em nossa fala inaugural, resumimos em duas metas o nosso programa de ação: maior ênfase à interiorização da Justiça e intensificar a sua popularização, descentralizando-a com a expansão dos chamados Juizados de Pequenas Causas, hoje transformados em Juizados Especiais Cíveis e Criminais, sediando-os na periferia da área metropolitana da Capital.

Na implementação dessas idéias um sério complicador logo se antepôs, ou seja, a escassez de recursos financeiros.

É, que, com a mudança do Governo Estadual o orçamento considerado superestimado foi reduzido às suas devidas proporções, advindo daí um corte de quase 50% nos repasses do Judiciário, o que gerou uma expectativa simplesmente aterradora!

De um montante em torno de 6 milhões de reais do último repasse mensal da gestão precedente, passamos a receber no primeiro mês de nosso mandato quase a metade daquele valor. Resultado: a nova Administração teve de vegetar por longos meses numa perspectiva de estagnação.

Graças à competência do nosso Secretário de Planejamento e Coordenação, Dr. **Carlos Alberto Bezerra Lauzid**, antigo e probo Técnico Fazendário e à eficiência do Secretário Administrativo, Dr. Lázaro Mangabeira pudemos superar essa fase crítica.

A penúria a que ficamos relegados tornara inviável a admissão de grande número de concursados destinados ao preenchimento de cargos que compõe a infra-estrutura do Poder, abrangendo a Capital e o Interior, com algumas vagas já atendidas e a maioria por atender, assim também em Benevides, Santa Izabel do Pará, Castanhal, Augusto Corrêa, Moju, São Miguel do Guamá, Medicilândia, Uruará, Rio Maria, Baião, Soure, etc.

Tal inviabilidade motivou reclamações constantes e injuriosas de elementos radicais que as endereçavam até ao então Procurador Geral da República, Dr. Aristides Junqueira, como se S.Exa. fosse o tutor do Judiciário e se os aludidos concursos não dispusessem de prazo constitucional dilatado para sua validade. Situação esta que nos levou a suspender outros concursos já programados e só agora ultimamente reativados.

Contando porém com a compreensão da grande maioria dos interessados e à proporção que aumentava o quantitativo dos nossos repasses, fomos nomeando mensalmente muitos deles, de acordo com as necessidades de cada Comarca e sempre na ordem de aprovação, restando ainda por nomear outros tantos.

Ao mesmo tempo que nomeamos concursados

também o fizemos para cargos comissionados de Assessores e Assistentes criados por lei para Desembargadores e assim como os de Assessores de Juizes de Direito da Capital.

É de Justiça ressaltar nesta oportunidade que a maioria do funcionalismo do Judiciário no Interior do Estado é constituída de servidores municipais postos à sua disposição, servidores estes mal pagos porque percebem em certos casos até menos do mínimo legal e muitas vezes com atraso de 3, 4 ou mais meses.

Sensível a este problema o egrégio Plenário por proposição nossa, objetivando amenizar a situação desses servidores, autorizou recentemente uma complementação salarial mínima em favor dos mesmos, limitada às nossas disponibilidades financeiras. Demos assim um passo inicial para que futuramente dita complementação atenda satisfatoriamente o preceito constitucional da isonomia.

Passando do projeto à ação empreendemos constantes viagens de serviço ao Interior do Estado, nos fins de semana para não sacrificar o expediente diário. Visitamos Comarcas de todas as regiões do Estado, a fim de levar aos nossos comarcãos ao menos palavras de alento ou a certeza dos nossos cuidados por eles e a esperança de melhores dias na realização de seus anseios de justiça.

Em outro lugar vão especificadas as Comarcas por onde peregrinamos, em cujas andanças sempre contamos com a generosidade de Magistrados e funcionários que nos receberam com a proverbial fidalguia de nossa gente do Interior.

Inicialmente registramos a elevada distinção do Judiciário à Comarca de Abaetetuba, ao ensejo do centenário do município, quando o colendo Tribunal levou a efeito uma sessão especial comemorativa do evento naquela próspera cidade, fazendo-se ouvir em discurso substancioso a oradora oficial Des. Climenié de Araújo Pontes. Foi, sem dúvida, um fato inédito na história da Justiça do Pará o funcionamento de seu Colegiado Maior em uma cidade do Interior.

Digna de menção foi também a deferência do Poder Legislativo ao Judiciário, em transferir momentaneamente a sua sede para uma das dependências do Palácio da Justiça, onde fez realizar memorável sessão solene de promulgação da Emenda Constitucional que aumentou de 21 para 27 o número de Desembargadores.

Retribuindo esse gesto louvável do Legislativo Paraense, comparecemos pessoalmente por duas vezes à Casa das Leis para depor sobre as necessidades do Poder que representamos: a primeira para debater com outros órgãos interessados sobre a L.D.O., o que aliás motivou que o eminente deputado Zeno Veloso considerasse um fato histórico, e outra vez, para esclarecer os questionamentos sobre o projeto que dispõe a respeito de entrâncias e outros assuntos de interesse do Judiciário.

Uma sucessão de fatos aconteceram nessa nossa temporada de visitas permeadas de lances interessantes uns, pitorescos outros, além de

recordações várias de episódios vivenciados no passado que afloraram à nossa mente a cada lugar visitado e que aqui reproduzimos para tornar menos enfadonha a leitura deste documento.

A passagem pela cidade de Terra Santa coincidiu com a época em que era rodada em Belém a novela intitulada "O Fim do Mundo". Tanto bastou para que os companheiros de viagem inventassem a brincadeira de que "Cristo volta à Cidade Santa".

Alenquer, município de honrosas tradições, terra natal de paraense ilustres, como Benedito Monteiro, Arnaldo Moraes, Ismaelino Valente e outros, vivia na oportunidade de nossa visita um clima de intensa ebulição política com a volta ao Poder de seu prefeito, há um ano e meio cassado pela Câmara, cujo retorno fora assegurado por uma das Turmas do eg. Tribunal. A insatisfação dos inconformados era tamanha que todos se concentraram em número aproximado de 2 mil pessoas perto do Fórum local, pedindo a nossa presença. Fomos até eles e discursamos em tom coloquial para esclarecer a situação por eles vivenciada e mostrar-lhes os caminhos da Justiça ainda a percorrer. Seguiu-se um belo gesto de educação política daquela hospitaleira gente que se dispersou pacificamente, servindo contudo a ocorrência para que o Dr. Paulo Frota, ali presente, a denominasse de o "Encontro com os rebeldes".

Santarém, a simpatíssima e acolhedora Capital Mocaronga, berço de notáveis como o renomado jornalista e benquista líder cristão, Dr. Emir Bemerguy e o inextinguível Maestro Isoca Fonseca, imortal da Academia Paraense de Letras, recebeu-nos com a hospitalidade de sempre, quando ali fomos implantar a Vara de Assistência Judiciária, com a presença do Senhor Governador Almir Gabriel, ocasião em que também instalamos dois Juizados de Pequenas Causas: um, na FIT (Filial da Unama), na sala que denominamos Cléo Bernardo, em homenagem a esse valoroso soldado voluntário da FEB e o homem de pensamento de reconhecidos méritos, e outro, na ULBRA (Universidade Luterana). Nesta, a despeito de sua denominação protestante, ostentava em cada sala a imagem do Crucificado, o que nos levou a saber com o Reitor daquela aparente incompatibilidade, sendo-nos respondido que ali prevalecia o espírito democrático, por ser católica a maioria do alunado.

Lá voltamos outras vezes para instalar as duas varas restantes das três criadas na administração da Desa. Maria Lúcia Santos, sempre acolhidos com extrema gentileza.

Dessas estadas na vice-capital do Pará guardamos a inefável recordação de momentos felizes que nos foi proporcionado pelos seus Magistrados, Membros do Ministério Público, abnegados servidores e parte destacada da população, nesta incluída o obsequioso advogado muanense Dr. Ludmar e sua esposa, em companhia do sempre presente dr. Reinaldo Teixeira Fernandes, santareno dos mais dignos que agora desfruta por todos os títulos de sua vida benemerita o "dolce farniente" da aposentadoria de Juiz do Trabalho, Justiça que muito honrou. Ao ex-prefeito de Santarém, Dr. Rui Corrêa, os agradecimentos do Poder Judiciário por sua nunca recusada colaboração.

Óbidos, cidade presépio, celeiro de intelectuais da estirpe de José Veríssimo, Inglês de Sousa e do atual ministro do TST, dr. Rider Brito, nela tivemos a satisfação de ver confirmada ao vivo a imagem que nos deixara um sonho de muitos anos em uma viagem frustrada a Manaus, quando tivemos gravada na retina a visão de seu porto com o casário da frente, sem nunca tê-la antes visto. O Judiciário agradece ao ex-prefeito, sr. Nelson Sousa todo auxílio prestado na implantação da 2ª Vara local.

Fato curioso verificou-se em Oriximiná, onde uma senhora modesta fazia questão de ver de perto um Desembargador, no caso o signatário, para saber como ele era... Interessante ainda que ao chegar a essa aprasível cidade, o autor destas notas havia na véspera assumido o Governo do Estado por convocação de seu Titular, por isso recebeu uma Comissão que vinha queixar-se da falta de energia elétrica, sugerindo uma solução provisória, e à noite desse mesmo dia testemunhou-se uma passeata de populares empunhando na escuridão lamparinas, o que rendeu muitas alegrias para o funileiro Elias, tendo sido o fato noticiado pela imprensa sob o título "Lamparinada!"

Faro, o mais distante município do oeste do Pará, na fronteira com o Amazonas, separado pelo Rio Nhamundá, quase um século sem Comarca, ressurgiu para a plenitude da vida forense, com a inauguração do seu Fórum que tomou o nome do último Juiz de Direito, Dr. Gaspar Costa, pai do Monsenhor José Maria Lago da Costa, sacerdote que nos banhou com as águas lustrais do batismo. A restauração festiva da Comarca com a nomeação e posse de sua jovem titular, a Sra. Dra. Antonieta Ferrari Miléo contou com a presença honrosa entre outros do Sr. Cônsul da Venezuela, Dr. Arturo Martinez e do Procurador de Justiça, Dr. Felício Pontes, orador oficial por laços afetivos ao lugar, que galardoado com o título de cidadão fareense, brindou a todos com um belo discurso entrecortado de contagiante emoção.

Idênticos festejos por iguais motivos celebraram-se em Prainha e Curralinho.

Em Prainha, contribuíram decisivamente para tornar realidade a instalação da Comarca com a edificação do Fórum Dr. Michel Silva, o Des. Benedito Alvarenga e a Promotora de Justiça, Dra. Florinda Furtado, ilustres prainhenses.

Em Curralinho coube-nos a honra de ali perenizar a memória do antigo Magistrado, apreciado homem de letras e ex-Intendente local, Dr. Ricardo Borges, genitor de destacada prole da qual mencionamos o Procurador de Justiça, Dr. Cezar Borges e o nosso Décano, o inclito Des. Ricardo Borges Filho, homenageando-o com o seu nome o Fórum da nova Comarca.

Programadas para janeiro estão as instalações da 7ª Vara de Santarém, da 2ª de Breves, da 2ª de Cametá, da 3ª de Santa Izabel do Pará e a 2ª de Paragominas, bem assim, as inaugurações dos fóruns com a implantação das respectivas Comarcas de Bujaru, Acará e possivelmente de Concórdia do Pará e Anajás.

Bujaru ostentará o nome do Juiz Dr. Oscar da Cunha Melo; Acará, cuja Comarca será restaurada com a presença honrosa de um de seus últimos juizes, dr. Anselmo Santiago, hoje conspícuo

Ministro do colendo STJ, receberá o respectivo Fórum o nome do saudoso Mestre Dr. Lourenço do Vale Paiva. Anajás terá o nome do Juiz, Dr. Walton Brudinski, recentemente falecido e Concórdia do Pará, cuja denominação será a do Dr. Nairo Barata.

Cametá, levamos conosco para visita o ilustre Des. Werther Coelho, filho adotivo daquele tradicional município, onde desfruta do melhor conceito. Conta-se que a pontualidade de sua passagem para o fórum às 09:00 h servia de relógio para os moradores locais.

Mocajuba, faz-nos recordar um fato hilariante acontecido nos idos 1956 quando disputavam acirradamente uma suplementar para governador o partido do general Barata e seus adversários. Foi mandado para lá um delegado de partido de porte físico avantajado e com a fama de desordeiro, cuja presença ali era apenas frustrar a eleição mediante o uso de violência. Em certa ocasião, o referido delegado criou um incidente com o Magistrado para não votar um eleitor, o juiz mandou que se retirasse do recinto. Ele, entretanto, ostensivamente sentou-se em uma cadeira no meio da sala, recusando-se a sair, provocando grande escândalo. Já com a presença do Comandante da tropa federal chamada para retirá-lo, o desordeiro gritou a plenos pulmões que só sairia "aos pedaços". O sargento colocou a metralhadora no peito do valente e perguntou-lhe o que ele queria agora para sair dali. Respondeu-lhe tremulamente o delegado de partido: "Pega no meu braço que eu vou". E assim acabou-se a valentia...

Baião, lá serviu o Juiz, Dr. Ademar Corro de Vasconcelos que deu o nome ao prédio do fórum de Salvaterra. Era ele, na época, a mais fulgurante inteligência do nosso conhecimento.

A instalação da Comarca de Salvaterra foi honrada com a presença de dois ex-Governadores, Des. Aurélio do Carmo, criador do município e Alacid Nunes prestigioso líder político daquela área. O prédio do Fórum construído na administração da Desa. Maria Lúcia Santos, por solicitação do ex-Governador Carlos Santos, filho do lugar, e concluído na nossa gestão recebeu o nome do juiz Ademar Corro de Vasconcelos, Magistrado que anteriormente ali exercera o Magistério por longos anos.

Em Muaná, cidade natal da Desa. Maria de Nazaré Brabo de Sousa, presidente do T.R.E., passeávamos pela rua principal, quando um popular que certamente se embriagara para criar coragem, num desabafo contra autoridade local que há 4 meses não pagava os R\$ 48,00 mensais aos servidores do município, postou-se à nossa frente para dizer: "Tirem daqui esse ladrão!"

Ponta de Pedras. Um belo espetáculo de carimbó tivemos oportunidade de assistir após o confortador mergulho nas águas da famosa praia de Mangabeira.

Bragança, ofereceu-nos um instante bizarro, quando o prefeito se deixou fotografar conosco a meio corpo, porque calçava na ocasião sandálias havaianas.

A visita à Capanema chamou-nos a atenção por uma particularidade. É que o sr. prefeito local que aliás dispensou aos visitantes um tratamento fidalgo, sendo Médico possui uma clínica servida por cinco filhos seus todos médicos.

Visitando Igarapé Açú ocorreu-nos a lembrança da pensão de Dona Noca, que vendia

sopa aos passageiros do trem da extinta estrada de ferro de Bragança e estes muitas vezes, quando ainda tomavam os primeiros goles do alimento eram surpreendidos com o apito que anunciava a partida do trem, largavam o prato, saíam correndo, deixando a dona da pensão "a ver navios".

Maracanã, aqui soubemos que a crônica local registra um episódio protagonizado pelo antigo Juiz de Direito da Comarca, hoje Desembargador aposentado. É que naquela época o partido do general Barata perdera pela primeira vez a eleição de prefeito. Os descontentes prepararam então uma passeata de desagravo e de protesto à Justiça, sem contar que a Força Federal posta à disposição das eleições ainda ali se encontrava. Iniciado o préstito às sete da noite o Comandante da Tropa, a pedido do Magistrado assestou a metralhadora de maneira a disparar para o ar a fim de não molestar ninguém e quando os manifestantes se aproximavam ouviram o matraquiar dos tiros e dispersaram-se em desabalada carreira que até hoje ainda se imagina correrem os retardatários...

No Sul do Pará visitamos Tucumã, onde inauguramos o prédio do fórum, edificado na administração da Desa. Maria Lúcia Santos, assim também o de Ourilândia do Norte, e aqui instalamos a respectiva Comarca. Ambos os fóruns receberam, por coincidência os nomes de dois conterrâneos de Curuçá: o primeiro Des. João Gualberto Alves de Campos, aliás nosso parente, o segundo o nome da juíza Maria Nauar Chaves, jovem Magistrada falecida em acidente de aviação a serviço de sua Comarca.

Ainda no Sul do Pará fomos recebidos por um prefeito, ex-deputado estadual que nos afirmou estar ali conosco para redimir-se com o Poder Judiciário por ele ofendido a tempos atrás, debitando ele próprio as ofensas aos impulsos de sua juventude naquela época.

Um outro Parlamentar, este federal, conhecido crítico da Justiça reconheceu publicamente em um jantar a primazia do Judiciário, dizendo que a criação de Comarcas naquela região reduzira ao mínimo o índice de criminalidade.

OCORRÊNCIAS E REALIZAÇÕES

AUMENTO DO NÚMERO DE DESEMBARGADORES

Projeto de emenda constitucional de nossa iniciativa com a aprovação do egrégio plenário possibilitou o ingresso de seis (06) novos desembargadores para compor o venerando Tribunal, assim como da vez anterior, em 1986, quando éramos vice-presidente, idêntica medida propusemos ao colendo Tribunal que com ela concordou, permitindo o acesso de outros colegas em igual número.

Damo-nos assim por satisfeito por termos contribuído a um só tempo, para melhoria da prestação jurisdicional e para a felicidade pessoal de doze (12) desembargadores que hoje integram o Órgão Máximo do Judiciário Paraense.

VISITAS ÀS COMARCAS

Como já foi dito anteriormente, visitamos as

seguintes Comarcas: Ananindeua, Barcarena, Icoaracy, Mosqueiro, Benevides, Santa Izabel do Pará, Vigia, São Caetano de Odivelas, Castanhal, Curuçá, Marapanim, Bujaru, Acará, Santo Antônio do Tauá, Concórdia do Pará, Igarapé-Açu, Maracanã, Capanema, Bragança, Viseu, Abaetetuba, Cametá, Salvaterra, Ponta de Pedras, Muana, Curralinho, Breves, Portel, Oeiras do Pará, Gurupá, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Altamira, Monte Alegre, Alenquer, Prainha, Santarém, Óbidos, Faro, Terra Santa, Oriximiná, Tucumã, Ourilândia do Norte, Redenção e Conceição do Araguaia, faltando visitar as demais Comarcas no mês de janeiro.

CARTÓRIOS E CUSTAS

Pondo em prática a estatização dos cartórios nomeamos vários Titulares concursados. Procuramos fazer cumprir o regimento de custas com as respectivas tabelas reorganizadas mediante o trabalho meritório da Em.Desembargadora Izabel Vidal de Negreiros Leão que supervisionou uma Comissão Especial formada de representantes da OAB, da Justiça do Trabalho, da Justiça Federal, do Ministério Público e dos próprios cartórios.

Lamentavelmente, não obstante, o empenho da digna Des. Izabel Leão, que se valeu até de um modelo de São Paulo, tentou-se idêntica providência com relação às Custas Extra-Judiciais, iniciativa esta que não chegou a bom termo por motivos vários inclusive por medidas frustradoras de certos interesses. Fica entretanto o trabalho à disposição dos novos Dirigentes do Órgão Correicional.

POSTOS DE ATENDIMENTOS DO JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Nomeamos doze (12) Comissários de Menores concursados e remunerados e os distribuímos após o competente treinamento a cargo da M.Ma. Juíza Dra. Carmencin Cavalcante, passando os mesmos a funcionar inclusive em horário noturno no aeroporto de Val-de-Cans com a valiosa ajuda do Cel. Del Tetto, conhecido timoneiro do ar, hoje superintendente do Infraero, que nos cedeu uma sala apropriada; outro, no Terminal Rodoviário, onde contamos com a eficiente colaboração de seu dirigente dr. Luiz Cunha e, finalmente, na orla marítima sediada no Palácio da Justiça.

NOVAS VARAS

Implantamos três (03) em Santarém (criadas anteriormente) e as seguintes criadas pelo Egrégio Tribunal por nossa iniciativa: (01) uma em Ananindeua, (01) uma em Óbidos, (01) uma em Breves, (01) uma em Paragominas, (01) uma em Castanhal, (01) uma em Cametá, (01) uma em Sta. Izabel do Pará, e uma (01) em Redenção, e quatro (04) em Belém (para juizes sem vara).

NOVAS COMARCAS

Instalamos as de Salvaterra e de Ourilândia do Norte, e as que se seguem cujos Fóruns foram construídos mediante convênio com as respectivas Prefeituras, tais como: São Caetano de Odivelas (prefeito dr. Mário Henrique), São Domingos do Araguaia (às expensas da prefeitura exercida pelo dr. Moisés), Aurora do Pará (idem pelo prefeito Marcos Manito), Faro (prefeito Alcyr Magalhães), Prainha (prefeito Welson), Curralinho (prefeito Álvaro Costa), constando ainda por instalar, Santo Antônio do Tauá (prédio doado e reformado pelo Judiciário) brevemente Bujaru (recursos exclusivos do Judiciário), Acará (idem), e possivelmente Concórdia do Pará e Anajás (pela prefeitura).

CONSTRUÇÕES

Obviamente as das Comarcas instaladas e por instalar e ainda o prédio do Anexo São João (antigo supermercado Bom Preço), totalmente restaurado com a ajuda prestimosa do governador Almir Gabriel na aquisição do antigo imóvel, e onde funcionará a Repartição Criminal, bem como adquirimos mediante desapropriação a casa de dois (02) pavimentos na Av. Dezesesseis (16) de Novembro que sediará o Arquivo do Tribunal, e terá outras dependências ocupadas pelo serviço do Judiciário.

FÓRUM DE AFUÁ

Inauguramos o prédio que recebeu o nome do Juiz Dr. Germano Bentes Guerreiro, edificado em convênio com a prefeitura do aludido município exercida pelo sr. Osvaldo Barbosa.

Encontra-se em franca recuperação o prédio na avenida principal de Castanhal, adquirido na administração do Dr. Almir Gabriel, que servia de sede aos Correios, agora adaptado ao novo fórum da cidade Modelo a ser inaugurado brevemente.

Estamos também reformando e aumentando o Gabinete da Presidência, não para desfrute pessoal nosso, mas para conforto dos que nos sucederem.

Providenciamos com a devida aprovação a ampliação do Plenário a fim de que além de dotar de maior espaço a galeria, dispusessem os Magistrados e Aposentados de assentos condignos.

Concluimos o processo licitatório, mas desistimos do empreendimento para já, por dificuldades ocasionais que poriam em risco a conclusão da obra em janeiro. Entretanto, fica a iniciativa à disposição e concretização da nova Direção do Poder.

SALA DA OAB

Cedemos o espaço necessário no último pavimento do Palácio da Justiça, aonde foi

preparada a referida sala com recursos da aludida Entidade, solenemente inaugurada no Dia da Justiça.

VIATURAS

Com recursos específicos adquirimos dezenove (19) veículos para renovar a frota do Tribunal, sendo trêze (13) automóveis, um (01) caminhão baú, três (03) kombis, uma (01) Besta destinada ao transporte dos juizes da capital, uma (01) moto, e possivelmente quatro (04) voadeiras para (Breves, Gurupá, Porto de Moz, Senador José Porfírio e Faro).

REMUNERAÇÃO DOS MAGISTRADOS E SERVIDORES

É por todos sabido que iniciamos nossa gestão em período crítico resultante da adoção do Plano Real que trouxe ao país a tão almejada e benfazeja estabilidade econômica, mas que como era natural produziu também sequelas a uma população acostumada à cultura inflacionária.

Tínhamos em 1995, o problema da Isonomia de vencimentos dos Magistrados como Poder, corrigidos pela Constituição e o dos servidores, como atividade meio, amparados estes pela Lei do Regime Jurídico Único.

Por esta lei vigoravam duas (02) Datas-Bases no ano. Na primeira, procuramos solucionar com uma antecipação salarial na ordem de 23,34% referente ao acumulado da inflação a partir do último reajuste. Fizemos isto à custa de uma minguada receita e graças a habilidade profissional do nosso secretário de Planejamento, Dr. Carlos Lauzid. Na segunda, também por antecipação com base na inflação do período concedemos dez por cento (10%) sobre o vencimento bruto, o que totalizou cerca, de quarenta por cento (40%) nas duas antecipações. Em relação aos outros poderes ambas foram medidas excepcionais, porque o Executivo deu de uma só vez aos seus funcionários apenas seis por cento (6%), o Legislativo quinze por cento (15%), majorando todavia o vale-refeição para cento e cinquenta reais (R\$ 150,00). Apenas o M.Público ao que parece acompanhou o Judiciário na primeira antecipação e também na segunda, esta porém, só muito tempo depois.

Durante o ano de 1996 em decorrência da chamada Lei Camata que restringia as despesas de pessoal a sessenta por cento (60%) para todo o Estado, impraticável seria em relação ao Judiciário, cujos os encargos são quase exclusivamente de pessoal, mas que tinha de se juntar às despesas do Estado como um todo, estando o Executivo interessado em rolar uma dívida de mais de dois (02) bilhões de reais, adotamos cautelarmente providências no sentido de não deixar a maioria dos servidores sem um reajuste compatível com a inflação oficial, embora a mínima existente, e o fizemos de maneira indireta, dispensando inicialmente o desconto de vinte por cento (20%) do

vale-alimentação, que assim aumentou de oitenta (80) para cem (100) reais, após isso no mês seguinte passou para cento e cinquenta (150) reais e subsequentemente para duzentos (200) reais, representando por isso um acréscimo de doze por cento (12%) nos vencimentos dos que ganhavam até mil (1.000) reais e dez por cento (10%) para os que ganhavam mil e duzentos (1.200) reais, padrões estes de vencimentos que são da grande maioria do funcionalismo do Poder Judiciário.

Cumprir referir que o Excelso Pretório em decisão daquela época sobre as datas-bases do funcionalismo público federal reafirmou o princípio constitucional de que só o Executivo tem iniciativa exclusiva em matéria financeira, isto é, nos projetos de reajustes de vencimentos. Assim, virtualmente ficaram superadas as datas-bases. Pessoalmente entendemos que o funcionalismo tem direito à reposição decorrente da inflação, ainda que este seja mínima. Daí, porque com grande esforço fizemos aqueles reajustes indiretos. No fim do ano passado com a falência da companhia que fornecia o vale-alimentação, por solicitação da Associação dos Servidores do Judiciário, instruída com abaixo-assinado de quase a totalidade dos servidores da Capital, o egrégio Tribunal mandou incorporar o valor do vale-alimentação aos vencimentos, equivalendo isso um certo acréscimo.

É também oportuno dizer que em face da defasagem dos vencimentos dos Magistrados em relação aos membros do M.Público, sendo os daqueles o padrão, reivindicou a Associação dos Magistrados, desde o começo do ano, a correção desses vencimentos, o que foi deferido pelo Egrégio Tribunal.

JUIZADOS DE PEQUENAS CAUSAS TRANSFORMADOS EM JUIZADOS ESPECIAIS

Em nossa primeira audiência com o sr. Governador levamos ao seu conhecimento o nosso propósito de dotar cada bairro de Belém de um juizado de pequenas causas, para funcionar à noite, a fim de melhor servir às comunidades.

A idéia encontrou pronta acolhida de sua excelência que se dispôs a ajudar-nos com a cessão de prédios públicos e pessoal residentes nos respectivos bairros.

Como a sugestão inicial era contemplar prioritariamente o bairro do PAAR onde funestos acontecimentos haviam se passado no setor de Segurança Pública, ficamos na expectativa de sediar o Juizado no prédio onde funcionava a Delegacia de Polícia a ser cedido pelo Governo do Estado.

Enquanto isso demorava, para não frustrar a expectativa de compromissos assumidos e veiculados pela imprensa, saímos a procura de um outro imóvel naquele bairro encontrando-o por indicação do sr. Cabral, um homônimo do descobridor do Brasil, no Centro Comunitário, cuja a presidente sra. Rosa Monteiro logo se prontificou

a reunir seus liderados e deles obter o consentimento para que instalássemos em sua sede o primeiro Juizado da periferia Metropolitana de Belém, o que efetivamente aconteceu, mediante convênio, inclusive com a Cohab, cujo dirigente de então sr. Newton Miranda foi de uma solicitude sem par, além do concurso material que essa entidade prestou, merecendo por isso o público reconhecimento na cerimônia inaugural do juizado.

Instalado festivamente o juizado do PAAR, na sede da maior invasão urbana da América Latina, como é comumente citado, seguiram-se novas articulações com a Cohab desta vez dirigida pelo dr. Cicerino Cabral que também nos prodigalizou toda a atenção com relação a cedência de um imóvel na Cidade Nova VIII quando também contamos com a colaboração decisiva da Dra. Carmencin Cavalcante, meritíssima juíza presidente do CONEN, sem esquecer o dr. Aldir Viana, secretário de Justiça, que tem sido receptivo a todas as iniciativas nesse sentido. Fizemos adaptar o imóvel, como ocorreu com o do PAAR e inauguramos o referido juizado com a presença honrosa entre outros da dedicada secretária de Trabalho e Promoção Social, Dra. Socorro Gabriel, esposa do sr. governador que o representou nesse ato.

A seguir mantivemos entendimento com a Magnífica Reitora da Universidade do Estado profa. Izabel Amazonas a fim de instalar o Terceiro Juizado de Bairro no caso, no Marco, que para isso nos cedeu mediante convênio uma das dependências ociosas da Escola Superior de Educação Física, ainda que pouca espaçosa, situada na Tv. Vileta esquina da Primeiro de Dezembro, onde afinal inauguramos mais um núcleo de justiça dessa espécie. É oportuno dizer que em nosso mandato temos dado permanente assistência aos juizados da periferia, visitando-os em dias alternados.

Fazemos ainda constar deste documento que no início da nossa gestão instalamos o Juizado de Trânsito que nasceu de um convênio com o Detran assinado à época da gestão da Desembargadora Maria Lúcia Santos, cabendo-me porém a honra de implantá-lo e fazê-lo funcionar em nosso mandato. É um juizado apontado como pioneiro do gênero no Brasil, agora servido por dois (02) magistrados, um dos quais o mais antigo Dr. Geraldo da Luz, conhecido nacionalmente pelo seu trabalho grandioso e pelas referências que dele temos feito nas reuniões do Colegiado de Presidente de Tribunais.

Igualmente instalamos o Juizado Especial do Direito do Consumidor, que funciona na sede do Procon.

No Interior inauguramos o Juizado de São João do Araguaia e reativamos o Juizado Especial de Ananindeua, sediado no prédio destinado a Defensoria Pública, que servirá de desafio para o volume desumano do serviço a cargos dos Juizes de Direito daquela Comarca.

Está também em cogitação a instalação do

Juizado Especial em dependência do Instituto Agrônomo ou da FCAP, para atendimento da população circunvizinha, este por iniciativa do dr. Italo Mácola, Procurador Geral da Defensoria Pública. Finalmente o de Icoaracy o que também se faz necessário.

É de toda justiça destacar o nome do Dr. Lázaro Mangabeira, Chefe Geral do Serviço de Engenharia do Tribunal, que com a sua vasta experiência no ramo tem sido fator primordial na implantação desses juizados.

Seria também uma omissão imperdoável não ressaltar e exaltar a cooperação dos ilustres coadjuvantes que tem sido os Drs. Manoel Santino Júnior e Italo Mácola, Procurador Geral de Justiça e Procurador Geral da Defensoria Pública respectivamente.

Em nossa gestão, todos os juizados de Pequenas Causas foram transformados em Juizados Cíveis e Criminais de acordo com a lei aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado, por força do diploma legal federal, em decorrência do que o Colendo Tribunal editou Resolução dispondo sobre a organização e funcionamento desses Juizados.

INQUÉRITOS ADMINISTRATIVOS

Julgamos o de uma cartorária do interior e de um servidor aqui da capital, os quais foram demitidos, além de um temporário dispensado. Aplicamos a pena de suspensão com perda de vencimentos em quatro (04) funcionários desta capital, sendo dois (02) guardas-judiciais, restando ainda decidir o de uma cartorária e o de um oficial de justiça do interior, de um guarda-judicial e de um outro servidor.

SINDICÂNCIAS

Arquivamos duas (02) além de outras que ainda estão pendentes.

PEDIDOS DE SUSPENSÃO

Decidimos vários pedidos de suspensão de liminares e de sentença final em Mandato de Segurança, além de idênticas medidas em pedidos de bloqueios de verbas dos municípios.

OUTRAS ATIVIDADES

Reformulação do processo de distribuição dos feitos submetidos ao Tribunal, supervisionada pela Douta vice-presidência.

Informatização da revista do Tribunal.

Lançamento do opúsculo sobre o Perfil do Magistrado Desembargador Dr. Augusto Borborema.

Resolução transformando os Cartórios do Tribunal em Secretarias, passando estas a serem as seguintes: Secretaria Geral, Secretaria das Câmaras Cíveis Reunidas, Secretaria das Câmaras

Criminais Reunidas, Secretaria das Câmaras Cíveis Isoladas, Secretarias das Câmaras Criminais Isoladas.

Resolução instituindo o recadastramento dos servidores do Judiciário para efeito de revisão de cargos e salários.

Resolução que dispõem sobre o cumprimento na respectiva Comarca das penas até seis (06) anos de reclusão (projeto do Des. Almir Pereira).

Resolução que atribui competência ao juizado da 24ª Vara para execução de medidas sócio-educativas, e semi-liberdade aplicadas a adolescentes infratores.

Comemoração dos quarenta e cinco (45) anos da Justiça Militar.

Solenidade pelo decurso do Dia da Instituição dos Cursos Jurídicos no Brasil, com palestra proferida pelo prof. Edmundo Oliveira.

Curso de Preparação para juizes ministrado na Escola da Magistratura sob a direção do Magistrado Dr. Otávio Maciel.

Inauguração da placa comemorativa da denominação do Des. Orlando Vieira para o Plenário Menor.

Idem da que denominou Conselheiro Ruy Barbosa ao salão de honra do Tribunal.

Denominação do Coral para Des. Delival Nobre.

Instalação da Turma Recursal em decisões dos Juizados Especiais, em dependência da Unama, que recebeu o nome de Des. Agnato Lopes.

Resolução que descentralizou os serviços administrativos do Judiciário em, Secretaria Administrativa, Secretaria de Planejamento e Coordenação e Secretaria da Presidência.

Doação autorizada pelo Tribunal ao Instituto Médico Legal da Segup de equipamentos remanescentes da Informática.

Projeto de lei remetido a Assembléia Legislativa transformando os Juizados de Pequenas Causas em Juizados Especiais conforme lei federal.

Ascensão à Capital de seis (06) juizes sem vara.

Remoções, relotações e promoções de magistrados.

Convênio com a Unama dispondo sobre a aplicação de medidas sócio-educativas em adolescentes infratores.

Normatização do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário.

Instituição da Conta Única do Judiciário ao Banco do Estado do Pará.

Elaboração do Plano Plurianual do Judiciário para o Quatriênio 96/99.

Elaboração da Proposta Orçamentária para 1996.

Implantação da Auditoria Preventiva necessária para a minimização de gastos.

Criação por nossa iniciativa de mais quatro (04) vagas de Juiz sem Vara para a Comarca da

Capital, duas (02) das quais para ficarem em caráter permanente como Juizados dos Executivos Fiscais dos Estados e duas (02) outras para atuarem como auxiliares das Varas Penais acumuladas de processos.

Apresentação do Anteprojeto do novo Código Judiciário do Estado (trabalho do Des. Almir Pereira) que está em estudo na Comissão Especial.

Designação dos membros do Conselho Administrativo do Fundo de Reaparelhamento Judiciário.

Expedição de novas Carteiras de Identidade pela Segup para magistrados, servidores e seus familiares, serviço realizado nas dependências do Tribunal, por nossa intermediação.

Recepção a diversas Comissões representativas de manifestantes sobre conflitos no campo.

Concurso para Juiz Substituto com inscrição de mais de novecentos (900) candidatos dos quais foram aprovados apenas vinte e quatro (24).

Lançamento da versão eletrônico da Revista do Tribunal.

Audiência do representante do Conselho Mundial das Igrejas e do Parlamento Europeu que trataram dos problemas das mortes em Eldorado dos Carajás.

Curso básico de Gerência de Pessoal promovido pelo Tribunal.

Lançamento do opúsculo sobre o perfil do Des. Jorge Hurley.

Nomeação e posse solene de doze (12) juizes concursados.

Idem de mais dez (10) juizes concursados.

Convênios autorizados pelo Tribunal entre a Presidência e a Reitoria do Estado para funcionamento do Juizado Especial do Marco, em dependência da Escola Superior de Educação Física, assim também para admissão de Estagiários de Medicina.

Visitas de autoridades militares empossadas em suas respectivas funções, assim também de representantes diplomáticos de diversos países.

AGRADECIMENTOS

Reservamos à parte final deste relato à expressão do nosso sentimento de gratidão a tantos quantos nos ajudaram na desobriga dos deveres do cargo.

A Deus, nosso Senhor, em primeiro lugar, pelas copiosas bênçãos que nos proporcionaram levar a bom termo nossa missão.

Aos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo pela harmonia que presidiu nossas relações funcionais.

Aos colegas Desembargadores indistintamente que co-participaram do nosso mister.

Aos nossos abnegados colegas Magistrados da Capital e do Interior pela compreensão e pelo concurso que nos prestaram ao longo da nossa caminhada. Destes mencionamos as honradas e

competentes Diretoras dos Fóruns Cível e Criminal, Dras. Sidnei Floracy da Silva e Raimunda do Carmo Gomes, respectivamente.

Aos secretários de Administração, da Presidência, e do Planejamento e Coordenação, aos Chefes dos Departamentos, Divisões, de Serviços e de Secções pela disposição de bem servir à causa pública em especial o nosso reconhecimento ao Dr. Domingos Sávio Campos, Promotor de Justiça a serviço do Judiciário que conosco colaborou com lealdade e capacidade.

A todos os servidores do Judiciário da Capital e do Interior pelo empenho no cumprimento de suas obrigações, notadamente a classe dos motoristas, dos guarda-judiciários e pessoal de gabinete pela notória fidelidade.

Aos membros do M.Público, Defensores e Advogados que formam com os Magistrados a família forense, nomeadamente aos Drs. Manoel Santino Júnior e Ítalo Mácola, sem esquecer o Dr. Aldir Viana, Secretário de Justiça, pelo companheirismo, solicitude e unidade de vistas na assistência judiciária aos necessitados.

Finalmente aos jurisdicionados que nos distinguiram com seu apreço e credibilidade.

Eis o balanço geral dos nossos feitos à frente do Poder Judiciário durante o mandato que por obra e graça de Deus nos foi confiado.

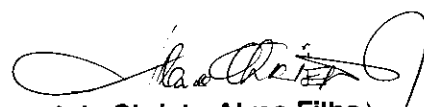
Pensamos que milita em nosso favor algum saldo positivo.

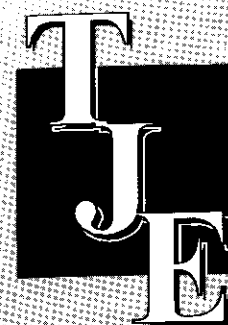
Se tal existir, creditamos os seus benefícios a todos os nossos devotados auxiliares.

Se porém não for esse o entendimento, contentando-nos com os dizeres da mensagem natalina que recebemos de um autor anônimo:

"Se todos os teus esforços forem vistos com indiferença, não desanimes pois o nascer do Sol produz um espetáculo maravilhoso e no entanto a maioria da plateia continua dormindo"...

Belém, 30 de dezembro de 1996


Manoel de Christo Alves Filho
Presidente



1ª PRESIDÊNCIA

1.1 - ASSESSORIA DA PRESIDÊNCIA

Este relatório visa discriminar e demonstrar estatisticamente o movimento dos recursos e dos demais atos inerentes as atribuições da Presidência do TJE, e ainda dos pareceres proferidos em Processos Administrativos, por esta Assessoria, no biênio 95/96.

ANO DE 1995

1 - RECURSOS ESPECIAIS:

1.1 - Total de recursos interpostos:	191
1.2 - Recursos em Tramitação:	31
1.3 - Despachos proferidos:	159
1.3.1 - Seguimento denegado:	148
1.3.2 - Seguimento admitido:	11

2 - RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS:

2.1 - Total de recursos interpostos:	57
2.2 - Recursos em Tramitação:	12
2.3 - Despachos proferidos:	45
2.3.1 - Seguimento denegado:	45

3 - RECURSOS ORDINÁRIOS EM HABEAS-CORPUS:

3.1 - Total de recursos interpostos:	20
3.2 - Recursos em tramitação:	05
3.3 - Despachos proferidos:	15
3.3.1 - Encaminhando ao STJ:	12
3.3.2 - Seguimento denegado:	03

4 - RECURSOS ORDINÁRIOS EM MANDADO DE SEGURANÇA:

4.1 - Total de recursos interpostos:	17
4.2 - Recursos em tramitação:	00
4.3 - Despachos proferidos:	17
4.3.1 - Encaminhando ao STJ:	16
4.3.2 - Seguimento denegado:	01

5 - AGRAVOS DE INSTRUMENTO:

5.1 - Total de recursos interpostos:	154
5.2 - Recursos em tramitação:	46
5.3 - Despachos proferidos:	108
5.3.1 - Encaminhados ao STF:	22
5.3.2 - Encaminhados ao STJ:	86

6 - PEDIDOS DE SUSPENSÃO DE LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA:

6.1 - Total de pedidos:	08
(recebidos na assessoria)	
6.2 - Despachos proferidos:	08
6.2.1 - Indeferidos:	05
6.2.2 - Deferidos:	03

7 - INFORMAÇÕES EM MANDADO DE SEGURANÇA:

7.1 - Total de pedidos:	01
(recebidos na assessoria)	
7.2 - Informações prestadas:	01

8 - PRECATÓRIOS REQUISITÓRIOS:

8.1 - Total de pedidos recebidos:	07
8.2 - Ofícios requisitórios expedidos:	07

9 - PROCESSOS ADMINISTRATIVOS:

9.1 - Total de pedidos recebidos:	36
9.2 - Pareceres emitidos:	36

ANO DE 1996

1 - RECURSOS ESPECIAIS:

1.1 - Total de recursos interpostos:	299
1.2 - Recursos em Tramitação:	121
1.3 - Despachos proferidos:	178
1.3.1 - Seguimento denegado:	171
1.3.2 - Seguimento admitido:	07

2 - RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS:

2.1 - Total de recursos interpostos:	183
2.2 - Recursos em Tramitação:	83
2.3 - Despachos proferidos:	100
2.3.1 - Seguimento denegado:	100

3 - RECURSOS ORDINÁRIOS EM HABEAS-CORPUS:

3.1 - Total de recursos interpostos:	17
3.2 - Recursos em tramitação:	09
3.3 - Despachos proferidos:	08
3.3.1 - Encaminhando ao STJ:	08
3.3.2 - Seguimento denegado:	00

4 - RECURSOS ORDINÁRIOS EM MANDADO DE SEGURANÇA:

4.1 - Total de recursos interpostos:	22
4.2 - Recursos em tramitação:	04
4.3 - Despachos proferidos:	18
4.3.1 - Encaminhando ao STJ:	16
4.3.2 - Seguimento denegado:	02

5 - AGRAVOS DE INSTRUMENTO:

5.1 - Total de recursos interpostos:	196
5.2 - Recursos em tramitação:	56
5.3 - Despachos proferidos:	140
5.3.1 - Encaminhados ao STF:	56
5.3.2 - Encaminhados ao STJ:	84

6 - PEDIDOS DE SUSPENSÃO DE LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA:

6.1 - Total de pedidos:	05
(recebidos na Assessoria)	
6.2 - Despachos proferidos:	04
6.2.1 - Indeferidos:	04
6.2.2 - Deferidos:	01

7 - INFORMAÇÕES EM MANDADO DE SEGURANÇA:

7.1 - Total de pedidos:	01
(recebidos na Assessoria)	
7.2 - Informações prestadas:	01

8 - PRECATÓRIOS REQUISITÓRIOS:

8.1 - Total de pedidos recebidos:	15
8.2 - Ofícios requisitórios expedidos:	06

9 - PROCESSOS ADMINISTRATIVOS:

9.1 - Total de pedidos recebidos:	67
9.2 - Pareceres emitidos:	67

10 - PROVIMENTOS:

10.1 - Total de provimentos baixados:	02
10.2 - Discriminação:	
- Provimento nº 001/96	
- Determina que quando da interposição de recursos para os Tribunais Superiores, os advogados informem à Secretaria perante a qual o feito em questão tramitou neste Egrégio Tribunal.	
- Provimento nº 002/96	
- Disciplina a interposição dos recursos constitucionais, bem como o pagamento das custas e do porte de remessa e retorno a eles concernentes, no TJE -PA.	

1.2 - ALGUMAS DAS REALIZAÇÕES DA PRESIDÊNCIA

Inauguração do novo prédio do
Fórum Des. João Gualberto Alves
de Campos, da Comarca de
Tucumã



Inauguração do Fórum Juiz
Ademar Carrero de Vasconcelos -
Comarca de Salvaterra



Instalação da Comarca
de São Caetano de Odíveas



Inauguração do Juizado
Especial Cível e Criminal
da Cidade Nova VIII



Instalação da Comarca de
Aurora do Pará



Instalação da 6ª Vara da
Comarca de Ananindeua

- Posse dos candidatos aprovados e nomeados para os cargos de escrivão, escrevente auxiliar, atendente jurídico e comissário de menor do Tribunal de Justiça.

- Instalação da Vara de Assistência jurídica da Comarca de Santarém.

Convênio entre o Tribunal de Justiça do Estado (Juizado de Pequenas Causas e Assistência Jurídica) e a comunidade do PAAR.

- Inauguração do fórum juiz Germano Bentes Guerreiro, da Comarca de Afuá.

1.3 - ASSESSORIA DO CERIMONIAL E RELAÇÕES SOCIAIS

ANO DE 1995

CERIMÔNIAS:

Evento: Missa em Ação de Graças pela posse dos novos dirigentes do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Presidente: Des. Manoel de Christo Alves Filho

Vice-Presidente: Des. Romão Amoêdo Neto

Corregedor Geral de Justiça: Des. Izabel Vidal de Negreiros Leão

Data: 01 de fevereiro de 1995 - 4ª feira

Hora: 8 horas

Local: Igreja São João Baptista (Cidade Velha)

Celebrante: Padre Ronaldo Menezes, Reitor da Igreja de São João Baptista.

Evento: Cerimônia de Posse dos Novos Dirigentes do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, para o biênio 1995/1996.

Presidente: Des. Manoel de Christo Alves Filho

Vice-Presidente: Des. Romão Amoêdo Netto

Corregedor Geral de Justiça: Des. Izabel Vidal de Negreiros Leão

Membros do Conselho da Magistratura:

Des. Carlos Fernando de Souza Gonçalves

Des. Elzaman da Conceição Bittencourt

Data: 01 de fevereiro de 1995 - 4ª feira

Hora: 17h30m

Local: Plenário Des. Oswaldo Pojucan Tavares

Evento: Homenagem prestada ao serventário Olyntho Toscano de Vasconcelos, por ocasião de sua aposentadoria.

Data: 17 de março de 1995 - 6ª feira

Hora: 13 horas

Local: Salão Nobre do Tribunal de Justiça do Estado

Evento: Cerimônia de inauguração do Fórum Des. José Amazonas Pantoja, da Comarca de Altamira.

Data: 20 de abril de 1995 - 5ª feira

Hora: 11 horas

Local: Rua do Aeroporto s/n - Altamira-Pa.

Evento: Cerimônia de inauguração do novo prédio do Fórum Des. João Gualberto Alves de Campos, da Comarca de Tucumã.

Data: 19 de maio de 1995 - 6ª feira

Hora: 10 horas

Local: Fórum Des. João Gualberto Alves de Campos - Tucumã-Pa.

Evento: Cerimônia de inauguração do Fórum Juíza Maria Nauar Chaves e instalação da Comarca de Ourilândia do Norte.

Data: 15 de junho de 1995 - 5ª feira

Hora: 10 horas

Local: Fórum Juíza Maria Nauar Chaves - Ourilândia do Norte - Pa.

Evento: Sessão Especial promovida pela Assembléia Legislativa do Estado do Pará, para promulgação da Emenda Constitucional que alterou o art. 155 da Constituição do Estado, aumentando para 27 o número de desembargadores que compõem o Tribunal de Justiça do Estado.

Data: 19 de junho de 1995 - 2ª feira

Hora: 12 horas

Local: Salão do Tribunal do Júri - 2ª andar

Evento: Solenidade de posse dos candidatos aprovados e nomeados para os cargos de escrivão, escrevente, auxiliar judiciário, atendente judiciário e comissário de menor do Tribunal de Justiça do Estado.

Data: 30 de junho de 1995 - 6ª feira

Hora: 12 horas

Local: Plenário Rui Barbosa

Evento: Sessão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Pará em homenagem ao Centenário do Município de Abaetetuba.

Data: 09 de agosto de 1995 - 4ª feira

Hora: 11 horas

Local: Salão Nobre da Câmara Municipal de Abaetetuba.

Evento: Comemorações alusivas ao 168º aniversário da Instituição dos Cursos Jurídicos do Brasil.

Programação:

* Lançamento da Publicação - Série "Perfil dos Magistrados do Tribunal de Justiça", nº 02, em homenagem à memória do saudoso e ilustre Des. Augusto Rangel de Borborema e Abertura da Exposição "Nos Rastros da Justiça: A escravidão humana na Belém do século XIX".

Data: 11 de agosto de 1995 - 6ª feira

Hora: 11h30m

Local: Biblioteca Des. Antônio Koury

* Sessão Solene, tendo como Orador Oficial o professor-doutor Edmundo Oliveira, Titular de Direito penal da Universidade Federal do Pará, que falou sobre "A Questão Penitenciária".

Data: 11 de agosto de 1995 - 6ª feira

Hora: 17h30m

Local: Plenário Des. Oswaldo Pojucan Tavares.

Evento: Cerimônia de entrega do Título de Cidadão de Abaetetuba ao Des. Manoel de Christo

Alves Filho, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado.

Data: 14 de agosto de 1995 - 2ª feira

Hora: 11 horas

Local: Município de Abaetetuba-Pa.

Evento: Ato de Instalação da Vara da Assistência Judiciária da Comarca de Santarém.

Data: 27 de agosto de 1995 - domingo

Hora: 10 horas

Local: Fórum Des. Ernesto Adolfo de Vasconcelos Chaves

Evento: Palestra do Juiz Paulo Sérgio Frota e Silva, Coordenador do Juizado Especial de Pequenas Causas no Estado do Pará e Ato Solene de Assinatura do Convênio entre o Tribunal e as Faculdades Integradas do Tapajós - FIT, para a Instalação do Juizado.

Data: 28 de agosto de 1995 - 2ª feira

Hora: 19 horas

Local: Faculdades Integradas do Tapajós - FIT

Evento: Palestra do Juiz Paulo Sérgio Frota e Silva, Coordenador do JEPC no Estado do Pará e Ato Solene de Assinatura do Convênio entre o Tribunal e a Universidade Luterana do Brasil - ULBRA, para a instalação do Juizado.

Data: 29 de agosto de 1995 - 3ª feira

Hora: 19 horas

Local: Universidade Luterana do Brasil - ULBRA - Santarém-Pa.

Evento: Sessão Solene de Posse dos Desembargadores Rutêa Nazaré Valente do Couto Fortes, Yvonne Santiago Marinho, Jaime dos Santos Rocha, Lúcia de Clairefont Seguin Dias Cruz e Albanira Lobato Bemerguy.

Data: 29 de setembro de 1995 - 6ª feira

Hora: 17h30m

Local: Plenário Des. Oswaldo Pojucan Tavares - TJE - 4º andar

Evento: Conferência proferida pelo Des. Décio Antônio Erpen, Corregedor Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, sobre a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre os serviços notariais e de registro.

Data: 06 de outubro de 1995 - 6ª feira

Hora: 11 horas

Local: Salão do Tribunal do Júri - 2º andar

Evento: Ato de Instalação da 4ª Vara penal na Comarca de Castanhal

Data: 06 de outubro de 1995 - 6ª feira

Hora: 17 horas

Local: Fórum Des. João Bento de Souza - Castanhal-Pa.

Evento: Ato de Posse da Bacharela Silvia Mara Bentes de Souza, no cargo de Assessora de Câmara do Des. José Alberto Soares Maia.

Data: 10 de outubro de 1995 - 3ª feira

Hora: 13 horas

Local: Gabinete de Despacho da Presidência

Evento: Ato de Posse da Bacharela Maristela Rufino de Lima, no cargo de Assessora de Câmara do Des. Calistrato Alves de Matos

Data: 17 de outubro de 1995 - 3ª feira

Hora: 13 horas

Local: Gabinete de Despacho da Presidência

Evento: Sessão Solene de Posse do Procurador de Justiça Benedito de Miranda Alvarenga e da Juíza Osmarina Onadir Sampaio Nery, no cargo de Desembargador deste Tribunal.

Data: 20 de outubro de 1995 - 6ª feira

Hora: 17h30m

Local: Plenário Des. Oswaldo Pojucan Tavares

Evento: Cerimônia de Inauguração do Fórum Juiz Ademar Correro de Vasconcelos e Sessão Solene de Instalação da Comarca de Salvaterra.

Data: 28 de outubro de 1995 - sábado

Hora: 11 horas

Local: Fórum juiz Ademar Correro de Vasconcelos - Salvaterra-Pa.

Evento: Ato de Posse das Bacharelas Silvia de Nazaré Novoa dos Santos Velasco e Maria de Fátima Guimarães Ayres, nos cargos de Secretárias das Câmaras Cíveis Isoladas e do Bacharel Amílcar Câmara Leão, no cargo de Assessor de Câmara da Des. Izabel Leão.

Data: 06 de novembro de 1995 - 2ª feira

Hora: 13 horas

Local: Gabinete de Despacho da Presidência

Evento: Ato de Posse do Bacharel Francisco Caetano Miléo, no cargo de Assessor Direto da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado.

Data: 14 de novembro de 1995 - 3ª feira

Hora: 14h30m

Local: Gabinete de Despacho da Presidência

Evento: Ato de Posse do Bacharel Domingos Sávio Alves de Campos, no cargo de Chefe de Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado.

Data: 24 de novembro de 1995 - 6ª feira

Hora: 14h30m

Local: Gabinete de Despacho da Presidência

Evento: Ato de Posse do Dr. Antônio Nery de Souza Júnior, no cargo de Assessor de Câmara da Des. Osmarina Onadir Sampaio Nery.

Data: 27 de novembro de 1995 - 2ª feira

Hora: 14 horas

Local: Gabinete de Despacho da Presidência

Evento: Comemorações Alusivas ao Transcurso do Dia da Justiça

Data: 08 de dezembro de 1995 - 6ª feira

MISSA EM AÇÃO DE GRAÇAS

Hora: 09 horas

Local: Catedral Metropolitana de Belém

- ATO DE DESCERRAMENTO DAS PLACAS:

- Plenário Adjunto Desembargador Orlando

Dias Vieira

- Salão Nobre Conselheiro Rui Barbosa

Hora: 10 horas

Local: Palácio da Justiça - 4º andar

- CERIMÔNIA DE OUTORGA DE MEDALHAS DE BONS SERVIÇOS

Hora: 10h30m

Local: Palácio da Justiça - Salão Nobre do

Tribunal do Júri - 2º andar

Evento: Instalação do Juizado Especial de Pequenas Causas na Comarca de São João do Araguaia.

Data: 15 de dezembro de 1995 - 6ª feira
Hora: 11 horas
Local: Fórum Juiz José Elias Monteiro Lopes - São João do Araguaia-Pa.

Evento: Instalação do Posto de Atendimento do Juizado da Infância e Juventude da 3ª Vara Cível
Data: 22 de dezembro de 1995 - 6ª feira
Hora: 17 horas
Local: Terminal Rodoviário Engº Hildegardo da Silva Nunes - Praça do Operário s/n - São Braz (1º andar)

Evento: Ato de Posse dos Juizes de Direito do Interior, nos cargos de Juizes de 3ª Entrância, Comarca da Capital.

- Drª Dahil Paraense de Souza
- Drª Maria do Céu Maciel
- Drª Rosileide Maria Cunha Barros
- Drª Elena Farag
- Dr. Sabino Vasconcelos da Costa
Data: 26 de dezembro de 1995 - 3ª feira
Hora: 13 horas
Local: Plenário Des. Orlando Dias Vieira

Evento: Cerimônia de Lançamento do CD-ROM BIBLIOTECA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA.

Data: 29 de dezembro de 1995 - 6ª feira
Hora: 10 horas
Local: Salão do Tribunal do Júri - 2º andar

VISITAS

Evento: Visita Protocolar dos Novos Dirigentes do Tribunal de Justiça do Estado do Pará ao Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, Deputado Zenaldo Rodrigues Coutinho Júnior.

Data: 09 de fevereiro de 1995 - 5ª feira
Hora: 11 horas
Local: Palácio da Cabanagem - Praça Dom Pedro II

Evento: Visita Protocolar dos Novos Dirigentes do Tribunal de Justiça do Estado do Pará ao Secretário de Estado da Fazenda, Dr. Frederico Aníbal Costa Monteiro.

Data: 10 de fevereiro de 1995 - 6ª feira
Hora: 10 horas
Local: Av. Visconde de Souza Franco, 110

Evento: Visita Protocolar dos Novos Dirigentes do Tribunal de Justiça do Estado do Pará ao Prefeito Municipal de Belém, Dr. Hélio Mota Gueiros.

Data: 10 de fevereiro de 1995 - 6ª feira
Hora: 11 horas
Local: Palácio Antônio Lemos

Evento: Visita Protocolar dos Novos Dirigentes do Tribunal de Justiça do Estado do Pará ao Governador do Estado do Pará, Dr. Almir José de Oliveira Gabriel.

Data: 13 de fevereiro de 1995 - 2ª feira
Hora: 09h30m

Local: Palácio de Despachos - Rodovia Augusto Montenegro

Evento: Visita Protocolar dos Novos Dirigentes do Tribunal de Justiça do Estado do Pará ao Comandante do 1º Comando Aéreo Regional, Major-Brigadeiro-do-Ar Flávio Petersen.

Data: 13 de fevereiro de 1995 - 2ª feira
Hora: 10h30m
Local: Av. Júlio César, s/n.

Evento: Visita Protocolar dos Novos Dirigentes do Tribunal de Justiça do Estado do Pará ao Comando Geral do IV Distrito Naval, Capitão-de-Mar-e-Guerra Luiz Alves de Mendonça Mota, Chefe do Estado Maior.

Data: 13 de fevereiro de 1995 - 2ª feira
Hora: 11h30m
Local: Praça Carneiro da Rocha, s/n (Arsenal)

Evento: Visita Protocolar dos Novos Dirigentes do Tribunal de Justiça do Estado do Pará à Procuradora Geral de Justiça, Dra. Edith Marília Maia Crespo.

Data: 14 de fevereiro de 1995 - 3ª feira
Hora: 10h30m
Local: Rua João Diogo - Praça Felipe Patroni.

Evento: Visita Protocolar dos Novos Dirigentes do Tribunal de Justiça do Estado do Pará à Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Conselheira Eva Andersen Pinheiro.

Data: 14 de fevereiro de 1995 - 3ª feira
Hora: 11 horas
Local: Tv. Quintino Bocaiúva, 1585

Evento: Visita Protocolar dos Novos Dirigentes do Tribunal de Justiça do Estado do Pará ao Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios, Conselheiro Irawaldyr Rocha.

Data: 14 de fevereiro de 1995 - 3ª feira
Hora: 11h30m
Local: Tv. Magno de Araújo, 474

Evento: Visita Protocolar dos Novos Dirigentes do Tribunal de Justiça do Estado do Pará ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado, coronel PM Flaviano José Luiz Lopes.

Data: 14 de fevereiro de 1995 - 3ª feira
Hora: 12 horas
Local: Av. Almirante Barroso, 649

Evento: Visita Protocolar dos Novos Dirigentes do Tribunal de Justiça do Estado do Pará à Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Des. Maria de Nazareth Brabo de Souza.

Data: 14 de fevereiro de 1995 - 3ª feira
Hora: 15h30m
Local: Rua João Diogo, 278

Evento: Visita Protocolar dos Novos Dirigentes do Tribunal de Justiça do Estado do Pará à Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, Juíza Marilda Wanderley Coelho.

Data: 14 de fevereiro de 1995 - 3ª feira
Hora: 16 horas
Local: Tv. Dom Pedro I, 750

Evento: Visita Protocolar dos Novos Dirigentes do Tribunal de Justiça do Estado do Pará ao Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil-Seção do Pará, Dr. Sérgio Frazão do Couto.

Data: 14 de fevereiro de 1995 - 3ª feira
Hora: 16h30m
Local: Praça Barão do Rio Branco, 93

Evento: Visita Protocolar dos Novos Dirigentes do Tribunal de Justiça do Estado do Pará ao Superintendente do Jornal Diário do Pará, jornalista Laércio Wilson Barbalho.

Data: 14 de fevereiro de 1995 - 3ª feira
Hora: 17 horas
Local: Rua Gaspar Viana, S/N

Evento: Visita Protocolar dos Novos Dirigentes do Tribunal de Justiça do Estado do Pará ao Superintendente do jornal "O Popular", jornalista Silas Assis.

Data: 14 de fevereiro de 1995 - 3ª feira
Hora: 17h30m
Local: Av. Generalíssimo Deodoro, 500

Evento: Visita Protocolar dos Novos Dirigentes do Tribunal de Justiça do Estado do Pará ao Arcebispo Metropolitano de Belém, Dom Vicente Joaquim Zico.

Data: 15 de fevereiro de 1995 - 4ª feira
Hora: 16h30m
Local: Av. Gov. José Malcher, 915

Evento: Visita Protocolar dos Novos Dirigentes do Tribunal de Justiça do Estado do Pará ao Vice-Presidente do Sistema Rômulo Maiorana de Comunicações, jornalista Rômulo Maiorana Júnior.

Data: 15 de fevereiro de 1995 - 4ª feira
Hora: 17 horas
Local: Rua Gaspar Viana, 253/223

Evento: Visita Protocolar dos Novos Dirigentes do Tribunal de Justiça do Estado do Pará ao Diretor-Superintendente do jornal A Província do Pará, jornalista Arthêmio Guimarães.

Data: 15 de fevereiro de 1995 - 4ª feira
Hora: 17h30m
Local: Tv. Campos Sales, 206/210

Evento: Visita de cortesia do Des. Antônio Fernando do Amaral Silva, do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Data: 20 de fevereiro de 1995 - 2ª feira
Hora: 10 horas
Local: Gabinete de Despacho da Presidência.

Evento: Audiência com os delegados da ADEPOL - Associação dos Delegados de Polícia do Estado do Pará.

Data: 23 de fevereiro de 1995 - 5ª feira
Hora: 13h30m
Local: Gabinete de Despacho da Presidência.

Evento: Visita de despedida do Vice-Almirante Luiz Feio Obino, Comandante do IV Distrito Naval.
Data: 10 de março de 1995 - 6ª feira
Hora: 10h30m
Local: Salão Nobre do Tribunal de Justiça

Evento: Visita de cortesia dos prefeitos membros da Associação dos Municípios da Transamazônica/Santarém.

Data: 27 de março de 1995 - 2ª feira
Hora: 12 horas
Local: Gabinete de Despacho do Presidente.

Evento: Visita de despedida do General-de-Divisão Luiz de Góes Nogueira Filho, Comandante do Comando Militar do Norte da 8ª Região.

Data: 10 de abril de 1995 - 2ª feira
Hora: 11 horas
Local: Salão Nobre do Tribunal de Justiça do Estado.

Evento: Visita de cortesia do Dr. Ernando Uchoa Lima, Presidente do Conselho Federal da O.A.B.

Data: 18 de abril de 1995 - 3ª feira
Hora: 12 horas
Local: Salão Nobre do Tribunal de Justiça do Estado.

Evento: Visita Oficial do Senhor Shlomo Bino, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário de Israel no Brasil.

Data: 26 de maio de 1995 - 6ª feira
Hora: 12 horas
Local: Salão Nobre do Tribunal de Justiça

Evento: Visita Oficial do Senhor Vidal Sorto Rubio, Cônsul Geral de El Salvador.

Data: 06 de junho de 1995 - 3ª feira
Hora: 12h30m
Local: Salão Nobre do Tribunal de Justiça

Evento: Visita Oficial do Senhor Philippe Lecourtier, Embaixador da França no Brasil.

Data: 17 de julho de 1995 - 2ª feira
Hora: 11h30m
Local: Salão Nobre do Tribunal

Evento: Visita Oficial do Senhor Kriesnadath Nando Eh, Embaixador Extraordinário de Plenipotenciário do Suriname no Brasil.

Data: 18 de agosto de 1995 - 6ª feira
Hora: 10 horas
Local: Salão Nobre do Tribunal de Justiça do Estado.

Evento: Visita Oficial do Senhor Yoel Barne, Cônsul Geral de Israel.

Data: 25 de agosto de 1995 - 6ª feira
Hora: 12h30m
Local: Salão Nobre do Tribunal de Justiça do Estado

Evento: Visita Oficial do Senhor Zainal Abidin Bin Mahamad Zain, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Malásia, no Brasil.

Data: 01 de setembro de 1995 - 6ª feira
Hora: 11h15m
Local: Salão Nobre do Tribunal de Justiça do Estado.

Evento: Visita Oficial do Senhor Oliviero Rossi, Embaixador da Itália, no Brasil.

Data: 19 de setembro de 1995 - 3ª feira
Hora: 12 horas
Local: Salão Nobre do Tribunal de Justiça do Estado.

Evento: Visita de Cortesia do Dr. Manoel Santino Nascimento Júnior, Procurador Geral de Justiça.

Data: 11 de outubro de 1995 - 4ª feira
Hora: 10h30m
Local: Gabinete de Despacho do Presidente.

ANO DE 1996

- CERIMÔNIAS:

Evento: Ato de Assinatura do Convênio Celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado (24ª Vara Cível) e a UNAMA, para a criação de um pólo de Liberdade Assistida Comunitária.

Data: 30 de janeiro de 1996 - 3ª feira
Hora: 11 horas
Local: Salão Nobre Conselheiro Rui Barbosa

Evento: Ato de posse do jornalista Océlio de Jesus Moraes, no cargo de Assessor de Imprensa do Tribunal de Justiça.

Data: 05 de fevereiro de 1996 - 2ª feira
Hora: 13 horas
Local: Gabinete de Despacho do Presidente.

Evento: Sessão Especial de Instalação do Ano Judiciário de 1996, oportunidade em que o Excelentíssimo Senhor Doutor Almir José de Oliveira Gabriel, Governador do Estado do Pará, assinou o Decreto de desapropriação, para o Poder Judiciário do imóvel do antigo supermercado São João, na Praça República do Líbano.

Data: 01 de fevereiro de 1996 - 5ª feira
Hora: 10 horas
Local: Plenário Des. Oswaldo Pojucan Tavares

Evento: Ato de posse dos novos Assessores de Câmaras de Desembargadores:

- Drª Márcia D'Assunção Monteiro Tavares - Des. Lúcia Cruz
- Drª Adrienne Macêdo Alvarenga Van Wijk - Des. Benedito Alvarenga
- Drª Adelaide Conceição de Mª Santiago Marinho - Des. Yvonne Marinho
- Dr. Jaime dos Santos Rocha Júnior - Des. Jaime Rocha

- Dr. Antônio Roberto Alcântara Pereira - Des. Albanira Bemerguy
Data: 14 de fevereiro de 1996 - 4ª feira
Hora: 11 horas
Local: Gabinete de Despacho do Presidente.

Evento: Ato de Posse da Juíza Eliete Contente Barbosa, no cargo de Juíza Não Titular de Vara da Comarca da Capital - 3ª Entrância.

Data: 16 de fevereiro de 1996 - 6ª feira
Hora: 12h30m
Local: Gabinete de Despacho do Presidente.

Evento: Ato de Assinatura do Termo de Doação, para o Instituto Médico Legal Renato Chaves, de equipamentos de informática

(computadores) inservíveis para o Tribunal.

Data: 26 de março de 1996 - 3ª feira
Hora: 13 horas
Local: Gabinete de Despacho da Presidência.

Evento: Ato de Assinatura do Convênio entre o Tribunal de Justiça do Estado (Juizado de Pequenas Causas e Assistência Judiciária) e a Comunidade do PAAR.

Data: 29 de abril de 1996 - 2ª feira
Hora: 12 horas
Local: Gabinete de Despacho da Presidência.

Evento: Cerimônia de Instalação do Juizado Especial - Cível e Criminal na Sede do Conselho Comunitário do PAAR.

Data: 31 de maio de 1996 - 6ª feira
Hora: 17 horas
Local: Sede do Conselho Comunitário do PAAR

Evento: Posse dos Novos Oficiais de Justiça lotados no Fórum Cível e Repartição Criminal da Comarca da Capital.

Data: 03 de junho de 1996 - 2ª feira
Hora: 14 horas
Local: Gabinete de Despacho do Presidente.

Evento: Posse do Tenente-Coronel Félix Coêlho Bezerra, no cargo de Coordenador de Segurança do Tribunal de Justiça do Estado.

Data: 11 de junho de 1996 - 3ª feira
Hora: 13 horas
Local: Gabinete de Despacho do Presidente.

Evento: Palestra do dr. José Prado de Souza, Presidente da Caixa de Assistência dos Funcionários do Basa, sobre os serviços de assistência médica prestados por Caixas de Previdência de Saúde das entidades públicas e privadas.

Data: 19 de junho de 1996 - 4ª feira
Hora: 10 horas
Local: Plenário Adjunto Des. Orlando Dias Vieira

Evento: Posses das Juízas Ednéa Tavares e Edith Dias, no cargo de Juízas Não Titulares de Varas da Capital.

Data: 01 de julho de 1996 - 2ª feira
Hora: 13 horas
Local: Gabinete de Despacho do Presidente.

Evento: Posse da drª Ednair Leão, no cargo de Assessora do Plenário do Tribunal de Justiça do Estado.

Data: 01 de julho de 1996 - 2ª feira
Hora: 13 horas
Local: Gabinete de Despacho do Presidente.

Evento: Ato de entrega da Medalha de honra "ABSBM" - Associação Brasileira de Saúde das Polícias Militares, Presidente do Tribunal de

Justiça, Des. Manoel de Christo Alves Filho, pelo coronel-médico João Vieira.

Data: 11 de julho de 1996 - 5ª feira
Hora: 13 horas
Local: Gabinete de Despacho do Presidente.

Evento: Entrevista do Censo do IBGE/96, ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado.

Data: 01 de agosto de 1996 - 5ª feira
Hora: 10h30m
Local: Salão Nobre Conselheiro Rui Barbosa.

Evento: Programação alusiva do transcurso do 169º Aniversário da Instituição dos Cursos Jurídicos no Brasil, incluindo Palestra do professor doutor Otávio Mendonça; lançamento do 3º número da série Perfil dos Magistrados - homenageando a memória do ilustre e saudoso desembargador Henrique Jorge Hurley e a Atualização da Galeria de Retratos dos Ex-Presidentes do Tribunal de Justiça do Estado.

Data: 09 de agosto de 1996 - 6ª feira
Hora: 17 horas
Local: Plenário Des. Oswaldo Pojucan Tavares e Salão Nobre Conselheiro Rui Barbosa.

Evento: Ato de Instalação da 6ª Vara da Comarca de Santarém.

Data: 16 de agosto de 1996 - 6ª feira
Hora: 11 horas
Local: Fórum Desembargador Ernesto Adolfo de Vasconcelos - Av. Mendonça Furtado s/n - Santarém-Pa.

Evento: Posse das Novas Juízas Não Titulares de Vara da Comarca da Capital: Drª Célia Regina de Lima Pinheiro e Drª Ezilda Pastana Mutran.

Data: 23 de agosto de 1996 - 6ª feira
Hora: 12 horas
Local: Gabinete de Despacho do Presidente.

Evento: Cerimônia de Inauguração do Fórum Juiz Florêncio Nabor de Athayde Leite e Sessão Solene de Instalação da Comarca de São Domingos do Araguaia.

Data: 30 de agosto de 1996 - 6ª feira
Hora: 11 horas
Local: Fórum Juiz Florêncio Nabor de Athayde Leite - Município de São Domingos do Araguaia-Pa.

Evento: Ato de Posse da Desembargadora Lydia Dias Fernandes, no cargo de Secretária da Comissão Internacional de Adoção de Menores.

Data: 10 de setembro de 1996 - 3ª feira
Hora: 12h30m
Local: Gabinete de Despacho do Presidente.

Evento: Sessão Solene de Posse dos Novos Juizes Substitutos do TJE - Luiz Ernane Ferreira Ribeiro Malato, Carmem Oliveira de Castro Carvalho, Miguel Lima dos Reis Júnior, Marco Antônio Lobo Castelo Branco, Max Ney do Rosário Cabral, Sarah Castelo Branco Rodrigues, Vanderley de Oliveira Silva, Raimundo Moisés Alves Flexa, Aléria Bastos de Medeiros, José Maria Pereira

Campos e Silva, João Augusto Figueiredo de Oliveira Júnior e Eliane dos Santos Figueiredo.
Data: 11 de setembro de 1996 - 4ª feira
Hora: 17h30m
Local: Plenário Des. Oswaldo Pojucan Tavares.

Evento: Cerimônia de Inauguração do Fórum Juiz José Antônio Gonçalves Alves e Sessão Solene de Instalação da Comarca de Aurora do Pará.

Data: 14 de setembro de 1996 - sábado
Hora: 11h30m
Local: Fórum Juiz José Antônio Gonçalves Alves - Município de Aurora do Pará-Pa.

Evento: Cerimônia de Inauguração do Fórum Professor Doutor Aldebaro Cavaleiro de Macedo Klautau e Sessão Solene de Instalação da Comarca de São Caetano de Odívelas.

Data: 20 de setembro de 1996 - 6ª feira
Hora: 11 horas
Local: Fórum Professor Doutor Aldebaro Cavaleiro de Macêdo Klautau - Município de São Caetano de Odívelas-Pa.

Evento: Ato de Posse de Assessores de Juizes, Escrivães e Escreventes do Tribunal de Justiça do Estado.

Data: 01 de outubro de 1996 - 3ª feira
Hora: 12 horas
Local: Gabinete de Despacho do Presidente.

Evento: Sessão Solene de Posse dos Novos Juizes Substitutos deste Tribunal: Marcus Alan de Melo Gomes, Rita Helena Barros Fagundes, Antonieta Maria Ferrari Mileo, Tânia Batistello, Marisa Bellini de Oliveira, Raimundo das Chagas Filho, Sandra Maria Ferreira Castelo Branco Silva, Ricardo Salame Guimarães e Flávio Sanchez Leão.

Data: 16 de outubro de 1996 - 4ª feira
Hora: 17 horas
Local: Plenário Desembargador Oswaldo Pojucan Tavares - 4º andar.
Traje: Passeio

Evento: Cerimônia de Inauguração e Instalação do Juizado Especial Cível e Criminal da Cidade Nova VIII.

Data: 17 de outubro de 1996 - 5ª feira
Hora: 17 horas
Local: Estrada da Providência, entre Cidade Nova WE 30 e WE 35, complexo esportivo do COEN - Cidade Nova VIII - Ananindeua-Pa.

Evento: Cerimônia de Inauguração do Fórum Juiz Gaspar Vicente da Costa e Instalação da Comarca de Faro.

Data: 19 de outubro de 1996 - sábado
Hora: 17 horas
Local: Fórum Juiz Gaspar Vicente da Costa - Faro-Pa.

Evento: Ato de Instalação da 6ª Vara da Comarca de Ananindeua.

Data: 24 de outubro de 1996 - 5ª feira
Hora: 17 horas

Local: Fórum Des. Edgard Maia Lassance
Cunha - BR-316 Km 8 - Ananindeua-Pa.
Evento: Cerimônia de Reinauguração da Nova
Sede da Associação dos Magistrados do Estado do
Pará.

Data: 28 de outubro de 1996 - 2ª feira
Hora: 19 horas
Local: Sede da AMEPA - Av. Governador José
Malcher, 1074

Evento: Cerimônia de Inauguração do Fórum
Pretor Michel de Mello e Silva e da Sessão Solene
de Instalação da Comarca de Prainha.

Data: 17 de novembro de 1996 - domingo
Hora: 11 horas
Local: Fórum Pretor Michel de Mello e Silva -
Prainha-Pa.

Evento: Cerimônia de Inauguração do Fórum
Juiz Germano Bentes Guerreiro, da Comarca de Afuá.

Data: 24 de novembro de 1996 - domingo
Hora: 11 horas
Local: Fórum Juiz Germano Bentes Guerreiro -
Município de Afuá-Pa.

Evento: Comemorações Alusivas ao Dia da
Justiça

Data: 08 de dezembro de 1996 - domingo
MISSA EM AÇÃO DE GRAÇAS
Hora: 9 horas
Local: Catedral Metropolitana de Belém
INAUGURAÇÃO DA SALA DO ADVOGADO
Hora: 10 horas
Local: 5º andar do Prédio Principal do Tribunal
de Justiça do Estado.

- CERIMÔNIA DE OUTORGA DAS
MEDALHAS DE BONS SERVIÇOS PRESTADOS À
JUSTIÇA E DA ORDEM DO MÉRITO
ADVOCATÍCIO.

Hora: 10h30m
Local: Salão do Tribunal do Júri - 2º andar do
Tribunal de Justiça do Estado.

Evento: Cerimônia de Inauguração do Fórum
Doutor Ricardo Borges e Sessão Solene de
Instalação da Comarca de Curralinho.

Data: 14 de dezembro de 1996 - sábado
Hora: 11 horas
Local: Fórum Dr. Ricardo Borges
Município de Curralinho.

VISITAS

Evento: Visita Oficial do Senhor Herberth
Linder, Embaixador da Noruega no Brasil.
Data: 01 de fevereiro de 1996 - 5ª feira
Hora: 13 horas
Local: Salão Nobre Conselheiro Rui Barbosa.

Evento: Visita Oficial do Senhor Donald Keith
Heskell, Embaixador da Grã-Bretanha no Brasil.
Data: 08 de fevereiro de 1996 - 5ª feira
Hora: 13 horas

Local: Salão Nobre Conselheiro Rui Barbosa.

Evento: Visita Oficial do Senhor André
Brouwer, Embaixador da Holanda no Brasil.
Data: 27 de fevereiro de 1996 - 3ª feira
Hora: 11h30m
Local: Salão Nobre Conselheiro Rui Barbosa.

Evento: Visita Oficial do Senhor Aleisandro
Gordilho Fernandez, Embaixador do Peru no Brasil.
Data: 08 de abril de 1996 - 2ª feira
Hora: 10 horas
Local: Salão Nobre Conselheiro Rui Barbosa.

Evento: Visita de Cortesia do Senhor
Yoshinori Nuimura, Cônsul Geral do Japão.
Data: 22 de abril de 1996 - 2ª feira
Hora: 11h30m
Local: Gabinete de Despacho da Presidência.

Evento: Visita de Cortesia do Des. Liberato
Póvoa, do Tribunal de Justiça do Estado do
Tocantins.

Data: 27 de janeiro de 1996 - 5ª feira.
Hora: 13 horas
Local: Salão Nobre Conselheiro Rui Barbosa.

Evento: Visita de Cortesia da Comitativa do
Conselho Mundial de Igrejas e do Parlamento
Europeu.

Data: 19 de julho de 1996 - 6ª feira
Hora: 11h30m
Local: Salão Nobre Conselheiro Rui Barbosa.

Evento: Visita de Cortesia do Vice-Almirante
Odilon Luiz Wollstein, novo Comandante do IV
Distrito Naval.

Data: 02 de agosto de 1996
Hora: 10h30m
Local: Salão Nobre Conselheiro Rui Barbosa.

Além das atividades acima relacionadas, esta
Assessoria teve o seguinte movimento burocrático
no biênio 95/96:

Ano	1995	1996
- Ofícios Expedidos	0130	007
- Ofícios Recebidos	0248	004
- Ofícios Circulares	0010	000
- Memorandos Expedidos	0021	002
- Memorandos Recebidos	0009	000
- Telegramas Expedidos	1060	106
- Telegramas Recebidos	0152	006
- Telex Recebidos	0152	006
- Telex Recebidos	0010	000
- Fax Expedidos	0084	007
- Fax Recebidos	0051	002
- Requisição de Passagens	0073	008
Diversos	0200	012



- CERIMÔNIAS:

Sessão especial da Assembléia
Legislativa do Pará
promulgação da Emenda
Constitucional



Sessão especial do T.J.E. em
homenagem ao centenário do
município de Abaetetuba



Posse dos Desembargadores
Benedito de Miranda Alvarenga e
Osmarina Onadir Sampaio Nery

Ato de descerramento da placa
Orlando Dias Vieira



Ato da assinatura do convênio
entre o T.J.E. e UNAMA



Sessão solene de posse dos novos
juízes substitutos do T.J.E.



Posse dos novos juízes substitutos



Lançamento da publicação "Série Perfil dos
Magistrados do Tribunal de Justiça, nº 2"
em homenagem à memória do saudoso Des.
Augusto Rangel de Borborema



1.4 - SECRETARIA DA PRESIDÊNCIA

1.4.1 - SERVIÇO MÉDICO

Dr. Geraldo Souza

Consultas	272
Perícias	92
ECG	100
Pré-admissional	37
Atestados	39
Visto em atestados	42
Declaração de Isenção de I.R	01
Consulta hospitalar	01
Perícia residencial	06

Dr. Miguel Angelo N.Simas

Consulta à funcionário	1.302
Consulta à domicílio	35
Consulta à dependente	1.173
Consulta à domicílio	18
Estagiário	18
Atestado de óbito	01
Prescrição de produtos controlados	25
Batido ECG	80
Perícia médica	85
Pré-admissional	37
Atestado médico	110

Dra. Sônia Maria Losada Maia Auad

Consultas	659
Pré-admissional	32
Visita em residência	03
Prescrição de medicamento controlado	58
Visita hospitalar	02
Visto em atestados	74
Exame de capacitação física	15
Atestados	47
Atendimento a preso de justiça	01

Dr. Albenis Martins Silva

Consultas	780
Perícia em consultório	07
Visto em atestado	18
Perícia em residência	56
Prescrição de medicamento controlado	18
Atestados	35
Atestado de sanidade física e mental	06
Pequenas cirurgias:	
Retirada de cisto sebáceo	86
Drenagem de abscesso	15
Debridamento	23
Retirada de sinal	57
Retirada de corpo estranho	13
Retirada de lipoma	07
Correção cirúrgica de lesão cutânea	03

Dra. Maria Ivone F. de Oliveira (Pediatra)

Consultas	1.522
Consulta domiciliar	50
Consulta hospitalar	15

Visto em atestado	78
Atestado	150
Receita de medicação controlada	32

Dr. Nelson Luis O.Santos (Ginecologia)

Consultas	1.329
Cauterização	04
Cirurgia	11
Retirada de Pontos	08
Curativo de cauterização	12
Exame pré-admissional	04
Consulta domiciliar	01
Atestado médico	101
Receita de medicação controlada	80
Consulta hospitalar	07
Visto em atestado	135

Dr. Roberto Carvalho Lima

Consultas	530
Atestado p/funcionário	43
Visto em atestado	87
Visita em residência	19
Perícia em residência	09
Pequena cirurgia	03
Prescrição de medicação controlada	17
Exame pré-admissional	04
Atestado de sanidade física e mental	23

Dr. Lauro Queiroz

Consultas	389
Atestados	190
Visto em atestados	230
Perícia em consultório	10
Visita domiciliar	08
Pequenas cirurgias	190
Receituário de medicação controlada	25
Retirada de cisto	18
Retirada de sinais	09

RESUMO DAS ATIVIDADES DE ENFERMAGEM NO ANO DE 1996

Aplicação de injeção	1.452
Curativos	1.535
Aplicação de Aerosol	588
Aplicação de infra-vermelho	120
Aplicação de ultra-som	52
Verificação de pressão arterial	1.543
Retirada de ponto	250
Extração de unha	100
Aplicação de soro fisiológico à domicílio	15
Aplicação de soro fisiológico ambulatorial	20
Imobilização	18
Suturas	120
Debridamento	220
Teste de sensibilidade	80
Aplicação de vacina sub-cutânea	40
Drenagem de abscesso	115
Retirada de cisto sebáceo	140
Aplicação de insulina	70
Curativo domiciliar	60
Retirada de corpo estranho	80

1.4.2 - COORDENAÇÃO DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

1995

REFORMAS

De maneira geral, as reformas realizadas nas instalações do TJE - BELÉM e ANEXOS, compreenderam essencialmente os seguintes serviços:

- * confecção de armários suspensos e balcão de atendimento, montagem de divisórias e pinturas geral em diversas Varas e respectivos Cartórios dos Fóruns Cível e Criminal;

- * reforma geral no gabinete do Desembargador Werther Benedito Coelho incluindo desde nova instalação elétrica e lógica, com substituição de piso, pintura, confecção de armários suspensos em compensado "formicado", além da aquisição de novo mobiliário;

- * reforma geral com adaptação para 06 (seis) novos gabinetes de Desembargadores, onde foram efetuados novas instalações elétricas e lógicas, os pisos em madeira de lei foram sintecados, pintura geral, fixação de novas divisórias, confecção de armários em madeira de lei e/ou em compensados "formicados", aquisição de novos mobiliários como complementação;

- * para o Plenário do TJE foram confeccionados em madeira de lei 07 (sete) novas bancadas entalhadas com as respectivas cadeiras em espaldar alto, além da complementação de todo o carpete.

CONVÊNIOS

Em 01 de setembro/95 foi firmado o convênio entre o Tribunal de Justiça do Estado do Pará e a Prefeitura Municipal de São Caetano de Odivelas, com objetivo de reformar e adaptar um Fórum de 632 m² de área construída, nas antigas instalações de um galpão desta cidade e a construção de uma Residência Oficial de Juiz com cerca de 70 m² de área construída.

No referido Convênio coube ao TJE a transferência de recursos financeiros da ordem de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) para aplicação de modo específico nas obras. O desenvolvimento dos projetos arquitetônicos, assim como, fiscalização da execução das obras, tanto do Fórum e como da Residência Oficial, inaugurados em setembro/96, ficaram a cargo da Coordenação de Obras e Manutenção.

1996

REFORMAS E CONSTRUÇÕES

Os principais serviços empreendidos no TJE - BELÉM e ANEXOS, durante o ano de 1996 foram:

- * confecção de armários suspensos e de balcões de atendimento, montagem de divisórias tipo "eucatex" e pintura geral para Varas e Cartórios do Fórum Cível e Criminal;

- * reforma geral na Secretaria Geral do TJE e

na Secretaria das Câmaras Cíveis Isoladas;

- * reforma geral nas instalações elétricas dos Fóruns de Abaetetuba e Icoaraci;

- * desenvolvimento do projeto arquitetônico com a respectiva especificação técnica para a Prefeitura Municipal de São Domingos do Araguaia.

ANANINDEUA

JUIZADO ESPECIAL DO PAAR

Dando andamento às metas do Excelentíssimo Desembargador Manoel de Christo Alves Filho, ou seja "levar a justiça junto ao povo", durante o mês de abril/96 foi firmado convênio entre o Tribunal de Justiça do Estado do Pará e a Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB) com a finalidade de reformar e adaptar o prédio do Centro Comunitário do PAAR, com média de 277 m² de área construída, em um único pavimento térreo, sito à Rua Solimões, s/n, no final da Cidade Nova VI, no Coqueiro, para instalação do Juizado Especial Cível e Criminal nesta localidade, tendo suas instalações inauguradas no mês de maio/96.

Coube ao TJE, através da Coordenação de Obras e Manutenção a administração dos recursos financeiros para compra de material e pagamento da mão-de-obra, onde foram realizados os seguintes serviços de reforma:

- * revisão geral nas instalações elétricas e hidro-sanitárias;
- * execução das instalações lógicas e telefônicas;
- * confecção de alvenaria, devidamente rebocada e pintada;
- * pintura geral;
- * aquisição e colocação de forro PVC, na cor bege;
- * confecção e fixação de letreiros, placa de inauguração; e
- * aquisição de mobiliários.

JUIZADO ESPECIAL DA CIDADE NOVA VIII

Dando continuidade às metas expostas acima, da administração do Excelentíssimo Desembargador Manoel de Christo Alves Filho, durante o mês de agosto/96 foi firmado outro convênio entre o Tribunal de Justiça do Estado do Pará e a Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB) com a finalidade de reformar e adaptar um dos prédios da COHAB, para instalação do Juizado Especial Cível e Criminal nessa localidade.

A referida edificação possui cerca de 277 m² de área construída, com projeto arquitetônico semelhante ao do Juizado Especial do PAAR, também de um único pavimento térreo, sito na via principal, Estrada da Providência s/n entre as WE-30 e WE-35, na Cidade Nova VIII no Coqueiro. Este Juizado Especial, teve suas instalações inauguradas em outubro/96.

Coube novamente à Divisão de Obras e Manutenção a administração dos recursos financeiros para aquisição de material e pagamento da mão-de-obra local, onde foram realizados os seguintes serviços de reforma:

- * revisão geral nas instalações elétricas e hidro-sanitárias;
- * construção de sanitário privativo;
- * execução das instalações lógicas e telefônicas;
- * confecção de alvenaria, devidamente rebocada e pintada;
- * pintura geral;
- * aquisição e colocação de forro PVC, na cor bege;
- * confecção e fixação de letreiros;
- * execução de plataforma para mastros; e
- * aquisição de mobiliários.

BELÉM

ANEXO III DO TJE CONSTRUÇÃO

Mediante a desapropriação pelo Governo do Estado em julho/96, de um imóvel sito à Praça República do Líbano, nº 260, antigas instalações do supermercado São João, terreno de 655 m², totalmente edificado; o TJE, através da Coordenação de Obras e Manutenção executou o levantamento técnico e o projeto arquitetônico de adaptação para construção do Anexo III do TJE com cerca de 655 m² de área construída por pavimento, num total de 1965 m² de área construída, distribuídas em 03 (três) pavimentos para abrigar o Fórum Criminal.

Em setembro/96, o TJE efetuava a TOMADA DE PREÇOS Nº 012/CPL/TJE/96, para reforma, Construção e Adaptação do Anexo III do TJE, que está sendo realizada pela firma R.H. Construções, Engenharia e Projetos Ltda., no valor global de R\$ 1.146.271,53 (hum milhão, cento e quarenta e seis mil, duzentos e setenta e um reais e cinquenta e três centavos), com prazo de execução de 120 (cento e vinte dias) e prazo de entrega para final de janeiro/97.

ARQUIVO DO TJE

REFORMA E ADAPTAÇÃO P/PRÉDIO NOVO

Após a desapropriação pelo Governo do Estado do Pará, de um imóvel, sito à Rua 16 de Novembro.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TJE

REFORMA

Em dezembro/96, o TJE realizava a CARTA CONVITE Nº 032/CPL/TJE/96, com a finalidade de reformar e ampliar o gabinete da Presidência e áreas de apoio, num total de 137 m² de área construída (anexando a antiga sala do Cerimonial), no valor global de R\$ 13.146,72 (treze mil, cento e quarenta reais e setenta e um centavos), executada pela firma TRAÇO Engenharia Ltda., com prazo de entrega em 20 (vinte) dias.

A referida reforma compreendeu a substituição de todo piso por placas de granito, novo lay-out de divisória, novas instalações elétricas, lógicas e de

telefone, pintura geral, reforma geral nos mobiliários.

JUIZADO ESPECIAL DO MARCO REFORMA P/INSTALAÇÃO

Dando continuidade, às metas expostas anteriormente, da administração do Excelentíssimo Desembargador Manoel de Christo Alves Filho, no final do mês de novembro/96 foi realizada reforma e adaptação em uma parte existente nas edificações da Escola de Educação Física, sito à Avenida 1º de Dezembro, para instalação do JUIZADO ESPECIAL CIVIL E CRIMINAL neste bairro.

A referida edificação possui cerca de 85 m² de área construída, em um único pavimento térreo, com entrada pela Rua da Vileta, às proximidades da Avenida 1º de Dezembro. Este Juizado Especial, teve suas instalações inauguradas no final de dezembro/96.

Houve a necessidade de efetuar-se alguns serviços gerais de reforma e adaptações, para abrigar sala de Juiz, Promotoria e Defensoria, cabendo à Coordenação de Obras e Manutenção a administração dos recursos financeiros para aquisição de material e pagamento da mão-de-obra local. Serviços executados:

- * reforma geral nas instalações elétricas, lógicas e telefônicas;
- * revisão geral na cobertura, complementando telhado em fibrocimento;
- * execução de muro em alvenaria, devidamente rebocado e pintado;
- * pintura geral; e
- * confecção e fixação de placas e letreiros da fachada.

BUJARU

FÓRUM

Mediante a doação pelo Governo do Estado, do prédio onde funcionava a Secretaria da Fazenda, localizado na Avenida Beira Mar, nº 223, no município de Bujaru, em novembro/96, o TJE realizava a CARTA CONVITE Nº 040/CPL/TJE/96, para efetuar a reforma e adaptação nestas edificações para instalação do Fórum da Comarca de Bujaru.

O referido prédio possuía cerca de 155,37 m² de área construída, houve necessidade de acréscimo, totalizando uma média de 253,63 m² de área construída, para atender ao programa de necessidades para Fóruns de 1ª Entrância, onde foram necessários vários pequenos serviços de reforma, tais como: execução de novas instalações elétricas, hidro-sanitárias, lógicas, confecção das alvenarias, pintura geral, substituição de pisos e execução de plataforma para mastros, além de outros.

A reforma geral foi efetuada pela firma LACA Engenharia Ltda., no valor global R\$ 61.909,58 (sessenta e um mil, novecentos e nove reais e cinquenta e oito centavos), com prazo de execução de 60 (sessenta) dias, e término no mês de janeiro/97.

CASTANHIAL

FÓRUM

Após a desapropriação pelo Governo do Estado, em meados de setembro-96 de um imóvel localizado no município de Castanhal, sito à BR-316, antigas instalações da loja CIMACO, atual prédio do Correio, medindo aproximadamente 1.350 m² de área construída, distribuídas em 02 (dois) pavimentos, foi realizado o levantamento técnico e o projeto arquitetônico de adaptação para futura instalação do novo Fórum da Comarca de Castanhal.

Desta forma, em novembro/96, o TJE autorizava a TOMADA DE PREÇOS Nº 015/CPL/TJE/96, para realização da Reforma e Adaptação para o novo Fórum de Castanhal, executada pela firma R.H. Engenharia Ltda., no valor global de R\$ 428.380,87 (quatrocentos e vinte e oito mil, trezentos e oitenta reais e oitenta e sete centavos), com prazo de execução de 50 (cinquenta) dias corridos e entrega para final de janeiro/97.

MOBILIÁRIO

ANEXO III E CASTANHIAL

Paralelamente, às obras de construção do ANEXO III do TJE em Belém, e do novo Fórum de Castanhal, no final de novembro/96, era realizada a TOMADA DE PREÇOS Nº 016/CPL/TJE/96, para aquisição de todo o mobiliário necessário para as novas instalações do Fórum Criminal em Belém e para o Fórum de Castanhal, no valor global de R\$ 436.157,00 (quatrocentos e trinta e seis mil, cento e cinquenta e sete reais), distribuídos entre as firmas PAINEL ESCRITÓRIOS, o valor de R\$ 380.652,00 (trezentos e oitenta mil, seiscentos e cinquenta e dois reais), e cabendo a firma J.MAIA LTDA, o valor de R\$ 55.505,00 (cinquenta e cinco mil, quinhentos e cinco reais).

A relação geral dos mobiliários foi efetuada, somente após a execução de lay-outs para ambas as obras, onde foi analisado a necessidade mínima de mobiliários e equipamentos para instalação das referidas Varas, englobando desde balcões de atendimento, armários inteiros até o forro, mesas para: audiências, individuais, bancadas para Juizes, computadores, até modelos de cadeiras tipo: presidente, diretor, interlocutor, secretária e auxiliar.

SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ

FÓRUM

O Fórum da Comarca de Santo Antônio do Tauá, foi instalado, mediante a doação ao TJE da antiga sede da Ação Social, neste município, situada na Avenida Senador Lemos s/n, edificada em único bloco de alvenaria térrea, possuindo 188,91 m² de área construída.

Após a visita "in loco" pode-se observar a necessidade de alguns serviços de reforma e a ampliação de 34,38 m² de área construída, visando locar os gabinetes de Juiz, Promotoria e Defensoria, Cartórios e uma suíte para o Juiz.

No mês de setembro/96, o TJE efetuava a

CARTA CONVITE Nº 029/CPL/TJE/96, para reforma, ampliação e adaptação do Fórum de Santo Antônio do Tauá, contratada com a firma HEGON ENGENHARIA, no valor global de R\$ 57.829,15 (cinquenta e sete mil, oitocentos e vinte e nove reais e dezoito centavos), com prazo de execução de 60 (sessenta) dias, e término em janeiro/97.

CONVÊNIOS

Durante o ano de 1996, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará firmou convênio com as seguintes Prefeituras Municipais a saber:

AFUÁ

Mediante a doação pela Prefeitura Municipal de Afuá ao TJE, de 02 (dois) imóveis, houve a necessidade de alguns serviços de reforma e adaptação, para que num estabelecimento fosse instalado o Fórum com cerca de 263,78 m² de área construída (área atual) e que após a ampliação passou a ter 299,09 m² de área construída, situado à Rua Albertino Baraúna s/n, em terreno também doado, medindo 30x18 metros, enquanto que no outro imóvel com média de 70 m² de área construída, fosse instalado a Residência Oficial.

Nos termos do presente convênio coube ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará transferir à Prefeitura Municipal de Afuá recursos financeiros da ordem de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), referentes a 50% (cinquenta por cento) do valor total da obra, para uso específico na execução de serviços complementares, tais como: instalações elétricas, lógicas, telefônicas, hidro-sanitárias, contra-incêndio e outros demais serviços de acabamento.

Vale ressaltar que o projeto arquitetônico de adaptação e as especificações técnicas de acabamento, foram realizadas pela Coordenação de Obras e Manutenção do TJE.

O prazo para execução das referidas obras foi de 120 (cento e vinte) dias, inaugurada em novembro/96.

CURRALINHO

O referido convênio efetuado com a Prefeitura Municipal de Curralinho teve por objetivo reformar e adaptar um prédio a ser doado por essa Prefeitura ao TJE, para instalação do Fórum Judiciário naquela localidade, com 420,18 m² de área construída, em terreno sito à Rua Floriano Peixoto medindo 28,20 x 29,88 metros, frente para o rio.

Nos termos do convênio firmado, coube ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará transferir à Prefeitura Municipal de Curralinho recursos financeiros da ordem de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) referentes a 50% (cinquenta por cento) do valor total da obra, para uso específico em serviços complementares tais como: instalações elétricas, lógicas, hidro-sanitárias, contra-incêndio e além de outras; e o desenvolvimento do projeto arquitetônico de adaptação e especificações técnicas de acabamento.

O prazo para execução da reforma geral não deverá exceder os 120 (cento e vinte) dias, sendo a obra inaugurada no final de dezembro de 1996.

FARO

O convênio firmado teve por finalidade, viabilizar a instalação do Fórum Judiciário naquela localidade, e a reforma de outro imóvel para Residência Oficial do Juiz. O Fórum funcionará em um prédio doado com cerca de 305,57 m² de área construída. Enquanto a Residência Oficial possui apenas 48 m² de área construída. Tanto o Fórum quanto a Residência se localizam à Rua Dionísio Bentes s/n.

Nos termos do convênio, coube ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará a transferência de recursos financeiros da ordem de **R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)**, referentes à 50% (cinquenta por cento) do valor total das obras, para uso específico na execução das reformas e adaptações.

O prazo para execução das obras não excedeu os 150 (cento e cinquenta) dias, inaugurado em novembro de 1996.

PRAINHA

O presente convênio teve por objetivo viabilizar a construção dos prédios onde funcionarão o Fórum Judiciário e a Residência Oficial, doados pela Prefeitura Municipal de Prainha ao TJ-PA. O Fórum possui em média 152 m² de área construída, enquanto a Residência Oficial tem 102 m² de área construída, localizados em um terreno também doado pela Prefeitura, sito à Rua 7 de Setembro s/n, frente para o rio Amazonas, medindo 34,50 x 40,00 metros.

Nos termos do presente convênio coube ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará transferir à Prefeitura Municipal a importância de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), referentes à 47,06% (quarenta e sete por cento e seis décimos) do valor total da obra, para uso exclusivo na execução dos serviços complementares às referidas obras. Todos os serviços seguiram as diretrizes dos projetos arquitetônicos e das especificações técnicas de acabamento efetuados pela Coordenação de Obras e Manutenção do TJ-PA.

O prazo para execução das obras não excedeu os 150 (cento e cinquenta) dias, sendo as obras inauguradas em novembro de 1996.

COMARCAS VISITADAS

Durante o 1º semestre de 1996 foram realizadas visitas técnicas nas seguintes localidades abaixo relacionadas, com objetivo de verificar as reais condições físicas de prédios, onde funcionam Fóruns e/ou Residências Oficiais e/ou doação de terrenos ou imóveis pelas Prefeituras Municipais, assim como, imóveis oferecidos ao TJ-PA para instalação de novas Comarcas:

- * ABAETETUBA
- * ALENQUER
- * AUGUSTO CORREA
- * CASTANHAL
- * CONCORDIA DO PARÁ

- * CURRALINHO
- * PRAINHA
- * RIO MARIA
- * SALVATERRA
- * SANTARÉM
- * SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ
- * SÃO CAETANO DE ODIVELAS
- * SÃO DOMINGOS DO CAPIM
- * TUCURUI
- * VIGIA
- * XINGUARA

DOAÇÕES PREFEITURAS

- * AURORA DO PARÁ - Fórum
- * SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA - Fórum

1.4.3 - MUSEU JUDICIÁRIO

No biênio 95/96, poucas atividades foram realizadas no Museu Judiciário de Belém.

Ao contrário da Administração anterior, quando tivemos mais incentivos para promover mudanças que envolveram exposições e a criação do Museu Judiciário de Santarém. Nesta administração, as solicitações formuladas, não foram atendidas, entre elas as propostas de mudanças que envolviam uma dinamização de espaço e a consequente revitalização deste Museu.

No período de março a abril do ano em curso, estive à frente da coordenação do setor, substituindo a titular durante seu período de férias. Sem verbas para desenvolvermos os trabalhos e ainda sem material interno, limitamo-nos a reorganizar e atualizar os dados do acervo, bem como, em tomar providências para o conserto dos aparelhos de ar condicionado, troca de lâmpadas no salão de exposição e banheiro interno, para não agravar mais ainda as precárias condições do ambiente de trabalho.

Entendo que o problema da diminuição das verbas destinadas ao Judiciário paraense, atingiu diretamente o Museu do TJ-PA, restando-nos poucas opções para o desenvolvimento das atividades planejadas, já que as mesmas necessitam de verbas para que sejam concretizadas, ainda que estas verbas sejam as mínimas possíveis.

Ressalto que se faz necessário uma providência em caráter de urgência, na reforma do espaço físico destinado ao Museu Judiciário. A seguir relaciono:

- Atividades Administrativas:
 - preparo do livro de frequência;
 - preparo da folha de frequência enviada para a Administração;
 - distribuição do vale-alimentação;
 - recebimento de convites para exposições;
 - recebimento de ofícios de outros museus, pedindo informações sobre o acervo existente para criação de intercâmbio.
- Atividades técnicas:
 - reorganização e reformulação do acervo do Museu Judiciário;
 - devolução de material pertencentes a outros museus e outros departamentos do TJ-PA, que estavam emprestados ao Museu Judiciário;
 - apresentação ao sr. Secretário de

Administração do projeto enviado ao Juizado de Menores sobre atividades artísticas e profissionalizante a ser realizadas pelos menores infratores junto aquele juizado (doc. anexo). O projeto teve aceitação imediata do juiz diretor do Juizado da Infância e da Juventude, sr. dr. Paulo Frota, a fim de conseguir verba e a aprovação da presidência desse Tribunal para a sua realização;

- os outros projetos que estavam em andamento como:

- situação dos menores infratores no juizado da Infância e da Juventude, o qual foram feitos levantamentos de dados em várias entidades como na Divisão de Segurança de Proteção ao Menor (DSPM), Fundação do Bem-Estar Social do Pará (BFESP), Juizado da Infância e da Juventude e outros;
- e projeto sobre o índice de casamento e separação realizados no Fórum de Belém nos últimos 10 anos, o qual foi realizado todos os levantamentos nos cartórios correspondentes e uma pesquisa com questionário dentro do Tribunal.

Estes projetos estão parados por falta de verba.

Ainda para desenvolvimento do M. Judiciário preocupou-se sua coordenação com a reciclagem de seus funcionários, propiciando a eles a participação em eventos tais como:

- palestra do dr. Jorge Wagnesberg, com o tema "O Papel do Museu do Futuro na Sociedade", promovida pelo Museu Paraense Emílio Goeldi. Participante: Cacilda Pinto.
- Seminário sobre "A Reformulação da Exposição do Museu Goeldi", promovido pelo Museu Paraense Emílio Goeldi. Participante: Augusto Borralho.
- I Encontro de Museus do Estado do Pará, promovido pelo Museu Paraense Emílio Goeldi. Participantes: Cacilda Pinto, Augusto Borralho e Mary Jane - do MJS.
- II Encontro de Museus do Estado do Pará,

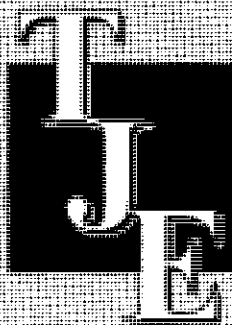
promovido pelo Museu Paraense Emílio Goeldi. Participantes: Cacilda Pinto e Augusto Borralho.

- I Fórum de Belém, promovido pelo Departamento de História da Universidade Federal do Pará. Participantes: Cacilda Pinto, Kenard Cohen e Augusto Borralho.

Foi solicitado aos juizes das Comarcas do interior e capital, novos objetos e processos para recompor o acervo do MJB, sendo atendido pelo juiz da Comarca de Marapanim e pelo magistrado Paulo Frota, juiz da Infância e Juventude, ressaltando que os materiais encaminhados por este, em um total de sessenta peças, terminaram por desenvolver diversas atividades no MJ, tais como, pesquisa de processos junto ao DATA, catalogação dos objetos remetidos, preparação de etiquetas e por fim, a exposição destes objetos ao público judiciário. Participaram destas tarefas, além da Coordenadora do MJ que também supervisionou todas as atividades, os servidores Augusto Borralho, Luiz Otávio Costa, Kenard Cohen e Josette Lassance.

Em agosto, referido Museu Judiciário recebeu correspondência do Museu da Memória do Judiciário mineiro, que funciona no Palácio Rodrigues Campos. O Museu mineiro solicitou deste Museu informações biográficas a respeito do Conselheiro Francisco Leite da Costa Belém, conselheiro do Império e oficial da Imperial Ordem da Rosa, integrante do Tribunal de Relação em 1882. A pesquisa foi efetuada e enviada ao Sr. Vasco José Tavares Ramos, do museu solicitante.

O Museu é um espaço cultural, onde preservamos a memória e a história de uma comunidade, de um grupo social, e no caso da vida judiciária, diminuindo o distanciamento entre a população e o Judiciário. Portanto, se faz necessário uma maior atenção ao setor, por parte dos dirigentes desta Instituição.



2 VICE-PRESIDÊNCIA

VICE-PRESIDÊNCIA

No dia 1º de fevereiro do ano de 1995, em sessão solene do Tribunal de Justiça, precisamente na abertura do ano Judiciário, o Excelentíssimo Desembargador Romão Amoêdo Neto, assumiu o cargo de Vice-Presidente do Tribunal, mantendo a mesma estrutura do seu gabinete.

1. O Gabinete da Vice-Presidência é composto de um Chefe de Gabinete, um Chefe de Divisão de Expediente e dois Auxiliares Judiciários.

2. Em maio do ano de 1995, foi criada a Central de Distribuição de Processos, subordinada a Vice-Presidência. Nesse setor estão lotados dois Assessores Jurídicos, dois Digitadores e um Atendente Judiciário.

3. Por delegação de poderes, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Presidente despacha os recursos ordinários e especiais.

4. No ano de 1995 o Desembargador Vice-Presidente relatava pedidos de "Habeas-Corpus", porém, nesse mesmo ano passou apenas a presidir as Sessões das Câmaras Criminais Reunidas e Cíveis Reunidas.

5. O Vice-Presidente, além de presidir as Câmaras Criminais e Cíveis Reunidas, participa como membro do Tribunal Pleno, Órgão Especial e Conselho da Magistratura e, também, preside a Comissão de Concurso para Juiz Substituto.

6. No ano de 1995 o Desembargador Vice-Presidente presidiu 43 sessões das Câmaras Reunidas e 37 das Câmaras Criminais Reunidas, tendo relatado 06 "Habeas-Corpus".

7. No que diz respeito aos recursos interpostos para o Superior Tribunal de Justiça, segue anexo cópia do relatório elaborado pela Assessoria.

8. No ano de 1996, o Desembargador Vice-Presidente, presidiu a Comissão de Concurso para o cargo de Juiz Substituto.

9. Por diversas vezes, nos anos de 1995/96, o Desembargador Vice-Presidente participou de Encontros de Presidentes de Tribunais, como representante do Tribunal de Justiça do Estado.

10. Durante os anos de 1995/96, o Desembargador Vice-Presidente assumiu a Presidência desta Corte, nos impedimentos e ausências do Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente.

Era o que tínhamos a relatar.
Belém, 23 de dezembro de 1996.

ANO DE 1995

1 - RECURSOS ESPECIAIS:

1.1 - Total de recursos interpostos:	191
1.2 - Recursos em tramitação:	31
1.3 - Despachos proferidos:	159
1.3.1 - Seguimento denegado:	148
1.3.2 - Seguimento admitido:	11

2 - RECURSOS ORDINÁRIOS EM HABEAS-CORPUS:

2.1 - Total de recursos interpostos:	20
2.2 - Recursos em tramitação:	05
2.3 - Despachos proferidos:	15
2.3.1 - Encaminhando ao S.T.J.:	12
2.3.2 - Seguimento denegado:	03

3 - RECURSOS ORDINÁRIOS EM MANDADO DE SEGURANÇA:

3.1 - Total de recursos interpostos:	17
3.2 - Recursos em tramitação:	00
3.3 - Despachos proferidos:	17
3.3.1 - Encaminhando ao S.T.J.:	16
3.3.2 - Seguimento denegado:	01

4 - AGRAVOS DE INSTRUMENTO DE DESPACHOS DENEGATÓRIOS DE RECURSO ESPECIAL:

4.1 - Total de recursos interpostos:	122
4.2 - Recursos em tramitação:	36
4.3 - Despachos proferidos:	86
4.3.1 - Encaminhando ao S.T.J.:	86

ANO DE 1996

1 - RECURSOS ESPECIAIS:

1.1 - Total de recursos interpostos:	299
1.2 - Recursos em tramitação:	121
1.3 - Despachos proferidos:	178
1.3.1 - Seguimento denegado:	171
1.3.2 - Seguimento admitido:	07

2 - RECURSOS ORDINÁRIOS EM HABEAS-CORPUS:

2.1 - Total de recursos interpostos:	17
2.2 - Recursos em tramitação:	09
2.3 - Despachos proferidos:	08
2.3.1 - Encaminhando ao S.T.J.:	08
2.3.2 - Seguimento denegado:	00

3 - RECURSOS ORDINÁRIOS EM MANDADO DE SEGURANÇA:

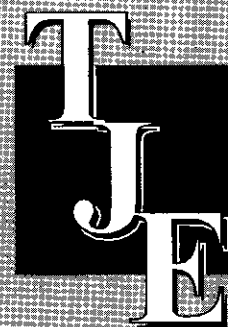
3.1 - Total de recursos interpostos:	22
3.2 - Recursos em tramitação:	04
3.3 - Despachos proferidos:	18
3.3.1 - Encaminhando ao S.T.J.:	16
3.3.2 - Seguimento denegado:	02

4 - AGRAVOS DE INSTRUMENTO DE DESPACHOS DENEGATÓRIOS DE RECURSO ESPECIAL:

4.1 - Total de recursos interpostos:	104
4.2 - Recursos em tramitação:	20
4.3 - Despachos proferidos:	84
4.3.1 - Encaminhando ao S.T.J.:	84

RELATÓRIO DA ASSESSORIA DIRETA DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, REFERENTE AO BIÊNIO 95/96, DOS RECURSOS COM PODERES DELEGADOS À VICE-PRESIDÊNCIA.

Este relatório visa discriminar e demonstrar estatisticamente o movimento dos recursos e demais atos inerentes as atribuições da Presidência do T.J.E., onde ocorreu a delegação de poderes à Vice-Presidência, no biênio 95/96:



3

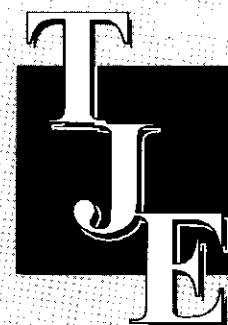
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

MAPA DEMONSTRATIVO DO MOVIMENTO DA CORREGEDORIA GERAL PERÍODO: 02/01/96 A 30/12/96

PROVIMENTOS	04
PORTARIAS	29
RECLAMAÇÕES (EM TRAMITAÇÃO)	25
RECLAMAÇÕES (DECIDIDAS)	09
PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS (EM ANDAMENTO)	374
PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS (DECIDIDOS)	343
PEDIDO DE CONSULTAS	01
PEDIDO DE ORIENTAÇÃO	01
NOTAS INFORMATIVAS	11
PEDIDO DE INSTALAÇÃO DE CARTÓRIOS	00
PARECERES PROFERIDOS PELA CORREGEDORA	905
PARECERES PROFERIDOS PELA ASSESSORIA JURÍDICA	829
RECURSOS INTERPOSTOS AO CONSELHO DA MAGISTRATURA	04
SINDICÂNCIA INSTAURADA	06
CORREIÇÕES REALIZADAS	04
RESENHAS	22
INQUÉRITO ADMINISTRATIVO	02
OFÍCIOS EXPEDIDOS	1.695
OFÍCIOS RECEBIDOS (ARQUIVADOS)	372
OFÍCIOS CIRCULARES	33
EXPEDIENTES DIVERSOS (RECEBIDOS E PROVIDENCIADOS)	4.343

Belém, 10 de janeiro de 1997



4 **CÂMARAS**
CRIMINAIS
REUNIDAS

CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS

ANO DE 1996

Assumimos a Secretaria das Câmaras Criminais Reunidas em janeiro do ano de 1996, cujo quadro funcional é composto deste Secretário e de quatro servidores auxiliares: Benedita Tereza de Jesus Vale Sato - Técnica Judiciária; Dircélia Furtado Paraense - Escrevente da Assist. Judiciária; Irene Carvalho dos Santos - Auxiliar Judiciária II e José Maria da Silva Souza - Oficial de Justiça, todos funcionários requisitados de diversos órgãos do TJE.

Antes os processos pertinentes à Secretaria das Câmaras Criminais Reunidas, eram da competência do Secretário Geral do TJE, Dr. Gengis Freire, e cumpre observar que nos foram repassados sem o devido levantamento formal de um inventário.

A princípio os processos eram registrados em fichas individuais, de papelão, datilografadas. Esta situação permaneceu até pouco tempo, quando foi instalado no microcomputador desta Secretaria, o programa que acessa a distribuição, onde são registrados todos os processos que dão entrada no Tribunal, podendo, desta forma, a tramitação dos mesmos serem anotados diretamente, sem necessidade mais de abrirem-se as fichas, agilizando-se e racionalizando-se os serviços, evitando o acúmulo de papéis, fichários e demora nas buscas para eventuais informações.

A nossa maior dificuldade é o espaço físico. Como V.Exa. já pode verificar em outra oportunidade, estamos instalados em sala mínima (4x4), comportando duas mesas de máquina, quatro escrivaninhas, cinco cadeiras, dois armários de pé, um suspenso, um balcão, duas máquinas de escrever, um microcomputador e um frigobar.

O fluxo de trabalho é rotineiro mas intenso, necessitando, com urgência, de mais espaço para uma melhor organização. Não há privacidade. Os assuntos inerentes ao serviço, que por sua natureza são reservados, são tratados em público visto que os servidores encontram-se trabalhando sob o balcão de atendimento ao público.

Temos em meta informatizar toda a Secretaria, inclusive para registrar o cumprimento e o encaminhamento devido aos processos transitados em julgados, mas, para isso, precisamos de, no mínimo, mais um computador e de um digitador, além, repetimos, de mais espaço.

Apresentamos, em separado, o movimento desta Secretaria das Câmaras Criminais Reunidas no período de janeiro até esta data, assim como o movimento dos processos afetos a esta, durante o ano de 1995.

Respeitosamente,

Belém, 30 de dezembro de 1996

Raimundo João de Noronha Tavares
Secretário das Câmaras Criminais Reunidas

Movimento	1995	1996
Ação Penal	27	122
Agravo Regimental	01	00
Desaforamento	02	02
Embargo Infringentes	00	02
Embargos declaratórios	05	00
Exceção de Suspeição	05	05
Exceção de Incompetência	01	00
Habeas Corpus	-	515
Mandado de Segurança	04	08
Prisão Preventiva	00	01
Queixa Crime	01	00
Revisão Criminal	04	16

Tipo de Documento	1996
Alvarás de Soltura expedido	89
Certidões Avulsas	20
Convocações	01
Ofícios expedidos	1219
Publicação de despacho	66
Salvos Condutos expedido	20

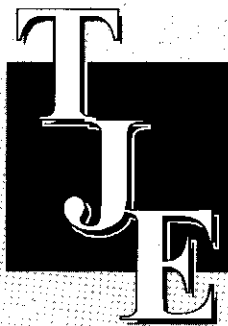
	1995	1996
Audiências realizadas		117
Habeas Corpus concedidos	91	110
Habeas Corpus negados	203	215

PRODUTIVIDADE DAS CÂMARAS
CRIMINAIS REUNIDAS DURANTE
O ANO DE 1996
(DADOS CAPTADOS EM NOVEMBRO/96)

Secretaria de Câmaras Criminais Reunidas

DESEMBARGADOR	RECEB. (já deduzidos os Redist.)	JULG. EM SESSÃO	REDIST.	JULG. EXTRA SESSÃO
Ary da Mota Silveira	049	057	003	001
Maria de N. B. de Souza	078	029	002	002
Elzaman da C. Bittencourt	064	035	004	007
Werther Benedito Coelho	068	048	002	004
Yvonne Santiago Marinho	073	065	001	003
Rutêa N.V. do Couto Fortes	070	048	003	008
Jaime dos Santos Rocha	069	049	001	006
Lúcia de C. Seguin Dias Cruz	070	051	000	006
Benedito M. Alvarenga	069	061	001	004
Juiz Otávio Marcelino Maciel	000	017	000	003
TOTAL	610	460	017	044

FONTE: Divisão de Banco de Dados do TJE

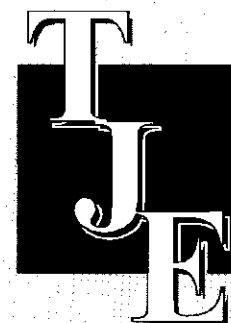


5 CÂMARAS
CRIMINAIS
ISOLADAS

CÂMARAS CRIMINAIS ISOLADAS

Atividades das Câmaras Criminais Isoladas no período de outubro de 1995 à dezembro de 1996, como segue:

- Atas lavradas nas 1ª, 2ª e 3ª Câmaras Criminais Isoladas	126
- Registros de acordãos	506
- Publicações de editais	88
- Despachos	112
- Anúncios para o dia dos julgamentos dos feitos	107
- Resenhas	126
- Certidões	90
- Ofícios expedidos	305



6 FÓRUM CÍVEL

FÓRUM CÍVEL

Com o advento de nova administração para o biênio 95/96, por diversas vezes assumimos a Direção do Fórum Cível, quando então fomos nomeados para o cargo de Direção através de Portaria nº 646/96, de 05/08/1996, imprimindo um ritmo próprio de trabalho, procurando conjugar da melhor maneira possível os problemas existentes nesta facção administrativa com nossa disponibilidade de recursos.

Ainda no ano de 1995, em cumprimento ao que foi determinado pela Resolução nº 18/95, a Diretoria do Fórum Cível dispôs mensalmente de 07 Oficiais de Justiça, que, escolhidos mediante sorteio, desempenhavam suas funções junto aos JEPCs, ensejando assim uma avaliação concreta da dificuldade de administrar o cumprimento do grande número de mandados existentes, face ao de Oficiais de Justiça (60 habilitados) para saldá-los, o que se agrava a cada ano com o acréscimo de processos, como observa-se dos relatórios anexos, enquanto que o número de Oficiais caminha em proporção inversa, considerando-se as aposentadorias, exonerações e a criação de novos JEPC's, aos quais atendem; tendo isso representado um dos principais obstáculos ao alcance de nossos objetivos.

O volume de processos em trâmite adicionado à transformação de antigas Serventias Judiciais também reflete no andamento dos trabalhos forenses, sobrecarregando o Setor de Resenha que funciona com apenas 06 digitadores para atender ao expediente de 17 Cartórios, deixando a desejar quanto a atualidade dos despachos nos processos, tudo em decorrência da carência de pessoal bastante a sua realização.

O exíguo número de Escrivães e Escreventes, bem como o de juizes não titulares (atualmente no total de 09), que são divididos com o Fórum Criminal, é responsável por uma parcela das dificuldades havidas a quando da distribuição dos serviços por ocasião das férias coletivas e eventual licença de magistrados; revelando-se ainda nessa oportunidade a insuficiência de espaço físico que em muito restringe encontrar soluções.

Não obstante os problemas ora enfatizados, muitos outros foram empecilhos a serem ultrapassados, aos quais dedicamos incansável empenho a fim de que pudéssemos cumprir a tarefa que nos foi confiada. Nem sempre podendo satisfazer a contento em todas as situações, esforçamo-nos constantemente para realizá-las com a acuidade necessária à obtenção da melhor administração e boa Justiça.

No ensejo, encaminhamos a Vossa Excelência os relatórios bienais das principais atividades desenvolvidas pelos departamentos sob nossa direção, certos de termos cumprido fielmente com a parcela que nos coube ao longo desses dois anos e confiante de com isso termos colaborado para a sua profícua administração.

Diretoria do Fórum Cível

	1995	1996	Total
Cível, Órfãos Interditos e Ausentes (1ª e 2ª Varas)	1.112	1.106	2.218
Cível, Comércio e Família (4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 18ª, 19ª e 20ª Varas)	5.212	5.135	10.347
Infância e Juventude (3ª e 24ª Varas)	1.745	1.500	3.245
Acidentes do Trabalho (10ª Vara)	525	510	1.035
Provedoria, Resíduos e Fundações (11ª Vara)	534	510	1.044
Registros Públicos (16ª Vara)	1.059	1.443	2.502
Assistência Judiciária (12ª, 13ª, 17ª, 22ª e 23ª Varas)	5.102	5.230	10.332
Pretoñas (1ª e 2ª Varas)	487	1.240	1.727
Fazenda Pública (14ª, 15ª e 21ª Varas)	1.897	3.040	4.937
Distritais	1.046	960	2.006
TOTAL	18.719	20.674	39.393

T
J
E

7 FÓRUM CRIMINAL

FÓRUM CRIMINAL

A Central de Mandatos, passou a funcionar numa sala maior, com isso tendo mais condições de controlar a distribuição das diligências aos Srs. Oficiais de Justiça, cumprindo desse modo o que determina o Provimento nº 003/93 da Corregedoria Geral de Justiça.

A Central de Distribuição, distribuiu 8.154 processos, até 16.12.1996, assim discriminados:

1ª Vara Penal.....	130 processos
2ª Vara Penal.....	125 processos
3ª Vara Penal.....	314 processos
4ª Vara Penal.....	307 processos
5ª Vara Penal.....	308 processos
6ª Vara Penal.....	312 processos
7ª Vara Penal.....	304 processos
8ª Vara Penal.....	1835 processos
8ª Vara Penal.....	299 processos
10ª Vara Penal.....	318 processos
11ª Vara Penal.....	312 processos
12ª Vara Penal.....	301 processos
13ª Vara Penal.....	150 processos
14ª Vara Penal.....	162 processos
15ª Vara Penal.....	137 processos
16ª Vara Penal.....	201 processos

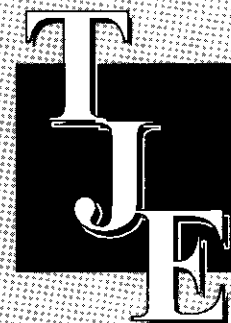
17ª Vara Penal.....	149 processos
18ª Vara Penal.....	305 processos
1ª Pretoria Criminal.....	441 processos
2ª Pretoria Criminal.....	441 processos
3ª Pretoria Criminal.....	427 processos
4ª Pretoria Criminal.....	435 processos
6ª Pretoria Criminal.....	441 processos

O que se refere ao setor de pessoal, como já é do conhecimento dessa douta Diretoria, continuamos com um número insuficiente de funcionário, assim procuramos, na medida do possível, atender às necessidades dos diversos setores, tomando as medidas necessárias para agilização e melhoria dos serviços, contando com a colaboração e boa vontade dos funcionários e serventuários do Fórum Criminal.

Dando cumprimento ao plano de melhoria do Fórum Criminal, destacamos:

- Recuperação e troca de equipamento do som do Salão do Tribunal de Júri.
- Confeção de balcão para o Cartório da Vara de Icoaraci
- Instalação da nova sala da Central de Mandatos.
- Instalação de máquina fotocopadora e fax na Vara de Icoaraci, bem como máquina datilográfia eletrônica.

Diante desse breve Relatório das atividades desenvolvidas diante da Direção, os resultados obtidos são frutos de uma integridade de esforços por parte desta Direção e Funcionários do Fórum Criminal.



8 JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS

JUIZADO ESPECIAL DE ACIDENTES DE TRÂNSITO

RELATÓRIO MENSAL / DEZEMBRO DE 1996

	fev	mar	abr	mai	jun	ago	set	out	nov	dez	total
Pessoas atendidas	460	530	570	612	630	650	680	630	641	461	5864
Processos novos	99	78	77	78	77	86	78	65	95	49	782
Proc. Homologados	13	43	33	46	37	26	24	20	41	22	305
Arquivados	13	37	16	21	18	20	24	26	13	11	199
Aud. Conc. a realizar	68	42	53	34	22	49	61	45	46	43	463
Aud. Instr. a realizar	22	35	10	18	19	12	10	16	19	22	183
Proc. Sentenciados	16	41	31	22	21	21	41	42	27	28	473
Total Geral de Processos	99	177	254	332	409	495	573	638	733	782	4492

JUIZADO ESPECIAL DE ACIDENTES DE TRÂNSITO

RELATÓRIO MENSAL / DEZEMBRO DE 1995

	mar	abr	mai	jun	ago	set	out	nov	dez	total
Pessoas atendidas	390	335	350	362	510	587	625	641	653	4453
Processos novos	158	78	89	47	108	80	62	54	51	727
Processos homologados	56	46	39	35	46	36	23	30	26	337
Arquivados	14	39	15	20	28	22	15	12	7	172
Aud. Conciliação a realizar	80	54	55	23	53	58	42	22	27	414
Aud. Instrução a realizar	2	18	13	16	13	8	19	23	12	139
Processos sentenciados	-	3	16	14	13	18	14	23	18	119
Recurso	-	-	4	5	12	2	3	4	5	35
Execução	-	-	4	-	8	1	11	9	9	42
Total Geral de Processos	158	236	325	372	480	560	622	676	721	4150

PROCESSOS DE EXECUÇÃO

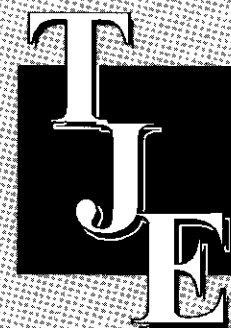
RELATÓRIO / DEZEMBRO DE 1996

	mar	abr	mai	jun	ago	set	out	nov	dez	total
Mandados expedidos	10	13	12	22	23	26	28	14	18	166
Mandados devolvidos	6	8	7	12	13	-	20	8	10	84
Penhoras realizadas	12	6	8	7	8	3	4	4	3	55
Processos aguardando manifestações do autor	36	41	49	30	36	-	40	35	41	308
Bens adjudicados	-	01	01	06	04	05	-	-	-	17
Bens leiloados	04	11	8	2	-	-	-	-	-	25
Execuções encerradas	4	12	8	37	25	8	12	14	11	131

RECURSOS

RELATÓRIO / DEZEMBRO DE 1996

	mar	abr	mai	jun	ago	set	out	nov	dez	total
Recursos apresentados	22	22	33	16	18	8	14	11	5	149
Contra-razões apresentadas	20	21	29	13	14	8	10	8	3	126
Julgados pela Câmara Recursal	15	19	26	16	-	-	-	17	-	93
A serem julgados pela Câmara Recursal	7	3	16	-	10	21	22	8	26	113
Sentenças mantidas	13	14	19	12	-	-	-	10	-	68
Sentenças reformadas	2	5	7	4	-	-	-	11	-	29
Embargos declaratórios de sentença	-	-	2	2	-	2	-	-	-	6
Embargos declaratório de acórdãos	-	-	2	3	-	-	-	-	-	5



**SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO E
COORDENAÇÃO**

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO

Com base em estudos sobre os níveis de atuação desta Secretaria dentro de assuntos relativos a política de planejamento, de execução financeira, de modernização e de automação das atividades no âmbito do Poder Judiciário Estadual, e suas melhores condições de funcionamento, houve a necessidade de aumentar o prestígio das atividades de planejamento deste TJE, desde o primeiro ano do biênio 1995/1996, gestão do Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente Manoel de Christo Alves Filho, quando ocorreu a transformação da Assessoria de Planejamento e Programação, para Secretaria de Planejamento através das Resoluções Nº 08/95-GP/95, nº 0028/95 - GP, e finalmente a de Nº 015 - GP/96 que redefiniu suas finalidades básicas e sua Composição Organizacional da seguinte maneira:

I - Nível de Assessoramento Direto (Assessoria de Planejamento e Assessoria Jurídica);

II - Nível de Execução (Departamento de Informática e Departamento Financeiro);

III - Nível de atuação Vinculada (Auditoria Interna).

Desta maneira, não só ampliou a área de atuação desta Secretaria de Planejamento e Coordenação, como a adequou, à realidade funcional hierárquica que deve existir entre os diversos órgãos da administração pública, e acima de tudo, reconhecendo a necessidade inerente da expansão das atividades dos vários setores desse Tribunal.

Até esta alteração foi possível propiciar um conjunto de ações planejadas e elaboradas em cima de estudos de priorização procurando ampliar suas ações, estas, sempre norteadas por um sistema de informações, criados ainda nesta gestão, e que possibilita traçar diretrizes globais de racionalidade técnica-administrativa e funcional, buscando coerência no cumprimento de sua Missão Judiciária, procurando adaptá-la a nova política econômica, estabelecendo para isso, prioridades no uso e distribuição de recursos, e tentando a integração entre as áreas técnico-administrativa-financeira, visando alcançar metas compatíveis com os objetivos da Presidência do TJE, no sentido de tornar mais descentralizado, eficiente e célere os serviços judiciários em toda a vasta extensão territorial do Estado, apesar das longas distâncias e difíceis acesso, e complementadas com os sérios problemas agrários existentes.

Buscando ser coerente na união desta realidade, aos poucos recursos definidos por Lei, e mais a necessidade de ampliar a atuação do Poder Judiciário, esta Secretaria definiu planos, possibilitando a captação de recursos, que devidamente controlados e bem gerenciados nos levaram a alcançar metas pré-estabelecidas durante o biênio de 1995/96, e que podem ser sintetizadas na forma a saber:

- Assessoria direta ao Desembargador Presidente no que pertine ao Planejamento e o Controle das Finanças do TJE;

- Negociações e reuniões técnicas com Órgãos da Administração Pública, que permitiram a

captação de recursos oriundos da diferença entre Receita Líquida Prevista e Receita Líquida Arrecadada alusiva ao exercício de 1994;

- Cobertura do "déficit" de cerca de R\$ 17,0 milhões no ano de 1995, alcançando o equilíbrio financeiro no exercício de 1996, com perspectivas de manutenção do referido controle em 1997;

- Início da implantação da Auditoria Preventiva, na Assessoria de Controle Interno do TJE, necessária a minimização de gastos, otimização e fiscalização na geração de despesas;

- Instituição de Conta Única junto ao Banco do Estado do Pará S/A - Ag. Palácio, aprovada pela Portaria Nº 0500/95-GP, com o fito de controlar com maior eficácia a entrada e saída de numerários, como também a captação de melhores taxas de aplicações dos recursos nela depositados junto ao mercado financeiro;

- Levantamento e informações gerais sobre os Municípios do Estado do Pará, suas Comarcas e Regiões Judiciárias, que subsidiam e orientam o processo de Instalação de Comarcas, seus custos e manutenção, com a finalidade de tornar mais eficiente a expansão dos serviços judiciários no Interior do Estado;

- Regulamentação do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário, abrangendo os seguintes aspectos:

a - Normatização do FRJ, aprovado pela Resolução Nº 07/95-GP, objetivando novas fontes de recursos necessários a cobertura de despesas sempre crescente, ocasionadas pela expansão das atividades judiciárias no Estado;

b - Estruturação Organizacional do FRJ, compreendendo rotina pré-estabelecida, aprovada pela Portaria Nº 0346/95-GP;

c - Informatização, Contabilização e Controle de Arrecadação do FRJ;

d - Acompanhamento e Instruções Personalizadas aos Juizes de modo a orientar as várias etapas no processo de recolhimento do F.R.J., principalmente para Comarcas do Interior do Estado;

e - Relatórios Gerenciais periódicos, informando a posição quantitativa do recolhimento de guias, tanto das Varas da Capital, como de Comarcas e Termos no Interior do Estado;

- Racionalização e reestruturação da própria equipe de planejamento mediante reuniões sistemáticas com seus integrantes, a fim de se estabelecer uma linguagem comum, visando o aprimoramento das atividades de Controle, Execução, Planejamento e Programação, afetos às atribuições desta Secretaria;

- Assessoria nas áreas de Contabilidade e Finanças, objetivando o aprimoramento das Contas Públicas;

- Elaboração e apresentação de emendas aos Projetos de Leis de Diretrizes Orçamentárias, para os exercícios de 1995 e 1996, com participação intensiva, visando resguardar os interesses do Poder Judiciário; trabalho este que requeriram ações junto aos demais Poderes do Estado;

- Elaboração das Propostas Orçamentárias para os anos de 1995 e 1996, bem como o acompanhamento de suas execuções em consonância com o contido no Plano Plurianual de Trabalho (P.P.T.);

- Acompanhamento permanente da arrecadação das Receitas Orçamentárias do Estado, para efeito de cálculo da Receita Líquida, e consequente apuração do montante destinado em Lei para o Poder Judiciário;

- Contatos sistemáticos junto aos Órgãos do Poder Executivo, concorrentes a elaboração nos Processos de Alteração Orçamentária: Alteração de QDD, Créditos Suplementares, Anulações, Remanejamento de Dotações Orçamentárias e Alterações de Quotas Trimestrais (QDQT);

- Elaboração do Plano Plurianual de Trabalho (PPT), para o quadriênio de 1996/1999 com mudanças no seu contexto, no sentido de que se ampliou as ações Básicas e Estratégicas;

- Permanentes negociações junto aos Órgãos da Administração Pública Estadual, visando a captação dos recursos devidos ao Poder Judiciário. Nesse sentido desenvolver-se um árduo trabalho, não só na busca dos recursos previstos em Lei, como também entendimentos junto aos Poderes Executivos e Legislativo, com a intenção de viabilizar o retorno dos 0,5%, retirados deste Poder pela Lei de Diretrizes Orçamentárias Nº 5.850 e Nº 5.759 (LDO) para os anos de 1994/1995. Com êxito, abriu-se janelas de flexibilização para o uso deste percentual.

Já para o ano de 1997, obtivemos perante os Órgãos do Poder Executivo, a junção dos percentuais de 5,5 e 1,5%, destinados a Manutenção e Instalação respectivamente. Sem dúvida, uma das metas atingidas mais importantes, visto que dispúnhamos de fato, somente 5,5% para a Manutenção de todo o Poder Judiciário, ficando a liberação dos 15%, a mercê de entendimentos políticos com o chefe do Poder Executivo, apesar de sua relevância (Obras), e, nem sempre atendidos em seus pleitos. Com a união desses percentuais, não só garantimos que os repasses sejam feitos integralmente, possibilitando a ampliação do horizonte das Ações Estratégicas, inclusive para uma rubrica essencial que é a Manutenção.

Em conjunto com as Unidades Administrativa do TJE, no que concerne a discussão dos principais projetos desenvolvidos nessas áreas, e participação na seleção dos mesmos, foi-nos possível, propiciar informações, fazer previsões de custos mensais, quer para Capital, quer para o Interior, sempre com base em estudos sobre o comportamento da Receita do Estado, através de métodos de atualização de preços (Inflação e Deflação), do Índice Geral de Preços (IGP), da Fundação Getúlio Vargas, dando-nos um prognóstico do acompanhamento da mesma para 1995/1996 (biênio da atual Presidência).

- Graças a essas estimativas pode-se estruturar um Sistema de Informações de natureza Fiscal e Financeira, que, adequado aos recursos garantidos por Lei possibilitou-nos definir planos e programas, que nos asseguraram, alcançar e executar metas como sendo a reordenação e/ou remanejamento de Créditos Orçamentários, Controle de Gastos, e implantação do Sistema de Custos para efeito de mensuração das despesas, etc... Com o equilíbrio financeiro, tornou-se possível alcançar diversos objetivos, tais como:

- Aumento de vencimentos em cerca de 37,50%, aos Magistrados e Servidores do TJE;

maior que a inflação projetada do Plano Real (15,11%) - IGPM-FGV, o que originou um aumento real de 22,39%;

- Correção Salarial dos Magistrados deste TJE, com os do Ministério Público (16%) no ano de 1996;

- Custear despesas de nomeação de 6 (seis) novos Desembargadores e ascensão de cargos para Juizes;

- Nomeações de Assessores para Desembargadores;

- Nomeações de concursados;

- Nomeações de vinte e três novos Juizes;

- Aumento do Vale Alimentação e sua posterior incorporação aos vencimentos, o que resultou em um incremento de despesa cifrada em cerca de R\$ 1,130 milhão;

- Instalação de novas Comarcas;

- Instalação de Juizados Especiais de Pequenas Causas, tanto na Capital quanto no Interior do Estado;

- Ampliação e Aparelhamento de duas Varas da Capital, para dar suporte, as duas novas Varas dirigidas especificamente para os Feitos da Fazenda;

- Instalação de novas Varas em Comarcas já instaladas no interior do Estado;

- Reforma e Ampliação de diversos Fóruns e Residências Oficiais no Interior do Estado;

- Reforma e adaptação no Anexo I e demais prédios do TJE na Capital;

- Total assistência, as Unidades do Interior do Estado (Comarcas e Termos Judiciários), no que tange a reforma e reaparelhamento;

- Construção do Anexo III;

- Ampliação do Fórum de Castanhal, mediante adaptação de novas instalações no imóvel cedido pelo Poder Executivo;

- Assistência ao Setor de Transporte do TJE;

- Renovação em 48% da frota de veículos da Capital.

A par dessas, merecem também destaques as realizações na área de Informática, cuja programação, expansão, instalação de micros e serviços, assim se concretizou:

- Instalação de estações de trabalho compostas de microcomputador e impressora nos Gabinetes dos novos Desembargadores e nas novas Secretarias e Central de Distribuição de processos, mais quatro microcomputadores na Corregedoria Geral de Justiça e dois na 8ª Vara de execuções Penais;

- Instalação de dois microcomputadores no Arquivo Geral e nove na Secretaria de Administração;

- Aquisição de sessenta estações de trabalho compostas de microcomputador de última geração e impressora colorida, para atualizar e complementar o parque computacional deste Tribunal;

- Editoração gráfica de revista do Tribunal, disponibilizando a mesma em mídia magnética e também para consultas nas estações de trabalho;

- Implantação de um novo sistema de processos de Segundo Grau para refletir a nova estrutura de Secretarias e Central de Distribuição;

- Informatização dos serviços de registro de processos da Corregedoria e Divisão de Registro de Acórdão;

- Informatização da Vara Distrital de Icoaracy;

- Implantação de novos relatórios e consultas

no sistema orçamentário-financeiro visando o planejamento e adaptações no sistema de folha de pagamento para permitir projeções futuras;

- Introdução de rotinas de controle e segurança nos sistemas do Fórum Cível e Criminal;

Nos relatos feitos acima, verifica-se que os trabalhos desenvolvidos por esta Secretaria, foram bastante significativo.

Tais objetivos e metas, só foram alcançadas, graças ao apoio do Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente Manoel de Christo Alves Filho, e demais membros integrantes do Egrégio Tribunal Pleno, sem os quais jamais poderíamos concretizar tão ingente missão.

Cabe ainda creditar tais realizações aos servidores que integram a estrutura organizacional desta Secretaria, que se envolveram sobremaneira no desempenho das missões que lhes são inerentes por dever de ofício.

As Secretarias de Administração e da Presidência, e aos demais Compartimentos Ativos do Tribunal, nossos sinceros agradecimentos pela prestimosa colaboração dada aos assuntos ligados ao Programa de Trabalho compreendidos nos anos de 1995/1996, programados e executados pela Secretaria de Planejamento do TJE.

Nosso trabalho foi sério e árduo, sempre procurando adaptar e salvaguardar os interesses, o fortalecimento institucional, e a capacitação técnica dos diversos seguimentos dos Órgãos do Poder Judiciário a esta nova realidade Política/Econômica. Assim, procuramos cumprir serenamente nossa tarefa, chegando ao final desse biênio com um balanço de realização bastante positivo.

9.1 - DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA

Conforme estabelecido pelo Excelentíssimo Senhor Presidente do TJE Desembargador Manoel de Christo Alves Filho, foi elaborado pela Comissão de Informática, presidida pelo Excelentíssimo Desembargador Nelson Silvestre Rodrigues Amorim, Secretaria de Planejamento, Secretaria de Administração e Departamento de Informática, um projeto de informatização no âmbito deste Poder, no qual foram definidas metas e prioridades, alocados os recursos financeiros e definidas as especificações técnicas dos equipamentos e programas de informática para atender as necessidades deste Tribunal de Justiça do Estado.

Com a aprovação do Excelentíssimo Desembargador Presidente do TJE, o Departamento de Informática, juntamente com a Secretaria de Planejamento, passou a executar o referido projeto. A seguir, apresentamos as principais atividades desenvolvidas na área de informática no biênio 95/96.

OS PRINCIPAIS EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS (HARDWARE):

1 - Servidor de Rede Novell PENTIUM 166 Mhz, EISA/PCI, 128 MB de RAM, CACHE 256K, Portas de alta velocidade DB9 e DB25, Floppy de 3,5 e 1.44

Mbyte, unidades de CD-ROM e DAT, placas de rede FAST-ETHERNET PCI LOCAL BUS de 20Mb/s, dois discos rígidos de 2Gb SCSI-2, Monitor SVGA COLOR, Mouse e Teclado.

Quantidade: 2 (dois)

2 - SWITCH de Alto Desempenho, permite tráfego de pacotes FDDI/CDDI e FAST-ETHERNET pelo obarramento interno, duas portas de 100 Mbits 100BASE-TX, RJ-45 e um módulo contendo oito portas de 10 Mbits 10BASE-T, RJ-45.

Quantidade: 1 (um)

3 - Impressora LASER com impressão simultânea de frente e verso em folha solta, interface serial e paralela para rede novell, formatos incluindo CARTA, A4, OFÍCIO.

Quantidade: 1 (uma)

4 - Envelopadora, para serrilhar, dobrar e colar folhas soltas formato A4, bandeja para folha solta nos formatos A4 e CARTA.

Quantidade: 1 (uma)

5 - Impressora Matricial de alta velocidade Epson DFX-5000+, utiliza formulários contínuos de diversos tipos.

Quantidade: 2 (duas)

6 - Scanner de mesa colorido e de alta resolução gráfica e Impressora Laser de Pequeno porte.

Quantidade: 2 (duas)

7 - Máquina Digitalizadora de Fotografias.

Quantidade: 1 (uma)

8 - Servidor de Internet e Intranet, PENTIUM 133 Mhz, 24 MB de RAM, Floppy de 3 1/2", Teclado, Mouse, Monitor SVGA COLOR, Placa de rede DEC PCI ETHERNET NE-2000, Placa de Video SVGA 1 MB PCI.

Quantidade: 1 (um)

9 - Símbolo 210 V "Monotype Sorts" V 12 9 - Roteador MP/RT CYCLOM e cabo V-35, para interligações Remotas de alta performance, serviços de e-mail, transferências de arquivos e acesso a banco de dados.

Quantidade: 1 (um)

OS PRINCIPAIS PROGRAMAS ADQUIRIDOS (SOFTWARE):

*Sistema Operacional Microsoft Windows NT Versão 4.0

*Folio Site Director 3.0

*Folio Views IM

*Folio Views IPK

*Folio Weber Server 1.01

*GOL For LAN Btrieve

PARQUE COMPUTACIONAL

A evolução da tecnologia de informática se processa com rapidez, tornando equipamentos ultrapassados. Isto faz com que a atualização dos equipamentos se torne uma constante. Atento a este fato, o DI atualizou 10 (dez) estações de trabalho, sendo que 5 (cinco) com multimídia. Um total de 35 (trinta e cinco) novas estações foram instaladas, sendo 33 (trintra e três) na capital e 02 (duas) no interior do Estado, como demonstrado nos quadros a seguir.

CRESCIMENTO PARQUE INSTALADO (CAPITAL)

Local / Andar	Estação de Trabalho
SA - Térreo	1
SA - 1º Andar	2
Sub-Total SA (Anexo 2)	3
Térreo - Arquivo Geral	2
Sub-Total - Térreo	2
Crime - 8ª Vara Penal	2
Crime - Processos	3
Sub-Total - 2º Andar	5
Cível - Vara da Fazenda	1
Sub-Total - 3º Andar	1
Ass. Presidência	1
Central de Distribuição do TJE	2
Corregedoria	3
Desembargadores	6
Novas Secretarias	4
Plenários	2
Sub-Total - 4º Andar	18
Juizado Especial de Trânsito	3
Juizado Especial da Infância e Juventude	1
Sub-Total de Outros Prédios	4
Total capital	33

CRESCIMENTO DO PARQUE INSTALADO (INTERIOR)

Local	Microcomputador Instalado	Impressora Instalada
Icoaraci	1	1
Castanhal	1	1
Altamira	-	1
Total do Interior	2	3

Estão adquiridas sessenta estações de trabalho compostas de microcomputador Pentium 100 Mhz e impressora a Jato de Tinta colorida, para atualizar e complementar o parque computacional do TJE. Estes equipamentos estão no Setor de Almoxarifado em processo de tombamento para posterior instalação.

Foram colocados a disposição do TJE oitenta e cinco microcomputadores do TRE para a informatização das Comarcas do Interior.

TREINAMENTO

Várias turmas de funcionários envolvidos com o novo sistema de Protocolo Unificado foram treinados pelo Departamento.

Usuários foram reciclados e aprimorados e outros iniciados no uso da rede de microcomputadores e preparação de textos e planilha eletrônica de dados.

O corpo técnico do DI se manteve atualizado com novas tecnologias e tendências através da sua participação em diversos cursos entre os quais destacamos: Curso de Delphi, Curso de Análise Estruturada,

Seminário Intranet x Internet, Congresso de Interconectividade da Amazônia.

SERVIÇOS DESENVOLVIDOS / IMPLANTADOS

- Nos seguintes sistemas de apoio administrativo foram realizados as manutenções e os aperfeiçoamentos necessários a adequação dos mesmos a dinâmica da realidade: Recursos Humanos, Financeiro, Material, Patrimônio, Orçamentário, Concurso Público, Protocolo.

- Ampliação e adequação do sistema para atender a demanda de emissão de certidões de antecedentes criminais.

- Adaptação no sistemas de folha de pagamento para permitir projeções futuras, possibilitando o planejamento dos custos com pessoal.

- Implantação de novos relatórios e consultas no sistema orçamentário-financeiro visando planejamento.

- Implantação da rotina automatizada de pedido de vale-alimentação e cadastramento funcional.

- Objetivando atender a 8ª Vara Penal foi desenvolvido o Sistema de Controle e Acompanhamento de Execuções Penais, que envolve informações sobre toda a vida carcerária dos apenados até sua liberação definitiva (cumprimento da pena).

- Instalação nos Micros-Servidores de Rede do Método de Acesso Btrieve, que otimiza a performance dos programas desenvolvidos em GOL - Gerador On Line, reduzindo com isto o tempo de resposta para o usuário.

- Conversão de sistemas de Controle de Processos do Fórum Cível, Fórum Criminal, Corregedoria e 2o. Grau para plataforma Btrieve.

- Implantação de Sistema de Segurança dos usuários da Distribuição de Processos no Fórum Cível.

- Implantação de SubSistema de Justificativas dos usuários da Distribuição de Processos do Fórum Cível.

- Aperfeiçoamento do Sistema de Distribuição para Processos de Classe de Reconhecimento de Paternidade.

- Aperfeiçoamentos no Sistema de Resenhas do Fórum Cível.

- Implantação do Sistema Integrado de Protocolo Unificado.

- Implantação do Sistema de Controle do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário.

- Informatização do Fórum de Icoaraci.

- Informatização do Juizado Especial do Trânsito.

- Informatização da Vara da Fazenda.

- Implantação do Sistema de Tramitação de Processos nas Secretarias do 2o.grau.

- Aperfeiçoamento no Sistema do 2o. grau referente à distribuição nas Câmaras Isoladas.

- Criação de programas e relatórios estatísticos da Distribuição do 2o.grau e da Assessoria da Presidência.

- Confecção, através de Editoração Eletrônica, da "Revista do Tribunal de Justiça", números 65, 66, 67, 68, 69 e 70.

- Elaboração do recibo de pagamento (contracheque) com tecnologia a Laser.

- Manutenção técnica nos equipamentos de informática realizado pela própria equipe do departamento.

- Implementação da Revista do Tribunal de Justiça no formato eletrônico.

- apresentação do trabalho intitulado "A Revista Eletrônica do TJE-PA" no I Encontro Nacional de Informática Jurídica realizado pelo TJE do Ceará, em Junho de 1996, na cidade de Fortaleza.

- Instalação do produto Folio Site Director 3.0 para disponibilização das bases de dados do TJE-PA na Internet.

- Desenvolvido o Sistema de Controle e Empréstimo de Livros e Periódicos na Biblioteca Des. Antônio Koury.

- Montagem, instalação e manutenção preventiva e corretiva de equipamentos.

- Suporte técnico remoto (via modem) a Comarcas do interior.

- Plantão vespertino de atendimento a usuários.

- Implantação de um novo sistema de processos de Segundo Grau para refletir a nova estrutura de Secretarias e Central de Distribuição.

AGRADECIMENTO

Tais objetivos só foram alcançados graças ao apoio do Desembargador Manoel de Christo Alves Filho, Presidente do TJE, e do colegiado de desembargadores.

Finalmente, agradecemos aos magistrados, secretários da Presidência, Planejamento e Administração, serventários de justiça e demais servidores do Poder Judiciário a colaboração recebida e ao empenho dos funcionários deste Departamento de Informática.

BANCO DE DADOS DO PODER JUDICIÁRIO

APRESENTAÇÃO

O Banco de Dados do Poder Judiciário surgiu por solicitação do Supremo Tribunal Federal, a este Tribunal, para que fosse criada uma base de dados que informasse permanentemente a tramitação processual da Magistratura Paraense, para que os dados passassem a fazer parte do Banco Nacional de Dados, com sede no Supremo Tribunal, em Brasília.

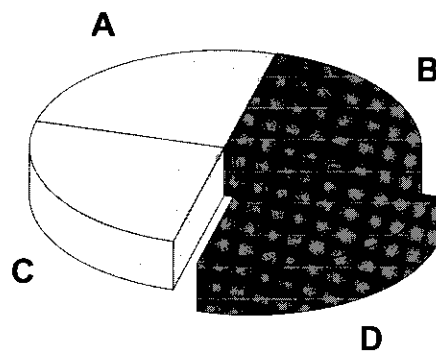
Inicialmente o Banco de Dados procurou atender de imediato àquela solicitação, ainda sem a ajuda da informatização, o que dispndia grande esforço e tempo para proceder o levantamento das informações, para análise, com a finalidade de enviá-las àquela Colenda Corte de Justiça.

A AÇÃO EXERCIDA

Hoje, com vários programas informatizados, a Divisão de Banco de Dados procura dar destaque:

A) Ao planejamento e controle da coleta de dados atinentes à tramitação processual da Justiça Comum do 1º e 2º grau, onde se aplica procedimentos técnicos, visando a uniformização aos moldes dos Tribunais Superiores;

B) A análise das informações que, sintetizadas são preparadas para informar o Banco Nacional de Dados do Judiciário, em Brasília, conforme padrões estabelecidos pelo Supremo Tribunal Federal;



Fonte : Divisão de Banco de Dados

C) Aos mapas estatísticos e gráficos e a outras informações para demonstrar a tramitação processual e outras matérias pertinentes ao Judiciário, a quem de direito.

D) Ao TELEJUDICIÁRIO, que presta serviço de utilidade pública, sobre assuntos referentes ao Judiciário, para atender aos usuários internos e externos (Magistrados, Promotores, Advogados, Servidores, Partes e População em Geral.)

TELEJUDICIÁRIO ?

É um sistema informatizado, para atendimento a população em geral - o usuário interno e externo, operacionalizado via Banco de Dados, gerenciado pelo Departamento de Informática.

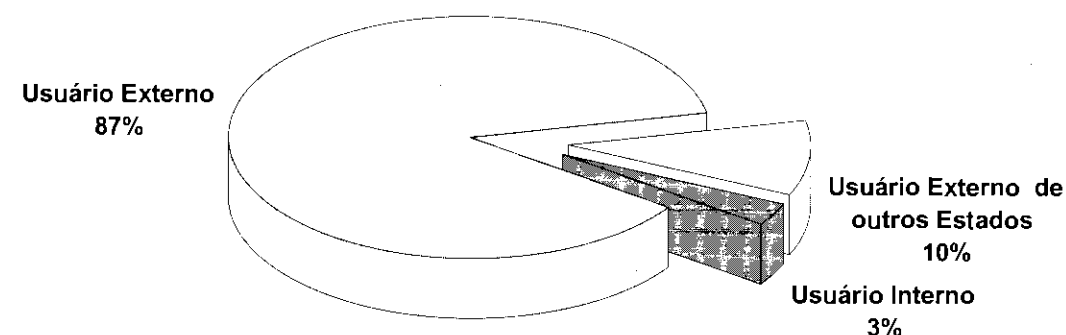
OBJETIVO DO TELEJUDICIÁRIO:

Prestar com maior rapidez as informações judiciais e administrativas de interesse da população em geral.

O CRESCIMENTO:

Vem gradualmente, tendo a base de cadastro apontando um percentual de procura pelos serviços do TELEJUDICIÁRIO na seguinte escala:

- 87% do atendimento pelo usuário externo do Estado;
- 10% pelo usuário externo das grandes capitais do País;
- e apenas 3% pelo usuário interno do Poder Judiciário.



Fonte: Divisão de Banco de Dados/TELEJUDICIÁRIO

MOVIMENTO PROCESSUAL DO TJE ATRAVÉS DOS ÓRGÃOS DE JULGAMENTO BIÊNIO DE 1995/1996

Ao término da Administração do Excelentíssimo Desembargador Manoel de Christo Alves Filho, a Divisão de Banco de Dados do Poder Judiciário -

TELEJUDICIÁRIO, apresenta, inicialmente, a movimentação do Tribunal de Justiça do Estado através dos seus Órgãos de Julgamento, no biênio 1995/1996.

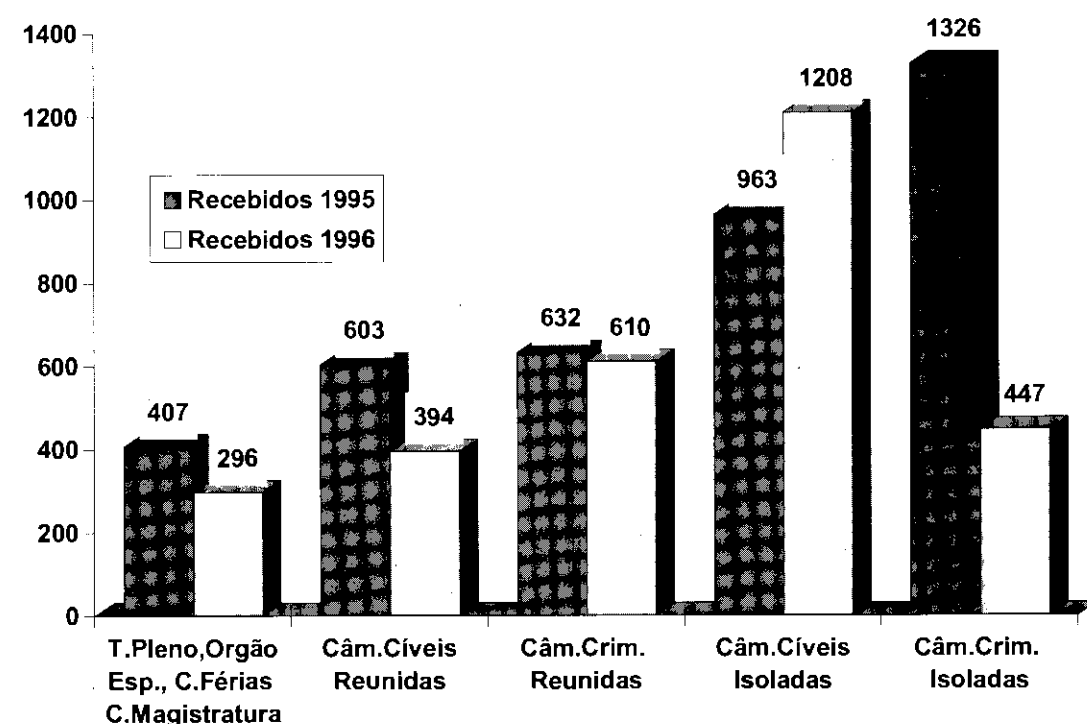
Tribunal Pleno	1995	1996
Processos Recebidos deduzidos os Redistribuídos	184	—
Processos Julgados em Sessão	89	—
Órgão Especial	1995	1996
Processos Recebidos deduzidos os Redistribuídos	25	163●
Processos Julgados em Sessão	28	97●
Conselho da Magistratura	1995	1996
Processos Recebidos deduzidos os Redistribuídos	41	25●
Processos Julgados em Sessão	07	13●
Câmaras de Férias	1995	1996
Processos Recebidos deduzidos os Redistribuídos	157	108●
Processos Julgados em Sessão	23	19●
Câmaras Cíveis Reunidas	1995	1996
Processos Recebidos deduzidos os Redistribuídos	603	394●
Processos Julgados em Sessão	374	383●
Câmaras Criminais Reunidas	1995	1996

Processos Recebidos deduzidos os Redistribuídos	632	610❶
Processos Julgados em Sessão	367	461❷
Câmaras Criminais Isoladas	1995	1996
Processos Recebidos deduzidos os Redistribuídos	1326	447❸
Processos Julgados em Sessão	973	467❹
Câmaras Cíveis Isoladas	1995	1996
Processos Recebidos deduzidos os Redistribuídos	963	1208❺
Processos Julgados em Sessão	659	621❻
Total	1995	1996
Processos Recebidos deduzidos os Redistribuídos	3931	2955❿
Processos Julgados em Sessão	2520	206❾

Fonte : Divisão de Banco de Dados
Dados Coletados até 10/01/97

- ❶ Dados fornecidos pelo Sistema de Controle de Processo - SCP, até o mês de novembro do ano de 1996
❷ Dados fornecidos pelas Secretarias do TJE, até o mês de novembro do ano de 1996
❸ Dados fornecidos pela respectiva Secretaria do TJE, até o mês de outubro do ano de 1996

DEMONSTRATIVO GRÁFICO DO MOVIMENTO PROCESSUAL DO 2º GRAU
PROCESSOS RECEBIDOS ATRAVÉS DOS ÓRGÃOS DE JULGAMENTO DO TJE DURANTE OS ANOS DE 1995/1996



Órgãos de Julgamentos	Recebidos deduzidos os redistribuídos 1995	Recebidos deduzidos os redistribuídos 1996	Resultado %
(Tribunal Pleno, Órgão Especial, Câmaras de Férias, Conselho da Magistratura)	407	296	≈27.27 ↓
Câmaras Cíveis Reunidas	603	394	≈34.66 ↓
Câmaras Criminais Reunidas	632	610	≈3.48 ↓
Câmaras Cíveis Isoladas	963	1208	≈25.44 ↑
Câmaras Criminais Isoladas	1326	447	≈66.29 ↓
Total	3931	2955	≈24.83 ↓

Fonte : Divisão de Banco de Dados

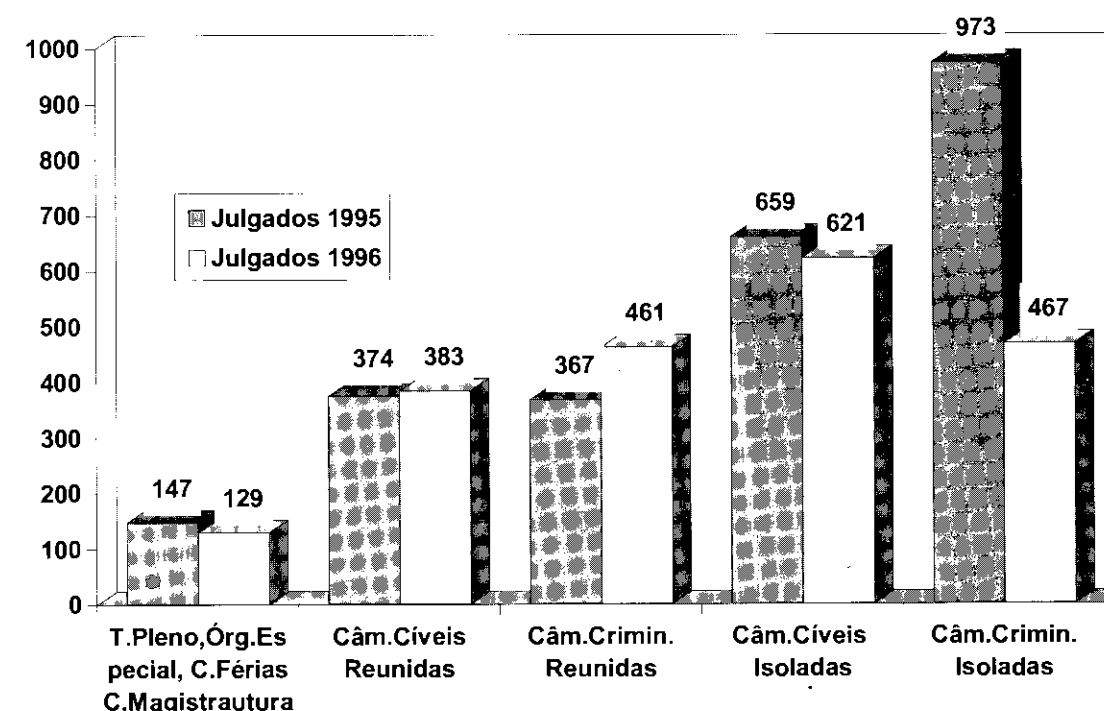
Captação dos Dados:

❶ Dados fornecidos pelo Sistema de Controle de Processo - SCP, até o mês de novembro do ano de 1996

Nota : ↑ percentual aproximado, havendo um acréscimo nos processos recebidos/96 em relação aos recebidos/95

↓ percentual aproximado, havendo um decréscimo nos processos recebidos/96 em relação aos recebidos/95

PROCESSOS JULGADOS ATRAVÉS DOS ÓRGÃOS DE JULGAMENTO DO TJE
DURANTE OS ANOS DE 1995/1996



Órgãos de Julgamento	Julgados em Sessão 1995	Julgados em Sessão 1996❶	Resultado %
(Tribunal Pleno, Órgão Especial, Câmaras de Férias, Conselho da Magistratura)	147	129	≈12.24 ↓
Câmaras Cíveis Reunidas	374	383	≈2.41 ↑
Câmaras Crim. Reunidas	367	461	≈25.61 ↑
Câmaras Cíveis Isoladas	659	621❷	≈5.76 ↓
Câmaras Criminais Isoladas	973	467	≈52.00 ↓
Total	2520	2061	≈18.21 ↓

Fonte : Divisão de Banco de Dados

Captação dos Dados:

❶ Dados fornecidos pelas Secretarias do TJE, até o mês de novembro do ano de 1996

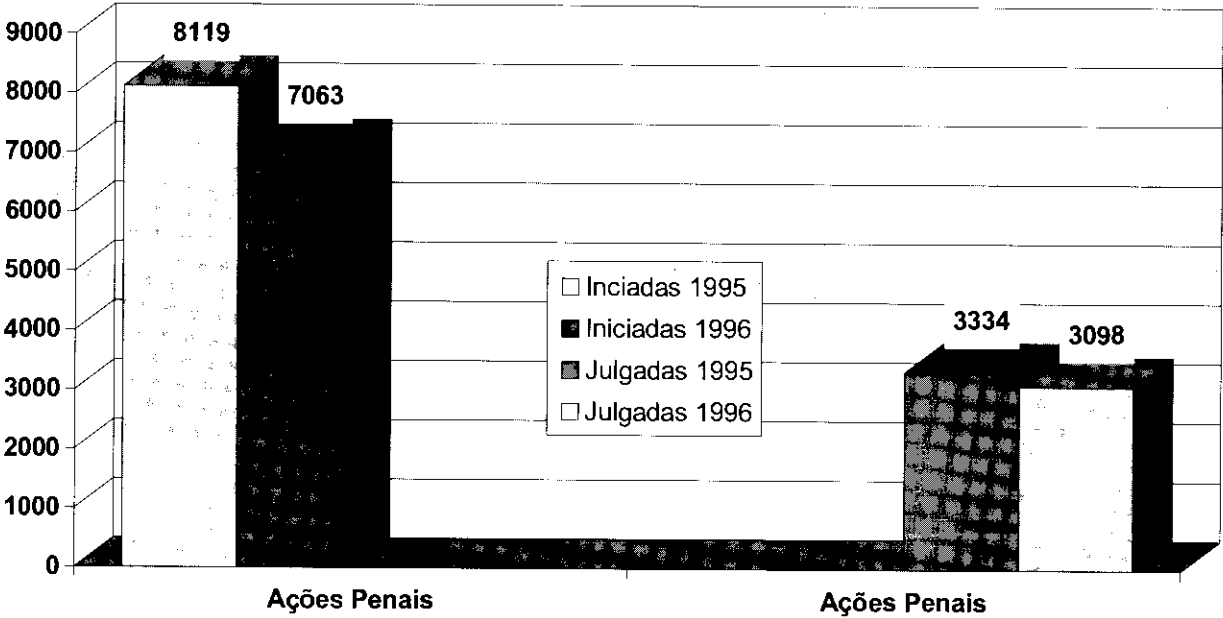
❷ Dados fornecidos pela respectiva Secretaria do TJE, até o mês de outubro do ano de 1996

Nota : ↑ percentual aproximado, havendo um acréscimo nos processos julgados/96 em relação aos julgados/95

↓ percentual aproximado, havendo um decréscimo nos processos julgados/96 em relação aos julgados/95

DEMONSTRATIVO GRÁFICO DO MOVIMENTO PROCESSUAL DO 1º GRAU

AÇÕES PENAIS RECEBIDAS E JULGADAS NO ESTADO DO PARÁ DURANTE OS ANOS DE 1995/1996



Acões Penais	Iniciadas	Iniciadas 1995	% 1996	Julgadas	Julgadas 1995	% 1996
Crime Contra Vida	738	511	≈30.76↓	272	108	≈60.30↓
Crime C/ Patrimônio	1398	1222	≈12.59↓	909	656	≈27.83↓
Delito de Tóxico	363	364	≈ 0.28↑	241	272	≈12.86↑
Delito de Trânsito	100	92	≈ 8.00↓	53	39	≈26.41↓
Contrav. Penal	82	45	≈45.12↓	39	17	≈56.41↓
Outros Feitos	5438	4829	≈11.20↓	1820	2006	≈10.22↑
Total	8119	7063	≈13.01↓	3334	3098	≈ 7.08↓

Fonte : Divisão de Banco de Dados

Captção dos Dados:

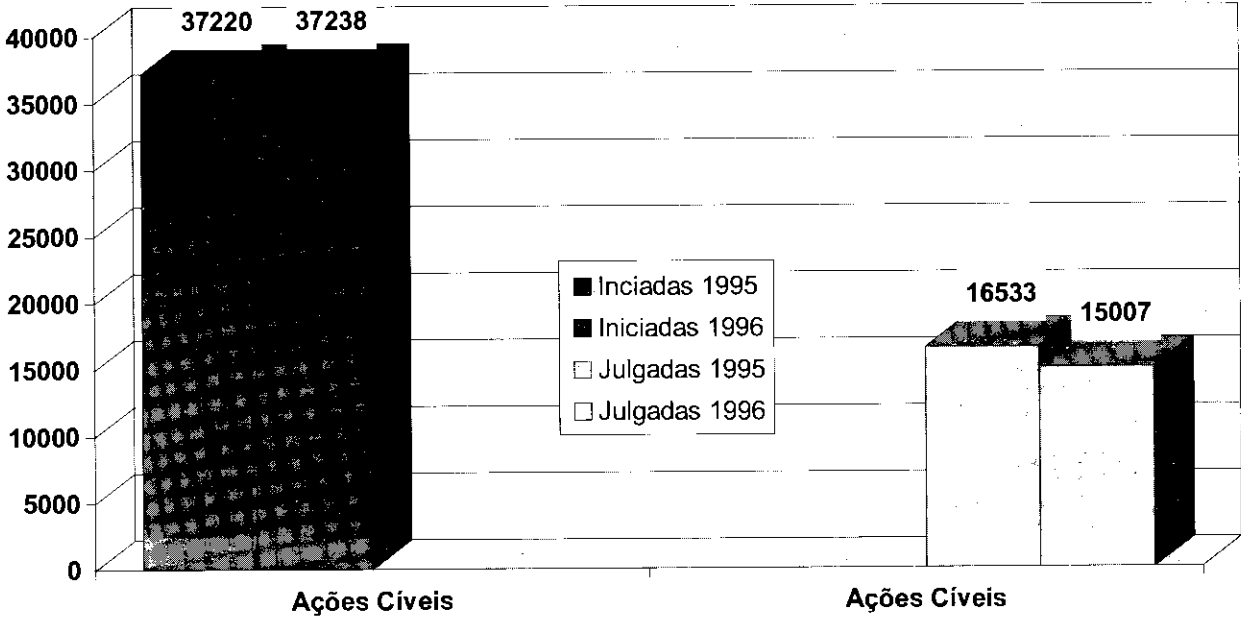
Dados fornecidos pelas Serventias Judiciais, na seguinte proporção:

- 3ª Entrância - Capital , até o mês de novembro do ano de 1996;

- 1ª e 2ª Entrância , até o mês de outubro de 1996.

Nota : percentual aproximado, havendo um acréscimo nas Ações de 1996 em relação as de 1995
percentual aproximado, havendo um decréscimo nas Ações de 1996 em relação as de 1995

AÇÕES CÍVEIS RECEBIDAS E JULGADAS NO ESTADO DO PARÁ DURANTE OS ANOS DE 1995/1996



Acões Cíveis	Iniciadas 1995	Iniciadas 1996	%	Julgadas 1995	Julgadas 1996	%
Possessória	841	882	≈ 4.88↑	226	244	≈ 7.96↑
Usucapião	36	27	≈25.00↓	38	12	≈68.42↓
Despejo	1605	1231	≈23.30↓	556	552	≈ 0.72↓
Execução Fiscal	4021	3274	≈18.58↓	1068	473	≈55.71↓
Execução	5829	5176	≈11.20↓	748	675	≈ 9.76↓
Falência	215	354	≈64.65↑	43	65	≈51.16↑
Medida Cautelar	2586	3778	≈46.09↑	1421	1856	≈30.61↑
Acid. do Trabalho	28	18	≈35.71↓	10	01	≈90.00↓
Família	7431	7498	≈ 0.90↑	4058	3877	≈ 4.46↓
Órfãos/Sucessão	819	1950	≈138.10↑	335	435	≈29.85↑
Inf. e Juventude	3798	3968	≈ 4.48↑	2347	2246	≈ 4.30↓
Outros Feitos	10011	9082	≈ 9.28↓	5683	4571	≈19.57↓
Total	37220	37238	≈ 0.05↑	16533	15007	≈ 9.23↓

Fonte : Divisão de Banco de Dados

Captção dos Dados:

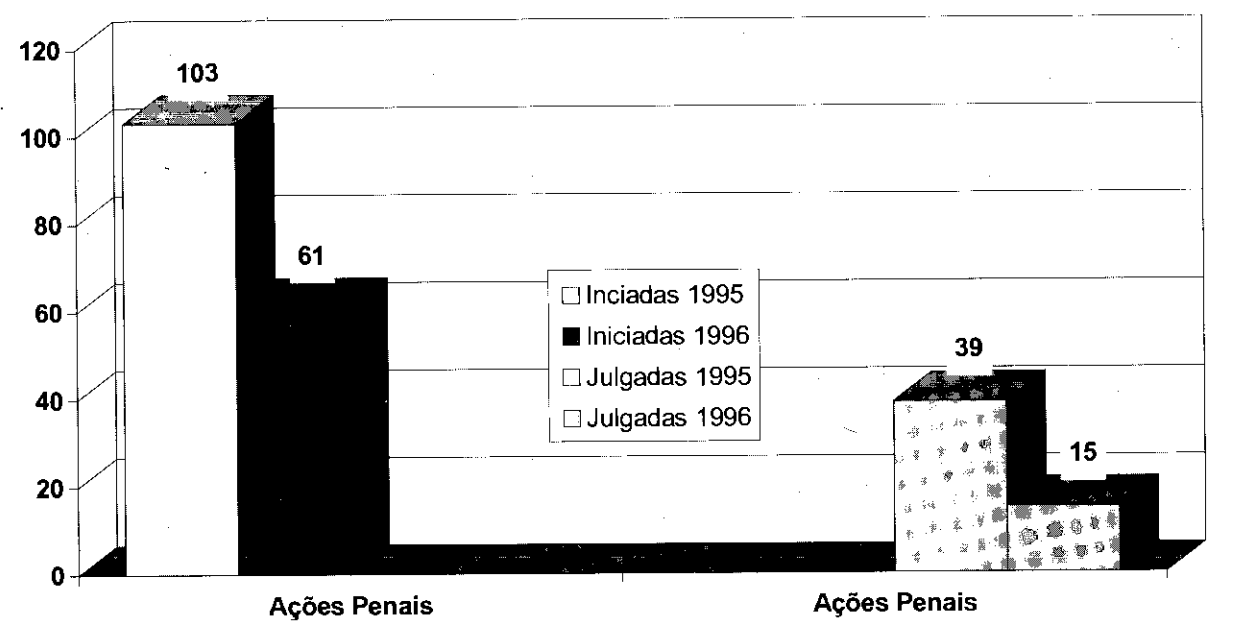
Dados fornecidos pelas Serventias Judiciais, na seguinte proporção:

- 3ª Entrância - Capital , até o mês de novembro do ano de 1996;

- 1ª e 2ª Entrância , até o mês de outubro de 1996.

Nota : ↑ percentual aproximado, havendo um acréscimo nas Ações de 1996 em relação as de 1995
↓ percentual aproximado, havendo um decréscimo nas Ações de 1996 em relação as de 1995

AÇÕES PENAIS RECEBIDAS E JULGADAS PELA JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ DURANTE OS ANOS DE 1995/1996



Acções Penais	Iniciadas 1995	Iniciadas 1996	%	Julgadas 1995	Julgadas 1996	%
Crime Contra Vida	20	15	≈ 25.00↓	03	03	00
Crime C/ Patrimônio	09	14	≈ 55.56↑	10	02	≈ 80.00↓
Outros Feitos	74	32	≈ 56.76↓	26	10	≈ 61.54↓
Total	103	61	≈ 40.78↓	39	15	≈ 61.54↓

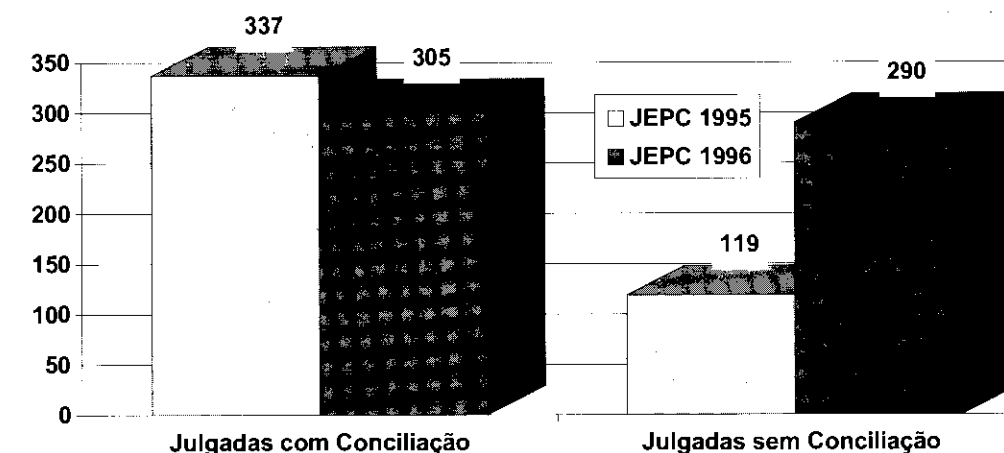
Fonte : Divisão de Banco de Dados

Captação dos Dados:

Dados fornecidos pela JME/PA, até o mês de novembro do ano de 1996;

Nota : percentual aproximado, havendo um acréscimo nas Ações de 1996 em relação as de 1995
percentual aproximado, havendo um decréscimo nas Ações de 1996 em relação as de 1995

AÇÕES JULGADAS PELO JUIZADO ESPECIAL DE ACIDENTES DE VEÍCULOS NO MUNICÍPIO DE BELÉM, DURANTE OS ANOS DE 1995/1996

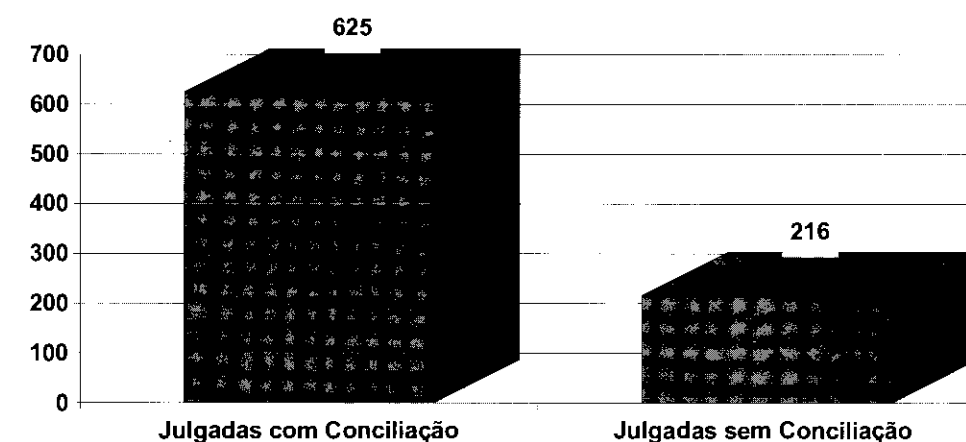


Ações Julgadas	Julgadas com conciliação	Julgadas sem conciliação	total de Ações julgadas
Dano (art. 275, II, "e") 1995	337	119	456
Dano (art. 275, II, "e") 1996	305	290	595

Fonte : Divisão de Banco de Dados

Dados fornecidos pelo JEPC, de Janeiro a Dezembro dos anos de 1995 e 1996

AÇÕES JULGADAS PELO JUIZADO ESPECIAL DA UNAMA NO MUNICÍPIO DE BELÉM, DURANTE O ANO DE 1996

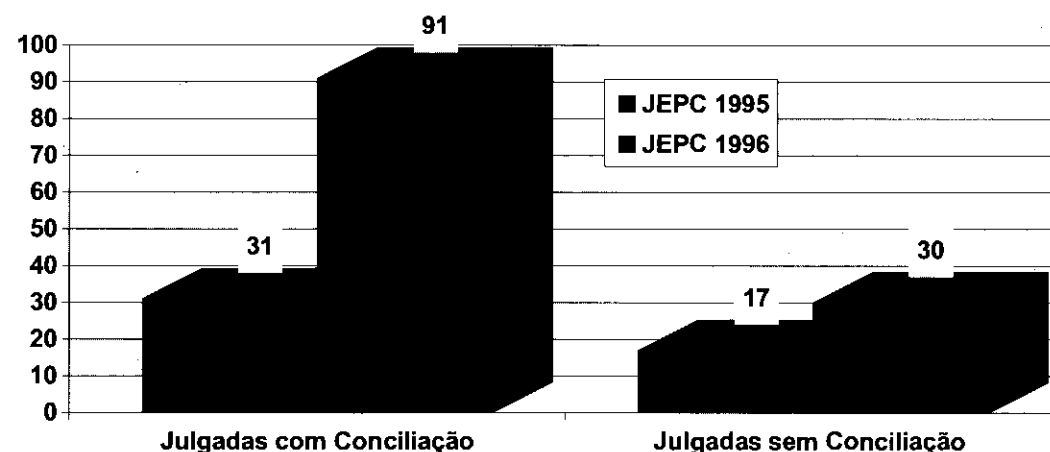


Ações Julgadas	Julgadas com conciliação	Julgadas sem conciliação	total de Ações julgadas
Ano 1996	625	216	841

Fonte : Divisão de Banco de Dados

Dados fornecidos pelo JEPC, de Janeiro a Dezembro do ano de 1996

**AÇÕES JULGADAS PELO JUIZADO ESPECIAL DO CONSUMIDOR -
MUNICÍPIO DE BELÉM, DURANTE OS ANOS DE 1995/1996**



Ações Julgadas	Julgadas com conciliação	Julgadas sem conciliação	total de Ações julgadas
Ano 1995	31	17	48
Ano 1996	91	30	121

Fonte : Divisão de Banco de Dados
Dados fornecidos pelo JEPC, de Janeiro a Dezembro do ano de 1996

**QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EXISTENTES DE JUIZES
NO ESTADO DO PARÁ, DURANTE OS ANOS DE 1995/1996**

CARGOS EXISTENTES DE JUIZES		
Entrâncias	1995	1996
1ª (Interior)	75 (60 Titulares e 15 Regionais)	92 (66 Titulares e 26 Regionais)
2ª (Interior)	50 (48 Titulares e 02 Varas a instalar)	53 (51 Titulares e 02 Varas a instalar)
3ª (Capital)	51 (42 Titulares, 03 Distritais e 06 Não Titulares).	55 (42 Titulares, 03 Distritais, 10 Não Titulares)
vara agrária	10 (10 Varas a instalar).	10 (10 Varas a instalar).
Total	186	210

Fonte : Divisão de Banco de Dados

**COMARCAS INSTALADAS NO ESTADO DO PARÁ
DURANTE A ADMINISTRAÇÃO DO DES. MANOEL DE CRISTO ALVES FILHO**

Comarcas	Data de Instalação
Ouriândia do Norte	15/06/95
Salvterra	28/10/95
São Domingos do Araguaia	30/08/96
Aurora do Pará	14/09/96
São Caetano de Odivelas	20/09/96
Faro	19/10/96
Prainha	17/11/96
Curralinho	14/12/96

Fonte : Divisão de Banco de Dados
Dados Coletados até 10/01/97

**COMARCAS A INSTALAR NO ESTADO DO PARÁ DURANTE O MÊS DE JANEIRO
DO ANO DE 1997, AINDA NA ADMINISTRAÇÃO DO DES. MANOEL DE CRISTO ALVES FILHO**

Comarcas	Data de Instalação
Acará	2ª quinzena de janeiro/1997
Bujarú	2ª quinzena de janeiro/1997
Bonito	2ª quinzena de janeiro/1997
Santo antônio do Tauá	2ª quinzena de janeiro/1997

Fonte : Divisão de Banco de Dados
Dados Coletados até 10/01/97

**COMARCAS COM PROBABILIDADE DE SEREM INSTALADAS NO ESTADO DO PARÁ, DURANTE O MÊS
DE JANEIRO DO ANO DE 1997, AINDA NA ADMINISTRAÇÃO DO DES. MANOEL DE CRISTO ALVES FILHO**

Comarcas	Data de Instalação
Anajás	2ª quinzena de janeiro/1997
Concórdia do Pará	2ª quinzena de janeiro/1997

Fonte : Divisão de Banco de Dados
Dados Coletados até 10/01/97

**VARAS INSTALADAS NAS COMARCAS DO INTERIOR DO ESTADO DO PARÁ,
DURANTE A ADMINISTRAÇÃO DO DES. MANOEL DE CRISTO ALVES FILHO**

Varas	Data de Instalação
Redenção - 2ª Vara (Penal)	16/06/95
Santarém - 5ª Vara (Assist. Judiciária)	29/08/95
Castanhal - 4ª Vara (Penal)	06/10/95
Óbidos - 2ª Vara (Civ/Pen)	24/05/96
Santarém - 6ª Vara (Penal)	16/08/96
Ananindeua - 6ª Vara (Penal)	24/10/96
S. Izabel do Pará - 3ª Vara (Civ/Pen)	03/01/97
Paragominas - 2ª Vara (Civ/Pen)	04/01/97
Santarém - 7ª Vara (Inf. e Juventude)	11/01/97
Breves - 2ª Vara	14/01/97

Fonte : Divisão de Banco de Dados
Dados Coletados até 10/01/97

**VARA COM PROBABILIDADE DE SER INSTALADA NO ESTADO DO PARÁ, DURANTE O
MÊS DE JANEIRO DO ANO DE 1997, AINDA NA ADMINISTRAÇÃO DO DES. MANOEL DE CRISTO ALVES FILHO**

Vara	Data de Instalação
Cametá - 2ª Vara	janeiro/1997

Fonte : Divisão de Banco de Dados
Dados Coletados até 10/01/97

**JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS INSTALADOS NO ESTADO DO PARÁ
DURANTE A ADMINISTRAÇÃO DO DES. MANOEL DE CHRISTO ALVES FILHO**

Juizados Especiais	Data de Instalação
Santarém - Fac. Integradas do Tapajós	28/08/95
Santarém - Univ. Luterana do Brasil	29/08/95
São Miguel do Guamá	28/09/95
São João do Araguaia	15/12/95
Ananindeua - PAAR	31/05/96
Ananindeua - Cidade Nova VIII	17/10/96
Belém - Bairro do Marco	09/01/97

Fonte : Divisão de Banco de Dados
Dados Coletados até 10/01/97

9.2 - DEPARTAMENTO FINANCEIRO

1 - ORÇAMENTOS PÚBLICOS ESTADUAIS

Os Orçamentos do Estado - Fiscal e da Seguridade Social - para os exercícios de 1995 e 1996, aprovados pelas Leis nºs 5.884 de 28.12.1994 e 5.926 de 28.12.1995 consignaram ao Poder Judiciário, recursos limitados da Receita Líquida nos percentuais de 6,5% e 7%, respectivamente, dos quais 5,5% destinados a Manutenção da máquina administrativa e os restantes de 1% e 1,5% às construções, instalações, aparelhamento e custeios de Comarcas e Juizados Especiais.

Os montantes previstos e fixados nas aludidas Leis Orçamentárias, foram de R\$ 81.867.091,00 e R\$ 102.021.915,00 para os ingressos, com os mesmos valores para as despesas.

O demonstrativo abaixo retrata tais situações:

ANOS	RECEITA/DESPESA	VARIAÇÃO % 1996/1995
1995	81.867.091,00	-
1996	102.021.915,00	24,62

Fonte: Departamento Financeiro e Auditoria Interna

Relativamente ao exercício de 1995, observou-se um incremento nominal da ordem de 24,62%.

2 - ALTERAÇÕES NOS ORÇAMENTOS

O Poder Judiciário, para atingir a execução orçamentária dos exercícios em exame, promoveu o remanejamento de verbas, com fulcro nas prefaladas leis, objeto dos Decretos nºs 0079/95, 0784/95, 1209/96, 1505/96 e 1800/96 cujos valores finais atingiram as cifras de R\$ 81.867.091,00 e R\$ 101.151.455,63.

O quadro a seguir realça os resultados dessas modificações.

ANOS	DESPESA AUTORIZADA FINAL	VARIAÇÃO % 1996/1995
1995	81.867.091,00	-
1996	101.151.455,63	23,56

Fonte: Departamento Financeiro e Auditoria Interna

3 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 - RECEITA

Os ingressos totalizaram no biênio - 1995/1996 - as cifras de R\$ 70.324.766,97 e R\$ 84.843.359,45, representando, incremento nominal de 20,64%, conforme pode ser observado no quadro a saber:

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIOS		VARIAÇÃO % 1996/1995
	1995	1996	
QUOTA DE MANUT. E INSTALAÇÃO	67.374.077,37	79.776.970,00	20,25
APLICAÇÃO FINANCEIRA	2.513.271,35	3.925.387,67	56,62
FUNDO DE REAPARELH.	438.418,25	1.141.001,78	160,25
TOTAL	70.325.766,97	84.843.359,45	20,64

Ressalte-se que os montantes do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário, são reservas destinadas a cobrir o "déficit" operacional do Poder Judiciário.

3.2. DESPESA

A execução orçamentária dos dispêndios nos anos de 1995 e 1996, teve por Categoria Econômica a nível de Grupo de Despesa o demonstrativo a saber:

CATEG. ECONÔMICA GRUPO DE DESP.	EXERCÍCIOS		VARIAÇÃO % 1996/1995
	1995	1996	
3. DESPESAS CORRENTES	66.947.031,05	75.810.141,38	13,24
3.1 - Pessoal e Encargos Sociais	61.678.199,20	70.128.207,55	13,70
3.4 - Outras Desp. Correntes	5.268.831,85	5.681.933,83	7,84
4. DESPESAS DE CAPITAL	4.554.914,16	9.032.358,22	99,49
4.5 - Investimentos	4.549.407,00	9.028.087,47	98,44
4.6 - Inversões Financeiras	5.507,16	4.270,75	(0,02)
TOTAIS	71.501.945,21	84.842.499,60	14,46

Fonte: Departamento Financeiro e Auditoria Interna

4. RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS

Os resultados dos exercícios em análise, podem ser assim visualizados:

ANOS	RECEITAS	%	DESPESAS	%	RESULTADOS
1995	70.325.766,97	-	71.501.945,21	-	(1.176.178,24)
1996	84.843.359,45	20,64	84.842.499,60	19,17	859,85

Fonte: Departamento Financeiro e Auditoria Interna

9.3 - AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna no biênio 95/96, desenvolveu um plano de organização, com objetivo de salvaguardar os ativos, verificar a exatidão e a fidelidade dos dados contábeis, estimulando o cumprimento das diretrizes administrativas estabelecidas e promover a eficiência operacional.

Considerando a natureza do trabalho da Auditoria Interna, este deu maior ênfase a análise dos chamados contratos contábeis.

Neste biênio passamos a ter maior destaque dentro da administração, com o apoio do Des. Presidente que lotou mais 03 (três) funcionários dentro da Auditoria, e com a coordenação e orientação da Secretaria de Planejamento, passamos a desenvolver uma Auditoria Preventiva, com avanço sistemático nas prestações oriundas das normas de Contabilidade Pública quer nas comarcas do interior, principalmente, no sentido de orientar os Juizes do interior, quanto as Prestações de Contas de Suprimentos de Fundo.

Dentre as atividades desenvolvidas durante o biênio/95/96, podemos destacar:

I - A informatização do sistema de controle.
II - A integração de todos os setores de contabilidade, no sentido de efetuar a contabilização de acordo com o movimento do mês.

III - Foram extintas as notas explicativas dos Balancetes em função do item anterior.

IV - Foi elaborado um novo sistema de Conciliação Bancária mais eficiente, passando ser analítico e consolidado.

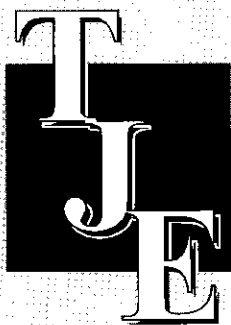
V - Feita a reestruturação e organização da concessão e da prestação dos adiantamentos a título de Suprimentos de Fundo repassados a diversas unidades e comarcas do interior. Com isto resultou na impugnação de várias despesas realizadas com numerários repassados, onde foram adotadas as providências quanto o ressarcimento por parte do suprido das importâncias aplicadas indevidamente.

VI - Foram instauradas Tomada de Contas, nas Comarcas que não prestaram contas tempestivamente dos adiantamentos recebidos.

VII - Apoio total ao Tribunal de Contas no exercício de sua missão institucional.

VIII - Foi adotada nova maneira, quanto a comprovação das despesas com Suprimentos de Fundo, que passaram a ser catalogados em ordem alfabética, por Comarca, facilitando assim o controle.

IX - Foi iniciado o processo de reestruturação e operacionalização do sistema de automação do Fundo de Reaparelhamento do Poder Judiciário, acabando com os controles manuais existentes e propondo um controle mais eficiente e eficaz, evitando assim "fuga" de receita, já elaborado pelo Departamento de Informática.



10

S

CRETARIA

ADMINISTRATIVA

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

O que antes era Diretoria Administrativa, com atuação quase que exclusivamente para os trabalhos internos do TJE, passou a ser Secretaria de Administração, a exemplo das Secretarias de Planejamento e Presidência.

O crescimento das respostas que o Poder Judiciário tem que dar à sociedade paraense fez com que esses antigos departamentos emergissem à condição de Secretarias, possibilitando assim maior dinâmica nas prestações dos serviços e condição hierárquica de igual nível com as Secretarias do Poder Executivo.

Aliás, a evolução de tudo o que cerca a sociedade paraense exigirá em breve que o Poder Judiciário passe a ter estrutura funcional semelhante a do Poder Executivo, posto que a exemplo deste, estará, como já está, em todos os rincões deste Estado, necessitando assim de outras secretarias, tais como: Secretaria de Obras, Secretaria do Interior, Secretaria de Informática. Sendo o Brasil eminentemente judiciário, tem que ter o Judiciário estrutura à altura de suas responsabilidades, quer na atividade fim, quer na atividade meio.

Objetivando acompanhar a evolução acima referida, as Secretarias de Administração e Planejamento e a Diretoria de Informática, concentraram forças para implementar no TJE verdadeira política de informatização, passando esta desde a distribuição de processo no primeiro (1º) e segundo graus, sob a competente orientação do Exmo. Des. Romão Amoêdo, até a inclusão do Poder Judiciário na Internet, o que possibilitará a sempre pretendida interligação com o Ministério Público, Defensoria Pública, Seju, OAB e demais órgãos e instituições que tenham interesse em conectar com o TJE.

Inúmeros são os avanços conseguidos nessa área e com certeza, em pouco espaço de tempo crescerão mais ainda com os modernos equipamentos adquiridos pela atual administração.

É de bom tom registrar que o Exmo. Des. Presidente atento à importância do tema formou uma comissão presidida pelo sempre brilhante Des. Nelson Amorim para acompanhar os trabalhos desenvolvidos pelo Departamento de Informática. Contou-se ainda com os valiosos trabalhos das Diretoras do Fórum Cível e Criminal: Dras. Sidney Floracy e Raimunda Gomes.

Buscando sempre soluções para os desafios que os novos tempos exigem é que a Secretaria de Administração, atendendo expressa vontade e determinação do Presidente do TJE participou ativamente desde os primeiros momentos para a realização e implantação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais nos bairros periféricos da grande Belém, fato que vai de encontro aos mais legítimos anseios da população carente da capital do Estado. Ressalte-se que esses Juizados já foram também iniciados em algumas das principais Comarcas do Estado.

O futuro por certo confirmará que esta é a grande revolução da história jurídica do Pará, no que concerne a distribuição de justiça.

Participou ainda a S.A. de uma das prioridades da gestão que ora finda, que é a interiorização da

justiça. Desde o Dr. Lázaro Mangabeira, que esta Secretaria participa das caravanas de sua Exa. o Presidente do TJE ao interior do Estado. As visitas serviram para constatar "in loco" as sérias dificuldades que o Poder Judiciário passa no interior paraense.

Mesmo com a gravíssima situação financeira do Poder Judiciário, procuramos atender com a singular ajuda da Diretoria de Patrimônio, as reivindicações dos srs. juizes e hoje os números colocados nas páginas seguintes mostram a relação dos materiais que foram enviados aos fóruns do interior, possibilitando assim melhor estrutura ao desenvolvimento dos trabalhos. Ainda não é o ideal, mas foi possível, ou melhor, o quase impossível.

Os novos tempos anteriormente citados também exigem cuidados com a figura humana que é o centro e o objeto de qualquer evolução que possa fazer.

Em conjunto com o serviço social, incentivamos e promovemos a recuperação de servidores com vícios problemáticos. Os resultados positivos que são longos e difíceis já começaram a render frutos.

Nessa mesma linha de valorização profissional o serviço social e o de treinamento promoveram palestras especializadas sobre doenças comuns à população, objetivando esclarecer e orientar os nossos funcionários. Em 1997 outras palestras serão realizadas de acordo com o calendário já estabelecido.

Outro calendário já programado foi elaborado pelo serviço de treinamento referente a cursos de relação interpessoal, de relações humanas e recursos humanos. Infelizmente, devido a crise financeira, pouco foi feito nessa área.

Procurando valorizar o servidor e o serviço, introduzimos alguns processos democráticos, sendo o de maior importância a tomada de decisões em conjunto, após alguns debates com os departamentos envolvidos. Por certo não existem mais órgãos públicos ou privados que evoluam sem que o espírito democrático esteja presente. Com esse mesmo espírito abrimos as portas da S.A. para todos os funcionários, dando atenção e respeito que todos devem ter. Inovamos também ao despacharmos expediente nos próprios departamentos com os diretores, prática até então inexistente.

Digno de registro é o trabalho do recursos humanos que após o recadastramento realizado pode levantar com exatidão o número de funcionários por categoria ou até mesmo a quantidade de cargos vagos até então incertos e não sabidos. Louve-se ainda o enxugamento se seus quadros e a sincronia com que trabalha, tudo sob a coordenação do dr. Nazareno Costa, funcionário sério dedicado e competente.

Registro também merece o D.D.I. que após anos de luta conseguiu junto ao Exmo. Presidente um novo prédio para abrigar as novas instalações do arquivo do TJE.

Destaque há que ser dado a assessoria jurídica administrativa e a comissão de licitação, que com competência e seriedade dignificaram não só o Poder Judiciário, mas suas próprias condutas.

Participar da Gestão do Poder Judiciário à frente da Secretaria de Administração é tarefa

difícilima, muitas vezes angustiante mas gratificante quando percebemos que o trabalho feito com seriedade, competência e honradez por toda a equipe deu resultados positivos. Sinceros agradecimentos aos diretores de departamentos, chefes de divisões, de seções, serviços e a todos que labutam no dia-a-dia do TJE que não estejam ligados à Secretaria de Administração.

Grato também as Exams. Desembargadoras e juizes pela atenção. Aos ilustres colegas Secretário de Planejamento, Presidência que dirigiu com firmeza a S.A. em 1995 e ao chefe de Gabinete, dr. Williams Tavares.

Por fim, agradecemos ao Exmo. Des. Manoel de Christo Alves Filho, a confiança e o apoio recebidos. É imensurável a honra que sentimos em atuar ao lado de um homem que exerceu a presidência do TJE com os traços marcantes de sua personalidade: humildade, seriedade, inteligência, sensibilidade, integridade, alegria, desprendimento e educação. De um homem que pauta sua vida em um ensinamento de Jesus Cristo que é o resumo de toda obra humana e divina: O amor e o perdão.

Seja o Poder Judiciário uma das esperanças do povo em busca da justiça e da paz social. Amém.

10.1 - DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

O Departamento de Documentação do TJE, responsável pelo complexo de informações desta Corte, relata suas atividades durante o biênio 95/96.

Em comunhão com as divisões de Biblioteca, Arquivo e Jurisprudência, empenhou-se o D.D.I. em fazer o máximo possível para que seus usuários tivessem a contento acesso as informações solicitadas a quaisquer das divisões por ele coordenadas.

1- Departamento de Documentação e Informação

1.1 - Atividades - Biênio 95/96

a) continuidade do projeto de organização do Arquivo Geral do TJE;

b) lançamento das publicações "Perfil dos Magistrados do TJE, nº 2 e 3, homenageando os Desembargadores Augusto Rangel de Borborema e Henrique Jorge Hurley;

c) exposição em comemoração ao dia da Instituição dos Cursos Jurídicos no Brasil com o tema: "Nos rastros da Justiça - escravidão humana na Belém do século XIX;

d) atualização de seu pessoal técnico através da participação em curso;

- Indexação e Documentação Jurídica
- Bases de Conservação de Acervos
- Microis (informática)
- Documentação Jurídica
- Atualização Gramatical

e) presença do D.D.I. em Congresso, seminários etc.;

- Congresso de Arquivologia - Rio de Janeiro
- Jornada de Biblioteconomia - Rio Grande do Sul.

f) elaboração da Tabela de Temporalidade para documentos do TJE.

Merece destaque ainda neste biênio e esforço do D.D.I. na aquisição de novo prédio para abrigar o Arquivo Geral do TJE, com sua imensa e rica documentação em lugar adequado, acreditando-se que a mudança do acervo ocorrerá ainda nesta gestão. Ressalta-se aqui também a sensibilidade da direção do TJE no empenho da realização desse Projeto que permitirá sobremaneira maior agilização da Justiça em suas atividades meio.

DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO E ARQUIVO

A Divisão de Documentação e Arquivo em estrita observância ao Regimento Interno do Departamento de Documentação e Informação e dando prosseguimento a execução do Plano de Restruturação, no segundo semestre do ano em curso, recolheu documentos de natureza jurídica e administrativa, provenientes respectivamente dos Cartórios da 13ª Vara Cível, da 14ª Vara Cível; do Cartório do 1º Ofício do T.J.E, da Secretaria das Câmaras Cíveis Isoladas, da Secretaria das Câmaras Cíveis Reunidas, da Secretaria das Câmaras Criminais Reunidas.

Através do Projeto "Organização Técnica do Arquivo do T.J.E.", foram arranjados os processos judiciais do Cartório da 5ª Vara Cível e processos judiciais do Cartório do 1º Ofício T.J.E.; e identificados, por grupos, os processos judiciais dos Cartórios da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Pretórias Criminais e 1ª, 2ª, 3ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª e 10ª Varas Penais.

Por sua natureza permanente, a Divisão de Documentação e Arquivo, com fundamento na Constituição Federal, na Lei nº 8.159/91 e em despachos exarados pela Presidência desta Egrégia Corte, assegurou aos cidadãos, com as devidas precauções o acesso as informações registradas em seu acervo, viabilizando a produção científica.

ÁREA CÍVEL

INFORMAÇÕES:

Foram prestadas 199 informações

BUSCA: Foram efetuadas 274 buscas

RECOLHIMENTO:

Foram recolhidos 1.192 processos abaixo discriminados:

CARTÓRIO DA 13ª VARA CÍVEL:	
Divórcio Consensual	555
CARTÓRIO DA 14ª VARA CÍVEL:	
Execução Fiscal	370
CARTÓRIO DA 20ª VARA CÍVEL:	
Agravo de Instrumento	001
Alimentos	012
Alvará	015
Busca e Apreensão	025
Cobrança de Honorários	001
Cominatória	001
Consignação em pagamento	023
Contra-Interpelação	001
Contrib. p/o custeio do SFRS001	
Declaratória	002
Despejo	061
Execução	058
Falência	007
Guarda de Menor	002
Inventário	005

CARTÓRIO DA 20ª VARA CÍVEL:	
Justificação de Dep. Econômica	001
Medida Cautelar	010
Notificações	003
Ordinária	011
Revisão de Aluguel	008
Reintegração de Posse	006
Renovatória de Locação	001
Sumaríssima	012

ÁREA PENAL

INFORMAÇÕES: Foram prestadas 17 informações
 BUSCAS: Foram efetuadas 33 buscas

ÁREA ADMINISTRATIVA E JURÍDICA DO T.J.E:

INFORMAÇÕES:
 Foram prestadas 23 informações
 BUSCAS: Foram efetuadas 50 buscas
 RECOLHIMENTO:
 Foram recolhidos 257 processos abaixo discriminados:
 SECRETARIA DAS CÂMARAS CÍVEIS
 ISOLADAS: Agravo de Instrumento 012
 SECRETARIA DAS CÂMARAS CÍVEIS
 REUNIDAS: Ação Rescisória 002
 Embargos de Declaração 005
 Impugnação Valor da Causa 001
 Mandado de Segurança 091
 P.Suspensão M.Liminar M.S. 001
 SECRETARIAS DAS CÂMARAS CRIMINAIS
 REUNIDAS: Habeas Corpus 145

BIBLIOTECA DES. ANTÔNIO KOURY

A Biblioteca, no biênio, com seus serviços informatizados, procurou manter organizado e atualizado todo o seu acervo bibliográfico sempre facilitando aos usuários o acesso ao material bibliográfico.

O que aconteceu:
Compra de livros:
 Pedidos: 303 títulos
 Atendidos: 28 títulos

Assinatura de periódicos: (anual)
 CLT (2 volumes)
 (nov./95 a nov./96)
 Conjuntura Econômica
 (jan. a dez./97)
 Revista Ciência Jurídica
 (1992, 1993, 1994, 1995)
 Revista de Administração Pública - RAP
 (jan. a dez./97)
 Revista Dialética de Direito Tributário
 (out./95 a set./96)
 Revista Jurídica
 (jan./94 a dez./95)
 Síntese Trabalhista
 (jan./94 a dez./95)
 Vade Mecum Criminal
 (nov./96 a nov./97)
 Vade Mecum Jurídico

(nov./96 a nov./97)
Renovação de assinatura de periódicos: (anual)
 Boletim de Direito Administrativo - BDA
 Boletim de Direito Municipal - BDM
 Boletim de Licitações e Contratos - BLC
 Boletim de Jurisprudência ADCOAS
 Boletim IOB com suplementos especiais
 CLT (2 volumes)
 Informativo Dinâmico
 LEX. Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e Tribunais Regionais Federais
 LEX. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal
 LEX. Jurisprudência dos Tribunais de Alçada Civil de São Paulo
 LEX. Legislação Federal Marginalia
 Repertório IOB de Jurisprudência
 Revista Ciência Jurídica
 Revista de Direito Administrativo
 Revista Dialética de Direito Tributário
 Revista Jurídica
 Revista Trimestral de Jurisprudência dos Estados
 Síntese Trabalhista
 Renovação de assinatura de periódicos: (trimestral)
 Diário Oficial da União
 Diário Federal de Justiça
 Atualização do periódico JUSTITIA nos volumes:
 59, 77, 80, 81, 135 a 164

Atendimento à pesquisa:
 "Da ação de prestação de contas" - Solicitação feita pelo Dr. J.S. Fagundes Cunha, Juiz de Direito do Paraná.
 "Lei Federal nº 813" - atualização
 "Decreto Federal nº 6" - atualização
 (Solicitação de um Brigadeiro do QG da Aeronáutica-Belém)
 "Competência para julgar crime praticado por Patrulheiro Rodoviário Federal" - Solicitação Dra. Filomena Camacho, Juíza de Direito de Ananindeua.
 "Imposto sobre Circulação de mercadorias e Serviços, ICMS não incidência" - Solicitação Dra. Maria Vitória Torres do Carmo, Juíza de Direito de Parauapebas.
 "Ação direta de inconstitucionalidade nº 609-6-DF", Acórdão de decisão final - Solicitação Bibliotecária Vilma Reis, Diretora DDI.
 Por solicitação da Sra. Rosana Flores, Belo Horizonte, MG, foi enviado o Catálogo de Obras Raras do TJE.
Pedido de serviços:
 Conserto de bebedouro elétrico marca BELLIERE - não atendido.
 Conserto de máquina de escrever elétrica marca remtronic 2.000, duas unidades - não atendido, porque a referida marca já está fora de uso. As máquinas já foram enviadas ao Serviço de Bens Patrimoniais do TJE (set./95).
 Conserto do aparelho de mimeógrafo nº de série 2244398 - atendido.

Carimbos para as chefias dos Serviços que compõe a Biblioteca e para Certifo de despesas - atendido.
 Confeção de 5.000 fichas catalográficas tamanho 12x2 para uso no Catálogo Legislativo - não atendido.
 Participação de bibliotecárias e funcionários de apoio em eventos:

Cursos:
 Bases e conservação de acervos, 11 a 25.09.1995 - participante Verônica da Silva.
 Estratégias de busca de informação jurídica, 20 a 22.11.1995 - participante Verônica da Silva.
 Atualização gramatical, 4 a 8.11.1996 - participante Verônica da Silva.
 Curso básico de gerência, 12 a 16.08.1996 - participante Terezinha do Nascimento.
 A Biblioteca interrompeu o atendimento ao público nos dias 11, 12 e 13 de setembro do corrente ano, para fazer levantamento e conferência de seu acervo bibliográfico para identificação de possíveis extravios e empréstimos vencidos de livros e periódicos. O acesso dos leitores às estantes encontra-se temporariamente suspenso.
 Correspondência:

Recebida:
 Agradecimentos: 4
 Comunicados: 29
 Cópias de legislação: Xerox de 15 leis federais
 Justificativa de faltas (pedido): 76
 Memorandos: 24
 Ofícios: 29
 Pedido de licença: 5
Expedida:
 Agradecimentos: 155
 Comunicados: 53
 Envio de FAX: 10
 Memorandos: 37
 Ofícios: 3
 Segue em anexo, dados estatísticos dos Serviços que compõe a Biblioteca.

MOVIMENTO: BIÊNIO 1995/1996

Obras adquiridas:
 Compra:
 livros: 28 títulos
 periódicos: 437 títulos
 assinaturas: 9
 renovação de assinaturas: 20
 Doação:
 livros: 62 títulos
 periódicos: 253 títulos
 Consultas: 56.964
 Empréstimos: 8.316
 Pesquisas no PRODASEN: 13
 Entrega de publicações:
 Diário da Justiça: 4.630 exemplares para 10 Comarcas do interior.
 Livros e periódicos: 255 publicações entregues para Comarcas do interior, Tribunais e Bibliotecas de outros Estados.
 Serviços Técnicos:
 Livros:

Registro: 488 (digitação dos dados)
 Preparados para empréstimo: 2.833
 Periódicos:
 Registro: 135 títulos
 816 fascículos
 Catalogação de analíticas de artigos de periódicos: 1.231
 Digitação de artigos de periódicos: 1.760
 Referência Legislativa (REFLEG): Planilhas inseridas no computador: Portarias: 2.965.
 Resoluções: 64 (material do GP)
 Catálogo Legislativo (Leis e decretos estaduais): 700 fichas datilografadas

ESTATÍSTICA DO SERVIÇO DE REFERÊNCIA E BIBLIOGRAFIA NO BIÊNIO 95/96

Materia	Consulta	Empréstimo	Devolução
Código Civil	1.065	59	59
Código Comercial	389	34	36
Código de Processo Civil	1.614	102	100
Código de Processo Penal	1.492	92	88
Código Penal	1.367	68	70
Código Tributário	359	62	61
Diário da Justiça do Estado	9.292	25	25
Diário da Justiça da União	2.212	05	05
Diário Oficial da União	4.207	45	45
Diário Oficial do Estado	8.121	03	03
Direito Administrativo	1.891	642	507
Direito Civil	1.718	834	616
Direito Comercial	894	344	257
Direito Constitucional	1.438	557	409
Direito do Trabalho	1.128	361	244
Direito em Geral	712	243	172
Direito Internacional	336	85	90
Direito Penal	1.606	351	272
Direito Processual Civil	2.030	728	536
Direito Processual Penal	1.796	472	354
Direito Tributário	847	249	181
Jurisprudência	6.888	2.244	2.108
Legislação	4.269	709	709
Obras de Referência	1.266	02	02
Total	56.964	8.316	6.949

ESTATÍSTICA DO SERVIÇO DE NORMALIZAÇÃO E EDITORAÇÃO DA BIBLIOTECA DES. ANTÔNIO KOURY REFERENTE AO BIÊNIO 1995/96.

1995	1996
CATÁLOGO LEGISLATIVO	CATÁLOGO LEGISLATIVO
PORTARIAS	PORTARIAS
RESOLUÇÕES	RESOLUÇÕES
TOTAL	TOTAL
DIÁRIOS OFICIAIS P/ COMARCAS DO INTERIOR	DIÁRIOS OFICIAIS P/ COMARCAS DO INTERIOR
TOTAL	TOTAL
DOAÇÕES DE PUBLICAÇÕES P/ VISITANTES E AUTORIDADES E OUTROS	DOAÇÕES DE PUBLICAÇÕES P/ VISITANTES E AUTORIDADES E OUTROS
TOTAL	TOTAL

**SERVIÇO DE PROCESSAMENTO TÉCNICO
ESTATÍSTICA DAS ATIVIDADES
DESENVOLVIDAS NO BIÊNIO 95/96**

	LIVROS			PERIÓDICOS			
	TIT.	VOL.	EX.	TIT.	VOL.	FASC.	EX.
REGISTRO	331	110	47		816		
CARIMBAGEM	488						
CLASSIFICAÇÃO	331						
CUTTER	331						
CATALOGAÇÃO	331						
ANOTAÇÃO NA PÁG. DE ROSTO	488						
ETIQUETAGEM	488						
COLAGEM							
DE FICHAS	488						
LIVROS PREP. PARA EMPRÉST.	488						
PUBLICAÇÕES ENVIADAS PARA O SERVIÇO DE REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	488						
OUTRAS ATIVIDADES: - DIGITAÇÃO DOS DADOS DE 488 LIVROS							
ANALÍTICAS DE ARTIGOS DE PERIÓDICOS: 1.231							
DIGITAÇÃO DE ARTIGOS DE PERIÓDICOS: 1.760							
LIVROS COM A CLASSIFICAÇÃO E DESCRITORES DE ASSUNTOS MUDADOS, DIGITADOS, ETIQUETADOS, PREPARADOS PARA EMPRÉSTIMO E DEVOLVIDOS AO SERVIÇO DE REFERÊNCIA: 2.833							

**COORDENAÇÃO SUPERIOR DE
PESQUISA E JURISPRUDÊNCIA**

No decorrer do ano de 1996, a Coordenação Superior de Pesquisa e Jurisprudência realizou tarefas de relevância neste Poder Judiciário tais como:

- Pesquisas no PRODASEN e pesquisas na Jurisprudência Interna, atendendo solicitações de Magistrados, Membros do Ministério Público e Advogados conforme relatório em anexo ofertado pelo Sr. Paulo Vitor, responsável pelo serviço em questão.

- Acórdãos Indexados:

Samar M. Fernandes dos Passos -
Ana Carolina A.V. dos Santos -
Elia de Fátima L. de Melo -

- Acórdãos Digitados:

Selma F. Falcão -

- Memorandos e Correspondências:

Rita Manuela M. Parente -

Ainda no decorrer de 1996, a Diretoria do Departamento de Documentação e Informação ofertou vagas para esta Coordenação nos seguintes Cursos:

Curso Básico de Gerência - do qual participou a Chefe da Coordenação e Curso de Gramática e Redação - do qual participou a funcionária Rita Manuela Macedo Parente.

No decorrer do período mencionado, efetuaram-se pesquisas no sistema do PRODASEN e no sistema interno da jurisprudência, quantitativamente relacionados abaixo:

No PRODASEN foram realizadas (572) quinhentas e setenta e duas pesquisas, principalmente no banco do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (218) duzentas e dezoito, no AQUAJURI (164) cento e sessenta e quatro, que é uma nova opção de pesquisa ofertada pelo PRODASEN, que envolve todos os Tribunais Superiores Federais, SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (83) oitenta e três, TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS (46) quarenta e seis, AQUANJUT que é o Banco de Normas Federais (52) cinquenta e duas, TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (03) TRÊS, dentre outros Tribunais catalogados pelo sistema, bem como bases de dados de projetos legislativos, tais como o AQUAPROJ, banco de dados referente a projetos de lei onde foram realizadas seis (06) pesquisas no decorrer do presente exercício.

No sistema interno da jurisprudência foram feitas (351) trezentas e cinquenta e uma pesquisas, sendo (261) duzentas e sessenta e uma na base do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, (68) sessenta e oito no TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO e (22) vinte e duas no TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, que também é uma nova opção ofertada pelo sistema Folio introduzido neste ano pelo Departamento de Informática, que contém um número bastante elevado de Decisões oriundas daquele tribunal.

Ao todo foram executadas (923) noventa e vinte e três pesquisas nesta Coordenação, dirigidas principalmente aos Juizes e Desembargadores, Funcionários e Assessores desta Augusta Casa de Justiça, Membros e Funcionários do Órgão Ministerial, funcionários do Tribunal de Contas do Estado, Procuradores Públicos, Advogados, Defensores Públicos, e outros profissionais geralmente da área Jurídica, contribuindo neste sentido para os feitos da Sociedade Jurídica Paraense e excepcionalmente Nacional.

**SISTEMA DE JURISPRUDÊNCIA
TOTALIZAÇÃO DE REGISTROS DE 1996**

01. Total de registros por DIGITADOR

Contagem de Registro	
Digitado	Total
F5/F6	3
Henrique Mendonça	1
Paulo Vitor	1
Rita Manuela	22
Selma Falcão	903
Total Global	930

02. Total de registros por ANALISTA

Contagem de Registro	
Analista	Total
Ana Carolina	113
Elia de Melo	2
Elia de Melo	192
Elia de Melo	1
Elia de Melo	1
Ana Carolina	1
Samar Magnólia	620
Total Global	930

03. Registros por DIGITADOR x RELATOR

Relator	Digitado					Total Global
	F5/F6	Henrique M.	Paulo Vitor	Rita M.	Selma F.	
ALBANIRA BEMERGUY	0	0	0	1	0	1
Des. Almir de Lima Pereira	0	0	0	0	33	33
Des. Ary da Motta Silveira	0	0	0	0	29	30
Des. Benedito de Miranda Alvarenga	0	0	0	0	1	1
Des. Benedito de Miranda Alvarenga	0	0	0	0	41	41
Des. Benedito de Miranda Alvarenga	0	0	0	0	1	1
Des. Benedito de Miranda Alvarenga	0	0	0	0	2	2
Des. Calistrato Alves de Mattos	1	0	0	0	15	16
Des. Carlos Fernando de Souza Gonçalves	0	1	1	1	42	45
Des. Elzaman da Conceição Bitencourt	0	0	0	0	0	37
Des. Elzaman da Conceição Bitencourt (Relator Designado)	0	0	0	0	1	1
Des. Humberto de Castro	1	0	0	3	25	29
Des. Jaime dos Santos Rocha	0	0	0	0	1	1
Des. Jaime dos Santos Rocha	0	0	0	0	31	31
Des. João Alberto Castello Branco de Paiva	0	0	0	1	51	52
Des. José Alberto Soares Maia	0	0	0	1	31	32
Des. Manoel de Christo Alves Filho	0	0	0	0	3	3
Des. Nelson Silvestre Rodrigues Amorim	1	0	0	0	18	19
Des. Orlando Dias Vieira	0	0	0	0	1	1
Des. Otávio Marcelino Maciel (Juiz Convocado)	0	0	0	0	1	1
Des. Pedro Paulo Martins	0	0	0	0	18	18
Des. Ricardo Borges Filho	0	0	0	0	24	24
Des. Romão Amôdo Filho	0	0	0	0	5	5
Des. Stélio Bruno dos Santos Menezes	0	0	0	0	22	22
Des. Werther Benedito Coelho	0	0	0	0	64	64
Des. Wilson de Jesus Marques da Silva	0	0	0	0	1	1
Desa. Albanira Lobato Bemerguy	0	0	0	0	33	33
Desa. Albanira Lobato Bemerguy	0	0	0	0	3	3
Desa. Climenie Bernadette de Araújo Pontes	0	0	0	0	49	49
Desa. Izabel Vidal de Negreiros Leão	0	0	0	0	7	7
Desa. Jaime dos Santos Rocha	0	0	0	0	1	1
Desa. Lúcia Clairefont Seguin Dias Cruz	0	0	0	0	3	3
Desa. Lúcia Clairefont Seguin Dias Cruz	0	0	0	0	2	2
Desa. Lúcia Clairefont Seguin Dias Cruz	0	0	0	0	1	1
Desa. Lúcia de Clairefont Seguin Dias Cruz	0	0	0	0	26	26
Desa. Maria de Nazareth Brabo de Souza	0	0	0	2	35	37
Desa. Maria Izabel Benone (Juíza Convocada)	0	0	0	0	1	1
Desa. Maria Izabel Benone (Juíza Convocada)	0	0	0	0	1	1
Desa. Maria Lúcia Gomes Marcos dos Santos	0	0	0	0	30	30
Desa. Marta Inês Antunes Lima (Juíza Convocada)	0	0	0	0	1	1
Desa. Osmarina Onadir Nery Sampaio	0	0	0	0	1	1

Desa. Osmarina Onadir Nery Sampaio	0	0	0	0	2	2
Desa. Osmarina Onadir Nery Sampaio	0	0	0	0	1	1
Desa. Osmarina Onadir Nery Sampaio	0	0	0	0	1	1
Desa. Osmarina Onadir Nery Sampaio	0	0	0	0	1	1
Desa. Osmarina Onadir Nery Sampaio	0	0	0	0	2	2
Desa. Osmarina Onadir Nery Sampaio	0	0	0	0	32	32
Desa. Osmarina Onadir Nery Sampaio	0	0	0	0	1	1
Desa. Rutéa Nazaré Valente do Couto Fortes	0	0	0	0	1	1
Desa. Rutéa Nazaré Valente do Couto Fortes	0	0	0	0	1	1
Desa. Rutéa Nazaré Valente do Couto Fortes	0	0	0	1	0	1
Desa. Rutéa Nazaré Valente do Couto Fortes	0	0	0	1	42	43
Desa. Rutéa Nazaré Valente do Couto Fortes	0	0	0	0	1	1
Desa. Yvone Santiago Marinho	0	0	0	0	72	72
Dr. Otávio Marcelino Maciel (Juiz Convocado)	0	0	0	0	5	5
Dr. Otávio Marcelino Maciel (Juiz Convocado)	0	0	0	0	3	3
Dr. Paulo Sérgio Frota e Silva (Juiz Convocado)	0	0	0	0	1	1
Dra. Maria Helena Couceiro Simões (Juíza Convocada)	0	0	0	0	1	1
Dra. Maria Izabel Benone de Oliveira (Juíza Convocada)	0	0	0	0	1	1
Dra. Maria Izabel Benone de Oliveira (Juíza Convocada)	0	0	0	0	1	1
Dra. Maria Izabel de Oliveira Benone (Juíza Convocada)	0	0	0	0	2	2
F5/F6	0	0	0	0	1	1
Lúcia Seguin Dias	0	0	0	2	0	2
Osmarina Nery	0	0	0	1	0	1
Otávio Marcelino Maciel (Juiz Convocado)	0	0	0	1	0	1
Rutéa Nazaré Valente do Couto Fortes	0	0	0	0	1	1
Yvone Santiago Marinho	0	0	0	1	0	1
Yvone Santiago Marinho	0	0	0	5	0	5
Total Global	3	1	1	22	903	930

10.2 - DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

O Departamento de Recursos Humanos como unidade organizacional, está subordinado a Secretaria de Administração, de acordo com a Resolução nº 09/91 de 05 de junho de 1991.

As competências básicas do Departamento compreendem: o planejamento, a organização, a supervisão e o controle das atividades relativas aos Recursos Humanos do Poder Judiciário, especificamente, quanto: a Administração do Pessoal, ao preparo de folha de pagamento de vencimentos, vantagens e benefícios, à movimentação de pessoal, ao plano de carreira, à avaliação anual do desempenho, à administração do sistema de cargos e salários e ao treinamento e desenvolvimento dos Recursos Humanos; a coordenação e permanente atualização dos sistemas de informação de pessoal; à proposição de políticas e normas de pessoal; controle dos serviços de atendimento médico e odontológico aos servidores e dependentes; a promoção do atendimento social aos servidores; atuação preventiva e orientadora em negociações salariais; subsídios à comissão de concursos quanto ao perfil ocupacional dos cargos, e análise e acompanhamento dos recém-admitidos, para efeito de avaliação; o planejamento anual do quadro de estágiários.

O DESAFIO DE DIRIGIR O DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DO TJE NO BIÊNIO 95/96

Após mais essa experiência de dirigir o Departamento de Recursos Humanos do TJE no período de 95/96, chega-se às seguintes conclusões: que a formulação e implementação dos programas de ação do Recursos Humanos deve pautar-se numa orientação que os vincule mais ao meio ambiente e ao TJE, como um todo, do que ao âmbito interno da Administração de Recursos Humanos.

Ao lado da consideração de fatos ocorridos no passado e ocorrentes no presente, a Administração de Recursos Humanos deve ter em conta o futuro, através da análise de tendências e expectativas de mudanças. Esta estratégia não visa dotar o Recursos Humanos de uma bola de cristal e sim prepará-lo para enfrentar, com menor incerteza, o amanhã do Poder Judiciário.

A Administração de Recursos Humanos deve ampliar o conceito de desenvolvimento para incluir, além do desenvolvimento de pessoas e grupos, o desenvolvimento de processos e sistemas facilitadores do desempenho organizacional.

Precisamos iniciar um processo que defina as linhas gerais de ação que permitam a substituição de uma política assistencial paternalista por uma política de seguridade social complementar privada.

É necessário que seja definido Plano de

Cargos e Carreira. Uma organização precisa movimentar os servidores ao longo de trajetórias de carreira, a fim de desenvolver as capacidades necessárias ao preenchimento dos vários níveis e tipos de cargos.

Uma carreira constitui-se de todos os cargos desempenhados por uma pessoa durante sua vida de trabalho. Para algumas pessoas estes cargos são parte de um plano cuidadoso. Para outras, sua carreira é simplesmente uma questão de sorte.

Meramente planejar uma carreira não garante o sucesso desta. Desempenho superior, experiência, instrução, desempenham um papel importante.

Mas quando pessoas confiam quase totalmente na sorte, raramente elas se acham preparadas para as oportunidades que surgem. Para estarem prontas no que tange a oportunidade de carreira, as pessoas bem sucedidas desenvolvem planos e depois agem para a sua realização. Uma carreira bem sucedida tem de ser administrada através de planejamento cuidadoso. Do contrário, os servidores raramente estarão prontos para as oportunidades, e o Departamento de Recursos Humanos achará extremamente difícil atender as suas necessidades internas de preenchimento de quadros.

MAIOR FLEXIBILIDADE DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Maior flexibilidade é dar ao Departamento de Recursos Humanos uma nova configuração organizacional, que contemple duas características básicas: a interdisciplinariedade e a descentralização. A interdisciplinariedade se impõe como condição fundamental à abordagem dos problemas de Recursos Humanos que, por sua própria natureza, têm origem diversas e, em tais condições não podem continuar a ser enfocados à luz de uma única disciplina.

A descentralização precisa sair da teoria para a prática.

A centralização, provoca dois tipos extremos de atitudes: acomodação ou rebeldia. A acomodação fortalece a centralização, na medida em que, a omissão do chefe abre espaço para a ação do especialista. A rebeldia, por sua vez, dá margem a uma posição de defesa do Departamento de Recursos Humanos, que recorre ao reforço da alta direção, cuja intervenção no processo vem redundar em mais centralização.

É preciso conscientizar-se que o ser humano está no centro de tudo, e que as estruturas organizacionais são estabelecidas para servirem como instrumentos que promovam as realizações humanas e, assim sendo, deverão estar a seu serviço.

Impõem-se, dessa forma, a abertura de maior espaço para a realização humana dentro das organizações, maior uso da criatividade no esforço de assegurar o desenvolvimento profissional e individual e criação de formas participativas de chefia, e também a necessidade de desenvolvimento do componente crítico-criativo.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

A Divisão de Administração de Pessoal subordinada diretamente ao Departamento de Recursos Humanos, recebe desse os pedidos de pessoal, orienta e fiscaliza o cumprimento dos mesmos, dando total apoio aos funcionários dos serviços que lhe estão subordinados.

De acordo com o art. 33 da Resolução nº 01/80 que estrutura o Serviço de Administração de Pessoal posteriormente transformado em Divisão de Administração de Pessoal compete a este as seguintes tarefas:

I - Propor ao Diretor Administrativo a expedição de normas referentes a pessoal, com vistas a assegurar o funcionamento articulado do sistema de pessoal;

II - Dar conhecimento ao Diretor Administrativo da existência de vagas a sugerir a abertura de concursos;

III - Fazer executar os atos de lotação e remoção de pessoal do Tribunal;

IV - Promover o levantamento dos dados necessários para efeito de promoção e aposentadoria;

V - Orientar e fiscalizar a execução das Leis e regulamentos aplicáveis ao pessoal do Tribunal;

VI - Fiscalizar a execução do plano de classificação de cargos e vencimentos dos funcionários do Tribunal;

VII - Comunicar ao Diretor Administrativo qualquer irregularidade de que tenha conhecimento relativamente ao cumprimento de leis, normas e instruções de serviços sobre assunto de pessoal;

VIII - Executar as medidas necessárias ao processamento das admissões de funcionários, observadas as limitações impostas pelos quadro de lotação de pessoal, e respeitado o sistema de mérito;

IX - Providenciar a lavratura dos atos, autuar, informar e instruir processos de natureza administrativa referente aos Desembargadores, Juizes, Pretores e Suplentes, inclusive, quanto às nomeações, designações, reconduções, promoções, remoções, transferências, permutas, aposentadorias e exonerações;

X - Manter atualizados os fichários cadastrais de registros e assentamentos individuais dos Desembargadores, Juizes, pretores e funcionários da Secretaria do Tribunal;

XI - Arquivar a documentação relativas à ocorrências na via funcional dos Magistrados e servidores;

XII - Anotar os fichários cadastrais e nas pastas individuais competentes todas as alterações verificadas na situação funcional dos Magistrados e Servidores;

XIII - Praticar atos necessários para alterações funcionais decorrentes das mutações de lotação, da ocorrência de férias e de licença, das transformações de carreiras ou cargas, das modificações na constituição da família e de outros fatores que afetam especificamente situação dos funcionários;

XIV - Manter, devidamente escrituradas as fichas financeiras dos Magistrados e funcionários e organizar e manter em dia os elementos necessários ao processamento das promoções;

XV - Preparar as carteiras de identidade dos Juizes, Pretores, Suplentes e funcionários da Secretaria do Tribunal;

XVI - Manter atualizados os dados necessários à organização de lista de antiguidade dos Magistrados;

XVII - Elaborar as folhas de pagamento e demais documentos relativos ao pagamento dos Magistrados e funcionários.

A Divisão de Administração de Pessoal, conta com duas Técnicas Assistentes, atuando diretamente na instrução dos processos referentes a aposentadorias, progressão, promoção funcional, desempate de concursados, admissão de funcionários, auxílio funeral, licenças e férias de funcionários e serventuários da Capital e do Interior.

Uma das maiores dificuldades que ainda perduram nos Serviços de Responsabilidade da Divisão de Pessoal refere-se na atualização dos Triênios direito a percepção da vantagem ao Tempo de Serviço, dada a falta de um programa que pudesse automatizar a inclusão dos percentuais a que tem direito os funcionários.

Ressaltamos que o Serviço de Contagem de Tempo encontra-se atualmente vago motivado pelo afastamento automático por Aposentadoria Compulsória de sua Titular.

Tramitaram por esta Divisão os processos de Nomeação para as seguintes Comarcas:

CAPITAL

Cargos:
Oficial de Justiça
Taquígrafo
Escrevente
Escrivão
Auxiliar Judiciário

INTERIOR

Comarcas:
Salinópolis
Ulianópolis
São Domingos do Capim
Castanhal
Soure
Santa Izabel
Redenção
Medicilândia
Baão
Moju
Rondon do Pará

No decorrer dos meses de outubro e novembro realizamos pesquisa sobre as ocorrências que alteraram o quantitativo de cargos do Quadro Permanente de Funcionários do Poder Judiciário, em decorrência das transformações, promoções, aposentadorias, falecimentos, exonerações e transposições de cargos, considerando como ponto de partida para levantamento de dados o trabalho realizado pela Comissão Constituída através da port. nº 235/93-GP que apresentou minucioso trabalho de levantamento desde a Resolução 02/80.

Concluído nosso trabalho de pesquisa, com a colaboração das funcionárias lotadas nesta Divisão, incluindo a estagiária Alessandra, foi possível

apresentar o Quadro de funcionários abaixo especificado:

CARGO/REFERÊNCIA	Nº CARGOS	PROVIDOS	VAGOS
Secretário Geral	01	01	00
Sec. Cãm. Civ. Reunidas	01	01	00
Sec. Cãm. Cri. Reunidas	01	01	00
Sec. Cãm. Cri. Isoladas	01	01	00
Técnico Judiciário II	53	43	10
Técnico Especial II	18	19	00
Técnico Especial I	17	08	09
Técnico Judiciário I	10	08	02
Téc. Assist. Adm.	37	33	04
Téc. Assist. Judiciário	41	37	04
Médico	04	04	00
Odontólogo	04	02	02
Auditor Interno	02	00	02
Téc. Contabilidade	03	03	00
Taquig. Judiciário II	02	00	02
Taquig. Judiciário I	12	11	01
Aux. Judiciário III	07	05	02
Aux. Judiciário II	66	66	00
Aux. Judiciário I	19	16	03
Aux. Adm. III	11	06	05
Aux. Adm. II	36	35	01
Aux. Adm. I	05	05	00
Comissário	13	12	01
Aux. Informática	06	04	02
Aux. Ser. Médico	02	01	01
Agente Segurança	19	16	03
Atend. Judiciário II	09	06	03
Atend. Judiciário I	15	09	06
Aux. Serv. Gerais III	05	05	00
Aux. Serv. Gerais II	13	07	06
Aux. Serv. Gerais I	02	00	02
Guarda Judiciário	46	46	0

Uma média de 2.000 expedientes tramitaram por esta Divisão de Pessoal, numa atuação conjunta entre os serviços que lhe estão afetos e o Departamento de Recursos Humanos, destacamos neste ano os seguintes atos administrativos:

Expedientes:

Ofícios Expedidos	214
Memorandos Expedidos	25
Declarações	12
Ofícios Recebidos	62
Portarias de Exoneração a pedido	14
Portaria de Demissão	01
Portarias de Aposentadorias	07
Portarias de Nomeações	42
Licença/férias e outros	

Fazem parte da Estrutura da Administração de Pessoal os seguintes serviços:

Serviço de Contagem de Tempo
Serviço de Pagamento Recolhimento
Serviço de Cadastro Funcional
Seção de Cadastro do Interior

Atuação do Serviço de Pagamento:

Ofícios Recebidos	125
Solicitações de Pagamento	80
Ofícios Expedidos	137

Declarações	96
Atuação do Serviço de Cadastro	
Ofícios Recebidos	29
Ofícios Expedidos	12
Memorandos Expedidos	450
Memorandos Recebidos	25
Escala Anual de Férias	01
Declarações	38
Justificativa de Faltas	12
Atuação do Serviço de Contagem de Tempo	
Funcionários do Interior:	
Contagem de Tempo de Serviço	47
Recontagem de Tempo de Serviço	51
Funcionários da Capital:	
Contagem de Tempo de Serviço	67
Recontagem de Tempo de Serviço	107
Magistrados:	
Contagem de Tempo de Serviço	19
Recontagem de Tempo de Serviço	31
Licença Especial	36
Número de Mapas Expedidos	23
Funcionários da Capital Incluídos	220
Elaboração de Certidões	10

Concluindo, fica o resultado de um trabalho de parceria entre a Divisão de Administração de Pessoal, seus serviços e o Departamento de Recursos Humanos, com o compromisso de atender seus talentos humanos, em suas necessidades e direitos e em observação aos seus deveres.

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL

A Divisão de Desenvolvimento de Pessoal, subordinada ao Departamento de Recursos Humanos, criada através da Resolução de nº 09/91, datada de 05/06/91, atualmente está composta da seguinte maneira:

- Serviço de Assistência Social.
- Serviço de Treinamento.

Informamos através do presente relatório, as atividades desenvolvidas por esta Divisão durante o período janeiro/95 a dezembro/96:

- Boletim de Frequência, instituído através da portaria de nº 190/93-GP, elaborado e distribuído mensalmente;
 - Relação de funcionários aniversariantes mensal para o Boletim Informativo;
 - Distribuição do Boletim Informativo para outros Órgãos;
 - Remanejamento de funcionários.
 - Elaboramos:
 - Portarias de Licença para Tratamento de Saúde;
 - Ofícios expedidos no período de janeiro de 1995 a dezembro de 1996, por esta Divisão de Desenvolvimento de Pessoal.
 - 160 (cento e sessenta) ofícios.
 - Memorandos expedidos no período de janeiro/95 a dezembro de 1996.
 - 79 (setenta e nove) memorandos.
 - Portarias expedidas no período de janeiro/95 a dezembro do ano de 1996.
 - 271 (duzentas e setenta e uma) portarias.
- Anexo, relatório do Serviço de Assistência Social e Serviço de Treinamento.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O presente Relatório tem o objetivo de prestar informações referente as atividades desenvolvidas pelo Serviço de Assistência Social dos referidos anos, atendendo a solicitação da Divisão de Desenvolvimento de Pessoal, junto ao Departamento de Recursos Humanos.

No que tange as atividades correlatas ao Setor foram as seguintes no ano de 1995:

- a) Confecção de carteiras do serviço médico e odontológico (Capital e Interior) 1.201
- b) Internamentos de funcionários, serventuários e juizes 06
- c) Estudo de caso com funcionários que apresentam problemas de ordem psicossocial 07
- d) Entrevistas 47
- e) Visitas domiciliares 35
- f) Relatório social 17
- g) Sumário social 07
- h) Visitas hospitalares 25
- i) Visitas ao IPASEP, aos postos de atendimento 48
- j) Ofícios expedidos 86
- l) Ofícios recebidos 58
- m) Memo. expedidos 105

Quanto a operacionalização de Vale-Transporte da Comarca do Interior, são beneficiadas as seguintes Comarcas:

Tomé-Açu	03
Bragança	13
Santarém	28
Marabá	18
Total	62

Obs.: vale ressaltar que durante o ano de 1995, as quatro Comarcas do Interior descritas acima, somatizaram o total geral de seiscentas e vinte e dois (622) funcionários, beneficiados com o Vale-Transporte no referido ano em questão.

No que se refere a Capital e Interior, foram beneficiados no ano de 1995 o total de dez mil e oitenta e oito (10.088), no que tange a funcionários e serventuários deste órgão de Justiça. Todavia o Relatório Mensal expedido pelo computador, incluem funcionários do interior que recebem na Capital, motivo pelo qual foi feita a somatória entre capital e interior.

ATIVIDADES DO ANO DE 1996

- a) Confecção de carteiras do serviço médico e odontológico (Capital e Interior) 923
- b) Internamentos de funcionários e serventuários 08
- c) Estudo de caso com funcionários que apresentam problemas de ordem psicossocial 14
- d) Entrevistas 53
- e) Visitas domiciliares 31
- f) Relatório social 14
- g) Testes pré-admissionais 53
- h) Visitas hospitalares 18
- i) Visitas do IPASEP, aos postos de atendimento 23
- j) Ofícios expedidos 05
- l) Ofícios recebidos 03
- m) Memorandos 95
- n) Encaminhamentos de funcionários

alcoolistas e drogaditos para Clínicas Especializadas tanto à nível particular como filantrópica 06

Quanto a operacionalização de Vale-Transporte do Interior até abril/96, foram beneficiadas as seguintes Comarcas:

Tomé-Açu 03
Bragança 13
Santarém 28
Marabá 18
Total 62

OBS.: vale ressaltar que até abril de 1996, as quatro Comarcas do Interior descritas acima, somatizaram o total geral de duzentos e treze (213) funcionários, beneficiados com o Vale-Transporte no referido ano em questão.

No que se refere a Capital e Interior, foram beneficiados até abril/96 o total de dois mil novecentos e oitenta e cinco (2.985), no que tange a funcionários e serventuários deste órgão de Justiça. Todavia o Relatório Mensal expedido pelo computador, incluem funcionários do interior que recebem na Capital, motivo pelo qual foi feita a somatória entre capital e interior.

OBS.: vale ressaltar que durante o ano de 1996, só operacionalizamos com o Vale-Transporte até abril/1996, em virtude de ter sido criado um setor específico para operacionalizar o referido benefício, motivo pelo qual os dados fornecidos são até o mês em questão.

Para melhor esclarecimento de algumas atribuições do Setor, faremos um breve comentário sobre as referidas atividades:

No que se refere ao estudo psicossocial realizado quando necessário com funcionários pelas técnicas deste Setor, são formalizados através de processo encaminhado pelos Setores Competentes desta Administração, onde frente a situação exposta, avaliamos o problema relacionado com aquele funcionário ou servidor, ou seja, por falta de adaptação no ambiente de trabalho, problemas externos que venham interferir em sua vida profissional e pessoal, problemas de saúde que o impeçam de exercer suas atividades diárias no trabalho, atendimento a funcionários que são usuários de drogas e álcool, através de entrevistas, terapias individuais e familiares e mais encaminhamentos para Clínicas especializadas (filantrópicas ou privadas). E em virtude da nomeação dos funcionários concursados, o setor social realiza através da psicóloga o teste pré-admissional que visa avaliar o perfil psicológico do funcionário ou servidor.

Todavia, frente a necessidade que faz presente em aprofundarmos a situação problema apresentada pelo funcionário, utilizamos dois instrumentais técnicos básicos frente nossa intervenção profissional: a entrevista e visita domiciliar.

As entrevistas são feitas de acordo com a necessidade do caso, quando necessário solicitamos ao funcionário ou as pessoas envolvidas na situação a comparecerem no Setor a fim de coletarmos as devidas informações para que possamos nos aproximar de forma mais concreta da realidade dos fatos. No que se refere as visitas domiciliares, são feitas de acordo com a

necessidade de cada caso, por exemplo: visita ao alcolista ou drogado, portadores de doenças psicossomáticas e contagiosas, como também, de ordem psicossocial onde é necessário "in loco" constataremos a veracidade da situação em que se encontra o cliente.

E no que tange a emissão do Relatório Social e Sumário Social, são encaminhados após todo o estudo social concluído do problema apresentado pelo funcionário, onde prestamos todas as informações inerente ao caso.

Obs.: O Setor realiza todo um trabalho voluntário frente aos usuários que buscam orientação, informação e encaminhamentos dos serviços oferecidos pelo Estado aos usuários que se fazem presente.

Concluindo o presente relatório, manifestamos os nossos agradecimentos e esperamos durante os anos de 1995/1996, ter atingido os anseios desta Administração.

SERVIÇO DE TREINAMENTO

Iniciamos nossas atividades referente ao biênio 1995/1996, aperfeiçoando nossos conhecimentos em reciclagem de funcionários, onde as técnicas Sandra Damasceno Reis, Elba Cristina Oliveira e Evelise Wanderley participaram por iniciativa própria do curso de Atendimento ao Público, realizado no SENAC no período de 06 a 10/03/95, com o objetivo de obter subsídios para organizar e ministrar o referido curso aos servidores deste Poder Judiciário que trabalham diretamente com o público interno e externo. Logo após concluirmos o mesmo, solicitamos a aquisição de fitas de vídeo específicas para o programa do curso Atendimento ao Público, através do Memo. nº 030/ST/95, assim como também a realização da aplicabilidade do curso, baseando-nos no conteúdo dado durante o mesmo, elaboramos um projeto e material didático para a execução do evento, sendo que não houve oportunidade de ministrá-lo, devido a diversos entraves.

Participamos desde junho/94 do processo da sra. Cacil Pinto, coordenadora do Museu Judiciário, onde realizamos estudos do problema de relacionamento entre os funcionários do Museu, junto ao Serviço de Assistência Social, finalizando em março/95, com apresentação de Relatório de conclusões e sugestões para a realização de um trabalho de desenvolvimento das relações interpessoais.

Desenvolvemos um trabalho referente aos funcionários em atraso no recebimento dos vales-alimentação, concluindo com elaboração de Relatório constando as diversas situações encontradas e apresentando sugestões para o bom andamento da entrega dos vales, em abril/96.

Posteriormente atendemos a solicitação verbal do dr. Nazareno Fonseca da Costa, Diretor do Departamento de Recursos Humanos, para efetuarmos um trabalho referente ao Cadastro de Funcionários, baseando-nos em listagens contendo dados de todos os servidores.

As funcionárias Sandra Damasceno Reis e Elba Cristina Oliveira participaram do I Congresso Panamericano de Jogos de Empresa e Criatividade, realizado em Belo Horizonte - MG, nos dias 18, 19 e

20 de setembro de 96, com objetivo de adquirirmos idéias e meios que facilitem o alcance da realização pessoal e profissional, tentando também, sensibilizar a Administração deste Poder, para tomadas de atitudes efetivas de comprometimento e participação na busca, hoje, de um futuro melhor e mais próximo.

O Congresso constituiu-se de 15 (quinze) painéis vivenciais, 5 (cinco) linhas diretas com o sucesso e 27 (vinte e sete) minicursos, onde fomos contemplados com os seguintes:

PO-7 - Emoções (Painel vivencial)
PO-9 - Redescobrimos o Potencial Criativo (Painel vivencial)
LO-6 - O Perfil da Empresa Mostra o Rumo (Linha direta com o sucesso)
LO-2 - Decidir - Instrumento de Comunicação Gerencial (Linha direta com o sucesso)
LO-3 - Projetos Culturais nas Organizações (Linha direta com o sucesso)
MO-2 - Jogando com a Empatia x Qualidade em Serviços (Minicurso)
MO-23 - Criatividade no Gerenciamento Humano (Minicurso)

Através de nossa participação nos diversos segmentos do Encontro, tivemos oportunidade de redescobrir o óbvio esquecido: O amor que está em cada um de nós, guardado pela solitária criança que anseia pela libertação das repressões e realizações da vontade de viver intensamente o desejo de ser reconhecido pelo outro.

É fundamental trabalhar as equipes internas no sentido de desbloquear o imenso potencial de criatividade, eficiência e eficácia que existe nas organizações, propiciando conhecimento de tecnologia lúdica de trabalho sócio-individualizado, alicerçado em pressupostos andragógicos de dinâmicas de grupo, assim como possibilitando o estabelecimento de padrões para o trabalho em equipe, aumentando a objetividade na busca da qualidade contínua através das pessoas no seu ambiente de trabalho. Essas técnicas nos mostraram meios de converter a energia dissipada na Organização.

Concluimos que o serviço de treinamento necessita vivenciar muitas experiências como essas, visando uma capacitação profissional contínua para aplicabilidade de jogos, e trabalhos em equipe, investindo ao máximo no desenvolvimento do ser humano para uma cultura organizacional de criatividade dentro da empresa.

A Escola Superior da Magistratura, através de sua Diretoria de Ensino, desenvolveu um trabalho de parceria com o Serviço de Treinamento, proporcionando aos funcionários deste Poder a oportunidade de uma reciclagem em seus conhecimentos na Língua Portuguesa, realizando o Curso de Atualização Gramatical com ênfase em Redação Oficial. O serviço de treinamento colaborou, fazendo a seleção dos funcionários (dando prioridade aos que desempenham funções que necessitam de uma boa redação) para formação de turmas de 30 (trinta) participantes, sendo que na primeira turma concluíram 29, e na segunda, 24. No término de ambas as turmas houveram avaliações onde os participantes colocaram suas opiniões favoráveis a realização do Curso, sugerindo continuidade e expondo suas insatisfações quanto a falta de reciclagem e

treinamento no Tribunal. Essas avaliações nos mostraram claramente que o Serviço de Treinamento necessita ser normatizado, ou seja, obter subsídios através de apoio administrativo e financeiro, como já propomos através de uma minuta de Resolução elaborada por este Serviço, onde estão todas as normas, tipos de reciclagem e treinamento, e os meios que necessitamos para promover uma melhor capacitação aos funcionários. Esta minuta foi enviada ao sr. Secretário de Administração e ao Sr. Des. Presidente, para apreciação e autorização.

Tentando colocar em prática conteúdos que obtivemos no Congresso sobre jogos e criatividade, aprimoramos nossos Projetos na aplicabilidade como instrutoras dos cursos: Treinamento Comportamental, Atendimento ao Público e Curso Introdutório, elaborando em seguida, conforme solicitação do Sr. Secretário, um Programa de Capacitação aos funcionários, para ser aplicado a partir de novembro do ano em curso, constando desse Programa todos os cargos que iríamos atingir, tipos de cursos, datas, enfim, um cronograma geral para 1996/1997.

Vale ressaltar que até a presente data estamos aguardando autorização para iniciarmos o referido Programa.

Paralelamente iniciamos um trabalho de conscientização e prevenção de doenças através de 02 (duas) Palestras realizadas em 26 e 29/11/96, no Tribunal do Júri, onde foram abordados assuntos como DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis), Aids, câncer de mama e colo do útero, primeiros socorros e meios de prevenção dessas doenças. Estamos também, selecionando diversos assuntos, elaborando cronograma de Palestras e solicitando subsídios (fitas de vídeo e palestrantes) para darmos continuidade ao trabalho de informação contínua aos funcionários.

Efetuamos no Programa de Estágio durante 1995/96, a admissão de 70 (setenta) estagiários remunerados e 05 (cinco) estagiários não remunerados, todos universitários da Unama e UFFa, ambas universidades conveniadas a este Tribunal de Justiça, obedecendo o que ditam as Resoluções nº 026/92, 022/94 e 013/95, sendo que foram expedidos 88 (oitenta e oito) certificados de conclusão de estágio.

Foram expedidos também, 48 (quarenta e oito) ofícios, 271 (duzentos e setenta e um) memorandos, e recebidos 20 (vinte) ofícios e 10 (dez) memorandos.

Ao longo do biênio executamos o cadastramento e pagamento de todos os estagiários, efetuando a entrega dos contra-cheques dos mesmos, assim como também, relacionamos mensalmente os estagiários para o recebimento de vales-transporte.

Ao final de cada mês, também elaboramos relações atualizadas de todos os estagiários lotados no TJE, assim como quadros demonstrativos das situações existentes na área de estágio, a fim de encaminharmos ao Sr. Secretário de Administração.

SERVIÇO DE PREPARAÇÃO DE PAGAMENTO E RECOLHIMENTO

Como parte integrante do Departamento de Recursos Humanos e diretamente subordinado a

Divisão de Administração de Pessoal, o Serviço de Preparação de Pagamento e Recolhimento, durante o exercício de 1996 executou atividades peculiares ao Setor ressaltando-se modificações que visando eficiência na prestação de serviços, proporcionaram resultados eficazes e de melhor qualidade no desenvolvimento de suas atividades.

I - Dentre as dificuldades observadas no Setor, verificamos uma certa dependência com relação ao Departamento de Informática. Foi iniciada a busca de comunicação maior com o mesmo, através de reuniões entre a Diretoria do Departamento e pessoas envolvidas com a preparação de Folha de Pagamento. Aliada com o maior intercâmbio com o Departamento, foi efetuada também troca de informações técnicas relativas ao programa de pagamento de pessoal.

A emissão de um simples relatório de eventos de pagamento digitados, efetuada no próprio Serviço de Pagamento, uma das primeiras modificações como forma de eliminação da dependência mencionada, pode parecer simples, todavia, traz resultados como a diminuição de tempo gasto para a execução de tarefas entre outros pontos certamente positivos.

II - A melhor distribuição de tarefas entre os funcionários do Setor, atentando para o fato de dar a todos a oportunidade de conhecer e executar qualquer atividade, como forma de proporcionar uma visão generalista do mesmo, o que resultado em crescimento qualitativo e profissional de cada um.

III - É notório que o número de funcionários e serventuários do TJE, cresce continuamente, como resultado da demanda pela prestação de Serviços Judiciários. Cresce, portanto, a demanda e a responsabilidade por serviços para pagamento destes servidores efetuadas pelo Setor de Preparação de Pagamento deste Poder Judiciário.

A distribuição de tarefas do Setor tornou-se imprescindível, principalmente pelo fato do redimensionamento do número de Servidores, com a diminuição considerável de funcionários lotados no mesmo, em menos da metade da quantidade anterior, apesar das tarefas crescerem em volume e complexidade. Observa-se entretanto, que cada companheiro de trabalho tornou-se também responsável pelo Setor, com a procura de um trabalho em equipe.

IV - O propósito em oferecer um trabalho de melhor qualidade, tanto aos setores que solicitam nossos serviços, como o atendimento ao público efetuado de maneira a oferecer satisfatoriamente a cada companheiro de trabalho que procure ou entre em contato com o Setor, tanto na Capital como do Interior do Estado, resultou em índice cada vez menor ou quase inexistente de problemas relacionados com a Folha de Pagamento.

Este propósito perdura com a busca de crescimento pessoal e profissional de todos os companheiros de trabalho, os quais com os seus conhecimentos e qualificações contribuem para o desenvolvimento das atividades do Serviço Preparação de Pagamento e Recolhimento, o qual vale ressaltar, diferente de outras atividades de

pessoal do Departamento de Recursos Humanos que tem tarefas distribuídas entre Fórum Civil, Criminal, Capital e Interior, o Serviço de Pagamento engloba e tem sob sua responsabilidade o pagamento de pessoal de todos os funcionários e serventuários da Capital e interior, em um único Setor, centralizando controle e repercutindo num volume enorme de tarefas e atividades, cujo comprimento é efetuado da melhor maneira possível por todos os colaboradores aqui lotados.

10.3 - DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO E SERVIÇOS

Aquisição de linhas telefônicas para as Comarcas de Benevides, Salvaterra, Santa Isabel, Soure, Almeirim, Mocajuba, São Sebastião da Boa Vista e Mosqueiro.

No biênio 95/96, também foram adquiridos uma moto, duas kombis, quatro Fiestas, um caminhão baú, nove Pális e um Temptra.

DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS

01 - Condicionadores de ar - 75 (setenta e cinco) consertos:

Supervisão do contrato de manutenção existente entre o Tribunal de Justiça do Estado do Pará e a firma Macon Frio.

02 - Telefone - 07 (sete) consertos: Supervisão do contrato de manutenção existente entre o Tribunal de Justiça do Estado do Pará e a firma Intel Engenharia.

03 - Máquina Manual - 61 (sesenta e um) consertos. Capital/Interior:

Supervisão do contrato de manutenção existente entre o Tribunal de Justiça do Estado do Pará e a firma S.T.M Serviço Técnico de Máquinas.

04 - Máquinas Eletrônicas/elétricas - 13 (treze) consertos:

Supervisão do Contrato de manutenção existente entre o Tribunal de Justiça do Estado do Pará e a firma Astec.

05 - Fax - 07 (sete) consertos

06 - Veículos - 46 (quarenta e seis) consertos/manutenção

07 - Máquinas de Calcular - 13 (treze) consertos

08 - Memorandos Diversos - 39 (trinta e nove), aquisição e conserto de relógios, cortinas, fechaduras, etc...

09 - Detetização do Prédio Principal e Anexos.

DIVISÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

Relação de bens móveis adquiridos para Comarcas do interior (Abaetetuba, Acará, Afuá, Altamira, Ananindeua, Aurora do Pará, Benevides, Baião, Bonito, Bragança, Bujaru, Cametá, Capanema, Castanhal, Conceição do Araguaia, Curralinho, Garrafão do Norte, Faro, Marabá, Monte Alegre, Mosqueiro, Óbidos, Oeiras do Pará, Oriximiná, Ourilândia do Norte, Prainha, Rondon do Pará, Santarém, Sta. Izabel, Sto. Antônio do Tauá, São Domingos do Capim, São Félix do Xingu, Tucuruí, Uruará), com base nas solicitações encaminhadas ao TJE de janeiro de 1995 a dezembro de 1996.

Bens solicitados e atendidos	Quantidade
Aparelho Celular Motorola Microtac completo	1
Aparelho de ar condicionado de 7.500 btu's	3
Aparelho de ar condicionado de 10.000 btu's	47
Aparelho de ar condicionado de 12.000 btu's	38
Aparelho de ar condicionado de 18.000 btu's	17
Aparelho de ar condicionado de 21.000 btu's	1
Aparelho de ar condicionado de 30.000 btu's	3
Aparelho de Fac-Símile	16
aparelho telefônico com teclas	152
Armário em aço c/02 portas e chaves	55
Armário em aço suspenso c/03 módulos e chaves	10
Armário em cerejeira c/02 portas e chaves	5
Armário em melamina suspenso c/02 portas	2
Armário em melamina suspenso c/06 portas	1
Arquivo em aço c/04 gavetas e chaves	5
Aspículas de colher	10
Banco p/sala de espera c/03 lugares em couro preto	40
Banco de madeira c/05 lugares	10
Bebedouro elétrico p/garrafão com 02 tomeiras	17
Bomba centrífuga de 1/2 cv	2
Bomba centrífuga de 3/4 cv	2
Botijão de gás vazio cap. 13 kgs	25
Cadeira fixa c/braços em couro preto	14
Cadeira fixa c/braços em tecido	8
Cadeira fixa c/braços em couro preto	304
Cadeira fixa s/braços em tecido	8
Cadeira giratória c/braços em couro preto tipo diretor	17
Cadeira giratória c/braços em couro preto tipo presidente	12
Cadeira giratória c/braços em palhinha tipo diretor	23
Cadeira giratória c/braços em palhinha tipo presidente	8
Cadeira giratória c/braços em tecido tipo diretor	2
Cadeira giratória s/braços em couro preto	73
Cadeira giratória s/braços em tecido tipo secretária	4
Caixa d'água de 1.000 litros	2
Caixa d'água de 500 litros	2
Cauterizador	1
Cesto para lixo em marfinita	60
Cinzeiro de pé	2
Cofre comercial	1
Conjunto de quarto para casal completo	7
Conjunto de quarto solteiro completo	4
Saldo a transferir	1044

Saldo transferido	1044
Conjunto de sofá p/sala de visita em couro preto	5
Conjunto para sala de jantar	3
Conjunto para copa-cozinha	2
Compressor para geladeira 1/8" L 110 volts	1
Escada de ferro c/06 degraus	2
Estabilizador de voltagens para Fac-Símile	18
Estante em aço com 5 prateleiras	15
Fichário em acrílico 6x4	4
Fogão com 04 bocas e registro com mangueira	14
Gaveteiro volante em melamina c/03 gavetas e chaves	3
Garrafão p/água com capacidade de 20 litros	34
Geladeira de 47 litros	17
Geladeira de 120 litros	1
Geladeira de 280 litros	10
Horodatador	1
Impressora Epson LX 300	8
Impressora Laser 4213	1
Máquina de calcular Olivetti 14 dígitos	2
Máquina de calcular Sharp 12 dígitos	23
Máquina de escrever IBM eletrônica	15
Máquina de escrever manual Olivetti	57
Mesa em aço inoxidável	1
Mesa em cerejeira com 03 gavetas e chaves	13

Mesa em cerejeira com 06 gavetas e chaves	6
Mesa em cerejeira para audiência	1
Mesa em cerejeira para máquina de escrever c/prateleira	17
Mesa em imbuia c/03 gavetas e chaves	24
Mesa em imbuia redonda para audiência	1
Mesa em melamina c/02 gavetas e chaves	4
Mesa em melamina c/03 gavetas e chaves	5
Mesa em melamina c/06 gavetas e chaves	2
Mesa em melamina p/máquina de escrever	2
Mesa em melamina p/microcomputador	6
Mesa em melamina p/reunião redonda	1
Mesa em melamina tipo L c/02 gavetas e chaves	1
Mesa ginecológica	1
Nobreak de 01 KVA c/bateria	1
Pinça Cheron de 24 cm	10
Poltrona giratória c/braços em tecido	4
Porta documentos	2
Rádionfonia para veículos	30
Ventilador de pé 40 cm	18
TOTAL	1400

Relação de bens móveis em aquisição p/ Comarcas do Interior (Abaetetuba, Acará, Afuá, Ananindeua, Benevides, Bonito, Bujaru, Capanema, Conceição do Araguaia, Curralinho, Faro, Marabá, Monte Alegre, Mosqueiro, Óbidos, Ourilândia do Norte, Prainha, Rondon do Pará, Santarém, Santo Antônio do Tauá e São Félix do Xingu), e instalações de 04 juzados especiais e 05 varas com base nas solicitações encaminhadas ao TJE até dezembro de 1996.

Bens solicitados e atendidos	Quantidade
Aparelho de ar condicionado de 10.000 btu's	27
Aparelho de ar condicionado de 12.000 btu's	13
Aparelho de ar condicionado de 18.000 btu's	2
Aparelho de Fac-Símile	1
Aparelho telefônico com teclas	40
Armário em aço c/02 portas e chaves	99
Armário suspenso em aço c/03 módulos p/copa cozinha	8
Arquivo em aço c/04 gavetas e chaves	2
Banco p/sala de espera c/03 lugares em cerejeira e encosto	40
Banco p/sala de espera c/03 lugares em couro preto	55
Bebedouro elétrico p/garrafão com 02 tomeiras	6
Botijão de gás vazio cap. 13 kgs	12
Botijão de gás vazio cap. 13 kgs com registro e mangueira	16
Cadeira fixa s/braços em couro preto tipo auxiliar	363
Cadeira fixa s/braços em palhinha tipo auxiliar	3
Cadeira giratória c/braços em couro preto tipo presidente	5
Cadeira giratória c/braços em palhinha tipo diretor	2
Cadeira giratória c/braços em palhinha tipo presidente	8
Cadeira giratória c/braços em palhinha tipo secretária	2
Cadeira giratória s/braços em couro preto tipo secretária	50
Cadeira giratória s/braços em palhinha tipo secretária	1
Cadeira giratória s/braços em couro preto tipo secretária	116
Cama de casal em estrutura metálica c/colchão	1
Cesto para lixo em marfinita	78
Cômoda c/espelho em pinho c/04 gavetas	1
Conjunto de quarto para casal completo	1
Conjunto de sofá p/sala de visita em couro preto	2
Conjunto p/copa-cozinha (mesa c/4 cadeiras e armário suspenso em aço)	1
Conjunto para sala de jantar	1
Estabilizador de voltagens para Fac-Símile	1
Estante em aço c/04 módulos	2
Estante em aço c/05 prateleiras aberta	63
Estante em cerejeira p/sala de visita c/2 portas e chaves e aberta em cima	2

Fogão com 04 bocas	14
Garrafão p/água com capacidade de 20 litros	12
Geladeira de 280 litros	11
Geladeira de 47 litros	18
Máquina de escrever manual Olivetti	89
Mesa em cerejeira com 03 gavetas e chaves	28
Mesa em cerejeira para máquina de escrever c/prateleira	20
Mesa em cerejeira para telefone	8
Mesa em imbuia c/06 gavetas e chaves	19
Mesa em imbuia com 03 gavetas e chaves	84
Mesa em imbuia p/audiência retangular	19
Mesa em imbuia p/jurado c/01 gaveta	7
Mesa em imbuia p/máquina de escrever c/prateleira	64
Mesa em imbuia p/telefone c/rodízios	1
Mesa p/cozinha em fórmica c/04 cadeiras	1
Ventilador de pé 40 cm	42
Ventilador de teto com 3 palhetas em alumínio	7
TOTAL	1.468

CONCLUSÃO

Ao final deste exercício de 1996, a Diretoria de Patrimônio e Serviços não poderia deixar de manifestar sua homenagem a todos os colegas que, com esforço e dedicação, tornaram possível os resultados alcançados, registrando, de igual modo, sua profunda gratidão pela confiança e apoio especialmente recebidos não só das Secretarias Administrativas e de Planejamento, como também - e sobretudo - da própria Presidência do TJE.

CARTAS CONVITE REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 1995

Nº CARTA CONVITE	OBJETO
001/CPL/95	Confeção da Revista do TJE
002/CPL/95	Confeção do Relatório da Presidência
003/CPL/95	Serviço de Coquetel de Posse dos Novos Dirigentes do TJE
004/CPL/95	Aquisição de Condicionadores de Ar
005/CPL/95	Aquisição de Material Permanente
006/CPL/95	Aquisição de Mobiliário e Eletrodomésticos
007/CPL/95	Serviço de Impressão Gráfica
008/CPL/95	Aquisição de Pneus
009/CPL/95	Aquisição de Fitas para Máquinas de Datilografia
010/CPL/95	Aquisição de Material de Expediente
011/CPL/95	Aquisição de Material de Consumo
012/CPL/95	Confeção de Armários Suspensos
013/CPL/95	Aquisição de Material de Expediente
014/CPL/95	Aquisição de Suprimentos de Informática
015/CPL/95	Serviço de Fornecimento de Lanches para Desembargadores e Funcionários
016/CPL/95	CANCELADA
017/CPL/95	CANCELADA
018/CPL/95	Serviço de Impressão Gráfica da Revista do TJE
019/CPL/95	Aquisição de Material Xerográfico
020/CPL/95	Serviço de Ampliação da Sub-Estação do TJE
020.A/CPL/95	Confeção de Mesas e Cadeiras em Madeira de Lei Entalhada
021/CPL/95	Aquisição de Aparelhos de Ar Condicionados
022/CPL/95	Serviço de Coquetel do 168º Aniversário da Instituição dos Cursos Jurídicos do Brasil
023/CPL/95	Aquisição de Garrações de Água Mineral
024/CPL/95	Aquisição de Equipamentos e Suprimentos de Informática
025/CPL/95	CANCELADA

10.4 - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Atividades jurídicas administrativas, pareceres, consultas, elaboração de minutas de contratos entre outras, da Comissão Permanente de Licitação, como segue o demonstrativo:

- Elaboração de minutas de contrato de compra e venda de imóveis em favor do TJE - 01 (hum);
- Elaboração de minutas de Contrato de Licitações em 1995/1996 - 12 (doze);
- Acompanhamento de Processos de Desapropriação - 01 (huma);
- Consultas em 1995 - 98 (noventa e oito);
- Consultas em 1996 - 102 (cento e duas);
- Sindicância 1995/1996 - 11 (onze);
- Elaboração de Contrato de Convênios entre o TJE e Prefeituras do Interior do Estado - 05 (cinco);
- Pareceres de Processos Jurídicos Administrativos em 1995 - 353 (trezentos e cinquenta e três);
- Pareceres de Processos Jurídicos Administrativos em 1996 - 359 (trezentos e cinquenta e nove);
- Licitações em 1995:
Cartas Convites: 54 (cinquenta e quatro)
Tomada de Preços: 10 (dez)
- Licitações em 1996:
Cartas Convites: 47 (quarenta e sete)
Tomadas de Preços: 17 (dezesete)
Concorrência Pública: 01 (huma)

026/CPL/95	Serviço de Manutenção de Máquinas de Datilografia
027/CPL/95	Serviço de Fornecimento de Refeições
028/CPL/95	Aquisição de Material de Expediente
029/CPL/95	Serviço de Manutenção de Condicionadores de Ar
030/CPL/95	Aquisição de Material de Limpeza
031/CPL/95	REVOGADA
032/CPL/95	Aquisição de Condicionadores de Ar
033/CPL/95	Aquisição de Material Elétrico
034/CPL/95	REVOGADA
035/CPL/95	REVOGADA
036/CPL/95	REVOGADA
037/CPL/95	CANCELADA
038/CPL/95	Aquisição de Material Xerográfico
039/CPL/95	Aquisição de Material Elétrico
040/CPL/95	Aquisição de Material Permanente
041/CPL/95	Serviço de Recuperação de Divisórias
042/CPL/95	Serviço de Impressão Gráfica
043/CPL/95	Confeção e Reparo de Armários
044/CPL/95	Aquisição de Pneus
045/CPL/95	Aquisição de Gêneros Alimentícios
046/CPL/95	Serviço de Confeção da Revista do TJE
047/CPL/95	Aquisição de Material de Expediente
048/CPL/95	CANCELADA
049/CPL/95	Serviço de Coquetel da Cerimônia de Outorga de Medalhas de Bons Serviços
050/CPL/95	Confeção de Uniformes para os Guardas Judiciários
051/CPL/95	INVALIDADA
052/CPL/95	Aquisição de Equipamentos e Material de Informática
053/CPL/95	CANCELADA
054/CPL/95	Aquisição de Suprimentos de Informática

TOMADA DE PREÇOS REALIZADAS NO EXERCÍCIOS DE 1995

Nº TOMADA DE PREÇOS	OBJETO	SITUAÇÃO
001/CPL/TJE/95	Contratação de Empresa no Fornecimento de Passagens Vales-Alimentação	OK
002/CPL/TJE/95	Serviço de Locação de Máquinas Copiadoras	OK
003/CPL/TJE/95	Serviço de Limpeza, Conservação e Jardinagem dos Prédios	OK
004/CPL/TJE/95	Serviço de Confeção de Impressos	OK
005/CPL/TJE/95	Aquisição de Material de Expediente	Revogada
006/CPL/TJE/95	Serviço de Impressão Gráfica	OK
007/CPL/TJE/95	Contratação de Empresa para fornecimento de Vales-Alimentação	OK
008/CPL/TJE/95	Combustível e Óleo Lubrificante para os veículos do TJE	OK
009/CPL/TJE/95	Serviço de Impressão Gráfica	OK
010/CPL/TJE/95	Aquisição de Material de Expediente	OK

CARTAS CONVITE REALIZADAS NO EXERCÍCIOS DE 1996

Nº CARTA CONVITE	OBJETO	SITUAÇÃO
001/CPL/96	Uniformes para os Motoristas do TJE	Fracassada
002/CPL/96	Aquisição de Equipamento Médico	Fracassada
003/CPL/96	Aquisição de Gêneros Alimentícios	Revogada
004/CPL/96	Aquisição de Suprimentos para Informática	Revogada
005/CPL/96	Aquisição de Gêneros Alimentícios	OK
006/CPL/96	Aquisição de Material de Informática	OK
007/CPL/96	Aquisição de Pneus	OK
008/CPL/96	Aquisição de Medicamentos	OK
009/CPL/96	Aquisição de Material Elétrico	OK

010/CPL/96	Aquisição de Material de Expediente	OK
011/CPL/96	Serviço de Impressão Gráfica	OK
012/CPL/96	Aquisição de Material Permanente	OK
013/CPL/96	Serviço de Impressão Gráfica da Revista do TJE	OK
014/CPL/96	Aquisição de Medicamentos	Fracassada
015/CPL/96	Serviço de Impressão Gráfica do Informativo do TJE	OK
016/CPL/96	Confecção de Uniformes	OK
017/CPL/96	Aquisição de Medicamentos	OK
018/CPL/96	Aquisição de Gêneros Alimentícios	OK
019/CPL/96	Aquisição de Material de Consumo para Informática	OK
020/CPL/96	Aquisição de Peça de Reposição destinadas à Manut. de Equip. de Informática	OK
021/CPL/96	Serviço de Coquetel em Comemoração ao 169º Aniver. da Inst. de Cursos Jurídicos	OK
022/CPL/96	Serviço de Decor. em Comemoração ao 169º Aniver. da Inst. de Cursos Jurídicos	OK
023/CPL/96	Serviço de Fornecimento de Lanches aos Desembargadores e Funcionários	OK
024/CPL/96	Aquisição de Veículos Tipo Utilitário para uso misto e Motocicleta com Baú	OK
025/CPL/96	Aquisição de Equipamentos de Computador	OK
026/CPL/96	Serviço de Limpeza, Conserv. e Manut. Prevent. e Corretiva de Cond. de Ar	OK
027/CPL/96	Serviço de Fornecimento de Lanches aos Desembargadores e Funcionários	OK
028/CPL/96	Aquisição de Material Permanente, Móveis para Uso Doméstico e Eletrodomésticos	OK
029/CPL/96	Reforma Geral e Ampliação do Prédio onde será instalado o Fórum da Comarca de Santo Antônio do Tauá	OK
030/CPL/96	Aquisição de Equipamentos de Informática	OK
031/CPL/96	Manutenção Preventiva e Corretiva dos Elevadores	Fracassada
032/CPL/96	Aquisição de Grupos Geradores	Revogada
033/CPL/96	Aquisição de Material Permanente e Móveis para Uso Doméstico	OK
034/CPL/96	Aquisição de Material de Limpeza	OK
035/CPL/96	Aquisição de Material Xerográfico	OK
036/CPL/96	Aquisição de Gêneros Alimentícios	OK
037/CPL/96	Serviço de Manutenção de Máquinas de Datilografia	OK
038/CPL/96	Aquisição de Material de Expediente	OK
039/CPL/96	Serviço de Fornecimento de Refeições aos Guardas e Motoristas do TJE	OK
040/CPL/96	Serviço de Reforma, Adaptação e Ampliação do Fórum da Comarca de Bujarú	OK
041/CPL/96	Serviço de Impressão Gráfica da Revista do TJE	OK
042/CPL/96	Serviço de Impressão Gráfica	OK
043/CPL/96	Aquisição de Livros Técnicos	OK
044/CPL/96	Serviço de Impressão Gráfica do Relatório Geral referente ao Biênio 95/96	OK
045/CPL/96	Serviço de Reforma, Ampliação do Plenário Des. Osvaldo Pojucan Tavares	OK
046/CPL/96	Serviço de Reforma e adaptação do Novo Arquivo do TJE	OK
047/CPL/96	Aquisição de Material Permanente e Eletrodomésticos	OK

CONCORRÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 1996

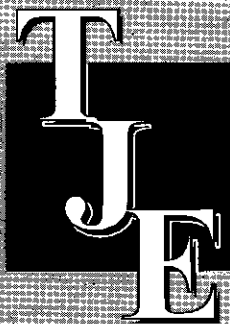
No exercício de 1996, foi realizada apenas 01 (uma) Licitação, modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA, que teve como Objeto de Contratação de Empresa para Prestação de Serviços para o

Fornecimento de Tiquetes/Vale-Alimentação pelo período de 12 (doze) meses, que teve como vencedora por meio de sorteio a empresa Blue Cards Refeições Convênio S/C Ltda.

TOMADA DE PREÇOS REALIZADAS NO EXERCÍCIOS DE 1996

TOMADA DE PREÇOS	OBJETO	SITUAÇÃO
001/CPL/TJE/96	Fornecimento de Passagens Aéreas	OK
002/CPL/TJE/96	Serviço de Limpeza, Conservação e Jardinagem dos Prédios do TJE	OK
003/CPL/TJE/96	Aquisição de Veículos	Revogada
004/CPL/TJE/96	Aquisição de Equipamentos e Suprimentos para Informática	Revogada
005/CPL/TJE/96	Aquisição de Material de Expediente	Revogada
006/CPL/TJE/96	Aquisição de Material de Limpeza	Revogada
007/CPL/TJE/96	Serviço de Impressão Gráfica	Revogada

008/CPL/TJE/96	Aquisição de Material Xerográfico	Revogada
009/CPL/TJE/96	Serviço de Limpeza, Conservação de Jardinagem dos Prédios do TJE	OK
010/CPL/TJE/96	Aquisição de Equipamentos de Informática	OK
011/CPL/TJE/96	Aquisição de Veículos	OK
012/CPL/TJE/96	Serviço de Reforma, Construção e Adaptação do Anexo III	OK
013/CPL/TJE/96	Aquisição de Equipamentos de Informática	OK
014/CPL/TJE/96	Aquisição de Veículos	OK
015/CPL/TJE/96	Serviço de Reforma e Adaptação do Fórum de Castanhal	OK
016/CPL/TJE/96	Aquisição de Mobiliário para o Anexo III e para o Fórum da Comarca de Castanhal	OK
017/CPL/TJE/96	Aquisição de Bens Permanentes e Eletrodomésticos	OK



II ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DA MAGISTRATURA

A Escola Superior da Magistratura realizou no biênio 1995/96 dois cursos de Preparação à Carreira da Magistratura.
O objetivo do Curso é de habilitar candidatos ao Concurso Público de preenchimentos dos cargos iniciais da Magistratura do Poder Judiciário.

IV CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DA MAGISTRATURA

Período: 27 de setembro a 30 de novembro de 1995

Carga horária: 260 horas
Turnos: tarde e noite
Números de alunos: 204 alunos
Local: Escola Superior da Magistratura

V CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DA MAGISTRATURA

Período: 01 de abril a 28 de junho de 1996
Carga horária: 260 horas
Turno: tarde
Números de alunos: 100 alunos
Local: Escola Superior da Magistratura

Disciplinas:

Direito Penal
Direito Civil
Direito Administrativo
Direito Tributário
Direito Agrário
Direito Processual Penal
Direito Processual Civil
Direito Constitucional
Direito Eleitoral
Direito Comercial

CORPO DOCENTE DO CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DA MAGISTRATURA:

Dr. José Ney Siqueira Mendes
Direito Penal
Dr. Antônio José de Mattos Neto
Direito Civil
Dr. Francisco Brasil Monteiro
Direito Comercial
Dr. Francisco Caetano Miléo
Direito Processual Civil
Dr. Otávio Marcelino Maciel
Direito Eleitoral
Dr. Edilson de Oliveira e Silva
Direito Constitucional
Dr. Ari Brandão
Direito Comercial
Dr. Octávio Guilhon
Direito Processual Penal
Dr. Delmiro dos Santos
Direito Agrário
Dr. Pedro Bentes Pinheiro filho
Direito Processual Civil
Dr^a Maria Cristina Cascaes Dourado
Direito Administrativo
Dr. Raimundo Nei Sardinha Oliveira
Direito Constitucional

Dr. Ivanildo Alves
Direito Processual Penal
Dr. Hugo Rocha
Direito Penal
Dr. Daniel Lavareda
Direito Administrativo
Dr. Pedro Pereira da Silva
Direito Processual Penal

SIMPÓSIO

SIMPÓSIO SOBRE EXECUÇÃO DE PENAS E MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS

Período: 06 de outubro de 1995
Clientela: Juizes Criminais e da Infância e Juventude, da capital e interior
Local: Escola Superior da Magistratura

Tema I - Execução de Penas

Presidente da Mesa: Des. Elzeman da C. Bittencourt
Expositor: Juiz Otávio Marcelino Maciel
Debatedores: Representantes:
Ministério Público
Conselho Penitenciário
OAB
Defensoria Pública
Sistema Penal

Tema II - Execução de Medidas Sócio- Educativas

Presidente da Mesa: Juíza Carmencin M. Cavalcante
Expositor: Juiz Paulo Sérgio Frola
Debatedores: Representantes:
Ministério Público
OAB
Defensoria Pública
Funcap

CURSO DE APROFUNDAMENTO

CURSO DE APROFUNDAMENTO NAS DISCIPLINAS DISSERTATIVAS E SENTENÇA CRIMINAL: FIXAÇÃO E CÁLCULO DE PENA

Período: 08 a 26 de janeiro de 1996
Carga horária: 60 horas
Números de alunos: 60
Local: Escola Superior de Magistratura

Disciplinas:

Direito Penal
Direito Constitucional
Direito Civil
Direito Comercial
Direito Processual Civil
Sentença Criminal

Professores:

Dr. José Ney Siqueira Mendes
Dr. Antônio José de Mattos Neto
Dr. Francisco Brasil Monteiro
Dr. Francisco Caetano Miléo
Dr. Otávio Marcelino Maciel
Dr. Edilson de Oliveira e Silva

SESSÕES DE VÍDEOS

OS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS E A REFORMA DO PROCESSO PENAL E CIVIL

Período: 24 e 25 de outubro de 1996
Local: Auditório da ESM

Programação:

Conferência: "Uma Idéia de Justiça para todos no Brasil deste final de século"

Painel: "Visão Geral da Lei nº 9099/95: Adaptação e Aplicação pelos Estados".

Conferência: "A Reforma do Processo Penal: A fase Pré-Processual".

Painel: Os Juizados Especiais Criminais: Competência.

Fase Preliminar. Procedimento. Execução.

Painel: "Juizados Especiais Cíveis" (parte I)

Painel: "Juizados Especiais Cíveis" (parte II)

Conferência: "A Lei nº 9099/95 e os Juizados Especiais Criminais".

ATIVIDADES COM SERVIDORES

I CURSO DE ATUALIZAÇÃO GRAMATICAL COM ÊNFASE EM REDAÇÃO OFICIAL

Período: 04 a 08 de novembro de 1996
Local: Auditório da Escola Superior da Magistratura

Número de Participantes: 30 (servidores do Fórum Cível, Criminal, Diretoria Administrativa e Escola da Magistratura)

Professora: Elizabeth de Lemos Vidal

II Curso de Atualização Gramatical com Ênfase em Redação Oficial

Período: 02 a 06 de dezembro de 1996
Local: Auditório da Escola Superior da Magistratura

Número de Participantes: 30 (servidores do Fórum Cível, Criminal, Diretoria Administrativa, Escola da Magistratura)

Professora: Elizabeth de Lemos Vidal

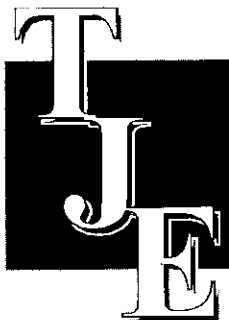
MELHORIAS NAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA

O prédio da Escola Superior da Magistratura, durante o biênio 1995/96, passou por diversas melhorias em sua infra-estrutura, e uma Grande Reforma no mês de julho de 1996 com o objetivo de proporcionar maior conforto aos seus funcionários e usuários.

A limpeza do prédio foi facilitada com a aquisição de um cortador de grama, um aspirador de pó. Também foi adquirido um bebedouro, para servir aos alunos, um móvel para a televisão e vídeo, e diversos utensílios para a copa.

Essas benfeitorias foram realizadas com recursos próprios da Escola, adquiridos através das mensalidades do Curso de Preparação à Carreira da Magistratura.

A Comissão de Concurso do Tribunal de Justiça fez a doação de uma nova Central Telefônica com quatro ramais, bem como de um Televisor de 33 polegadas, uma geladeira e um vídeo cassete.



12 JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ

No biênio 95/96, a JME foi duramente atingida com propostas, no Congresso Nacional, visando sua extinção e/ou redução de sua atuação, no que se refere ao processo e julgamento dos delitos praticados por oficiais e praças da polícia e bombeiros militares, nos crimes praticados em serviço.

Com o advento da Lei 9.299/96, os crimes dolosos contra a vida praticados por aqueles militares contra civis, passaram para o âmbito da Justiça Comum, o que representou a transferência de considerável número de processos para àquele foro paisano.

Entretanto, com o aumento do contingente policial oriundo da criação de diversos batalhões e respectivas companhias policiais militares, por todo o interior do Estado, houve considerável aumento do volume de inquéritos e processos na esfera judiciária militar, e visando agilizar os autos, a JME, com a anuência do TJE, passou a fazer a Justiça Itinerante, e por isso, adquiriu um veículo tipo van, deslocando-se ao interland paraense para consecução de seu mister.

MELHORAMENTOS NA ATUAL SEDE

Com a ausência de recursos para a construção da nova sede, a JME vem realizando diversos melhoramentos em seu atual prédio, localizado na Av. 16 de Novembro, 486, com o intuito de oferecer melhores condições de trabalho, para as pessoas que aqui labutam, dignificando o Poder Judiciário do qual é parte integrante.

COMENDA DA ORDEM DO MÉRITO JUDICIÁRIO MILITAR ESTADUAL

Esta Comenda destina-se a galardoar pessoas físicas ou jurídicas, que por seus serviços, tenham contribuído para o engrandecimento da Justiça Militar no Estado, ou que por mérito, se tenham tornado merecedores.

No biênio 95/96, foram distinguidas as

seguintes personalidades:

Presidente do TJE
Vice-Presidente do TJE
Corregedora Geral do TJE
Procurador Geral de Justiça do Estado
Procurador Geral do Estado
Vice-Presidente do TJE/AP
Presidente da Assembleia Legislativa
Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros
Ex-Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros
Ex-Secretária de Planejamento do Estado
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

CONGRESSO

Sob a coordenação da JME/PA, realizou-se em Belém, no período de 24 a 27 de junho de 1996, o 6º CONGRESSO NACIONAL DE DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL MILITAR E JUSTIÇAS MILITARES ESTADUAIS, com a presença de 520 participantes, oriundos dos diversos Estados da Federação.

Na ocasião, além das palestras específicas do evento, cumpriu-se a seguinte pauta de trabalhos:

a) Outorga das Comendas da Ordem do Mérito Judiciário Militar Estadual e do Mérito "Dr. Mário Brasil", pela passagem do 46º aniversário de criação da Justiça Militar do Estado do Pará.

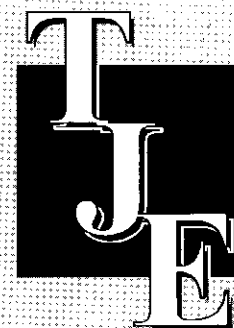
b) Lançamento do selo comemorativo alusivo ao 46º aniversário de criação da JME/PA e do 6º Congresso Nacional de Direito Penal e Processual Penal Militar e Justiças Militares Estaduais.

c) Lançamento do livro "CRÔNICAS DA JUDICATURA CASTRENSE", de autoria do Juiz-Auditor Militar Titular da JME/PA, Flávio Roberto Soares de Oliveira.

RECEITA/DESPESA

No biênio 95/96, coube a JME/PA, recursos ordinários destinados a despesas de Pessoal, Custeio e Capital, no valor de R\$ 1.029.390,97 e 1.143.672,00, para os exercícios de 1995 e 1996 respectivamente, cuja aplicação está detalhada no quadro abaixo:

DISCRIMINAÇÃO	1995	1996
DESPESAS CORRENTES		
Pessoal e Encargos Sociais	752.519,00	990.949,24
Outras Despesas Correntes	176.942,85	147.208,76
S O M A	929.461,85	1.138.158,00
DESPESAS DE CAPITAL		
Investimentos	97.175,54	5.514,00
Inversões Financeiras	2.753,58	-
S O M A	99.729,12	5.514,00
T O T A L	1.029.390,97	1.143.672,00



- **Diretor do Departamento de Recursos Humanos**
Dr. Benedito Nazareno Fonseca da Costa
- **Diretor do Departamento de Patrimônio e Serviços**
Dr. Miguel Sauma Filho
- **Diretor do Departamento de Documentação e Informação**
Drª Vilma Raimunda Lobato Reis
- **Diretor do Departamento Financeiro**
Drª Celeste Ângela Dias Lobo
- **Diretor do Departamento de Informática**
Dr. Antônio Hilário Pereira da Costa
- **Diretor de Ensino da Escola Superior de Magistratura**
Juiz Otávio Marcelino Maciel
- **Coordenação de Engenharia e Manutenção**
Dr. Márcio Augusto Lousada Maia
- **Coordenação do Museu Judiciário**
Drª Cacilda Maria Saraiva Pinto
- **Justiça Militar**
Dr. Flávio Roberto Soares de Oliveira

ASSESSORIAS

- Presidência - Drª Laura Maria Coelho Queiroz Bastos
- Cerimonial - Dra. Paulo de Mendonça Ledo
- Organizacional - Dr. Carlos Mussi Calil Gonçalves
- **Auditoria Interna**
Drª Georgina Pereira dos Santos
- **Secretaria das Câmaras Cíveis Reunidas**
Dr. Luis Cláudio Serra de Farias
- **Secretaria das Câmaras Criminais Reunidas**
Dr. Raimundo João de Noronha Tavares
- **Secretaria das Câmaras Cíveis Isoladas**
Drª Silvia de Nazaré N. S. Velasco Azevedo
- **Secretaria das Câmaras Criminais Isoladas**
Drª Maria de Fátima Guimarães Ayres
- **Secretaria da Presidência**
Dr. Lázaro Mangabeira da Silva
- **Juizado Especiais Cíveis e Criminais**

Unama: Juíza Almira Fonseca de Oliveira
OAB/Pa: Juíza Iracema Viana Santana
Acidentes de Veículos: Juiz Geraldo Cunha da Luz

N.Cham. 341.4192509811 P221r

Autor: Pará. Tribunal de Justiça

Título: Relatório geral de atividades : biênio fev. 1995 - j



00002110

1556

Ex.1 TJE-PA - BC

